

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História

Vinícius de Souza

*Experiência da história num Império em construção: narrativas,
linguagens, conceitos e metáforas em Francisco de Sales Torres
Homem (1831-1856)*

Mariana
2017

Vinícius de Souza

Experiência da história num Império em construção: narrativas, linguagens, conceitos e metáforas em Francisco de Sales Torres Homem (1831-1856)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

Linha de pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo.

Mariana
2017

S729e

Souza, Vinícius de.

Experiência da história num Império em construção [manuscrito]: narrativas, linguagens, conceitos e metáforas em Francisco de Sales Torres Homem (1831-1856) / Vinícius de Souza. – 2017.

137f.: il.: tabs

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História

1. Francisco de Sales Torres Homem. 2. Historiografia. 3. Brasil - História - Império, 1822-1889. I. Araujo, Valdei Lopes de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 930(81)(043.3)

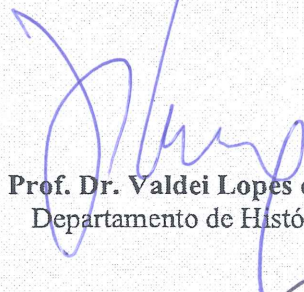
Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br



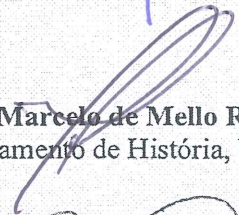
Vinícius de Souza

Experiência da história num Império em construção: narrativas, linguagens, conceitos e metáforas em Francisco de Sales Torres Homem (1831-1856).


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.



Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo
Departamento de História, UFOP



Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel
Departamento de História, UFOP



Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UERJ

Agradecimentos

Agradeço ao professor Valdei Lopes de Araujo pela orientação precisa e cuidadosa para a elucidação do tema deste estudo, pela indicação de livros, teses, dissertações, artigos e caminhos para a obtenção dos documentos que deram suporte à pesquisa da qual resultou este trabalho e pelo respeito às minhas ideias, conferindo-me autonomia para pensar e desenvolver esta dissertação, e, ao mesmo tempo, realizando correções criteriosas sempre que necessário. Com sua orientação, pude aprender muito.

Agradeço à professora Luisa Rauter Pereira e ao professor Marcelo de Mello Rangel pelos conselhos de fundamental importância durante o Exame de Qualificação, determinantes para a concretização desta dissertação. À professora Luisa Rauter, também agradeço, do mesmo modo que agradeço à professora Andréa Lisly Gonçalves e ao professor Olímpio José Pimenta Neto, pelas aulas no primeiro ano de mestrado, que muito contribuíram para o avanço das análises que seguem nas próximas páginas.

Agradeço ao professor Edilson Vicente de Lima pelos diálogos e pelas recomendações de leituras sobre o Romantismo brasileiro, ao amigo André da Silva Ramos pelos diálogos, pelas recomendações de leituras sobre literatura e teoria da história e por todo o incentivo e ao amigo Roger José Bueno Simões pelos ensinamentos sobre o valor do respeito que devotamos às nossas convicções durante o desempenho de nossos trabalhos.

E agradeço ao meu pai, Gersino de Souza, à minha mãe, Lucia Aparecida Francisco de Souza, ao meu irmão, Guilherme Augusto de Souza, e à minha irmã, Danielle Kelly de Souza, por tudo.

“Eis o que pensei: para que o mais banal dos acontecimentos se torne uma aventura, é preciso e basta que nos ponhamos a *narrá-lo*. É isso que ilude as pessoas: um homem é sempre um narrador de histórias, vive rodeado por suas histórias e pelas histórias dos outros, vê tudo o que lhe acontece através delas; e procura viver sua vida como se a narrasse.”

Jean-Paul Sartre, *A náusea*.

Resumo

Este é um estudo sobre a *experiência da história* do político e jornalista brasileiro Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876) em sua participação no processo de construção do Império do Brasil. Por meio da análise das *narrativas*, das *linguagens*, dos *conceitos* e das *metáforas* que utilizou para tecer os textos que trouxe a público, da década de 1830 à década de 1850, procuramos compreender e retratar como respondeu às rupturas e conservações de seu tempo, inserindo o seu caso no conjunto de experiências de sujeitos profundamente sensíveis ao adensamento da modernidade que caracterizou o século XIX e comprometidos com os eventos que condicionaram a afirmação da *identidade* e da *unidade nacionais brasileiras*. A hipótese central do nosso trabalho é a de que as transformações e as permanências sociopolíticas do período pesquisado produziram três manifestações de sua experiência histórica. Definimo-las como *experiência da história ambivalente*, *experiência da história de crise e radicalismo* e *experiência da história harmonizadora* e buscamos delinear-las, identificar suas propriedades e determinar os momentos de suas vigências na trajetória do autor que nos empenhamos em entender.

Palavras-chave: Francisco de Sales Torres Homem; Experiência da história; Império do Brasil.

Abstract

This is a study on the experience of history of Brazilian politician and journalist Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876) in his participation in the process of building the Brazilian Empire. Through the analysis of narratives, languages, concepts and metaphors that he used to weave the texts he brought to the public, from the 1830s to the 1850s, we sought to understand and portray how he responded to the ruptures and preservations of his time, inserting his case in the set of experiences of subjects deeply sensitive to the thickening of modernity that characterized the nineteenth century and committed to the events that conditioned the affirmation of Brazilian national identity and unity. The central hypothesis of our work is that the socio-political transformations and permanences of the period studied produced three manifestations of their historical experience. We define as experience of history ambivalent, experience of history of crisis and radicalism and experience of history harmonizing and we seek to delineate these experiences, identify their properties and determine the moments of their validity in the trajectory of the author that we strive to understand.

Keywords: Francisco de Sales Torres Homem; Experience of history; Brazilian Empire.

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Exemplos n’O <i>Libelo do Povo</i> da incidência de palavras e expressões que integram com mais evidência a linguagem revolucionária moderna	41
TABELA 2 – Exemplos n’O <i>Libelo do Povo</i> da incidência de palavras e expressões que integram com menos evidência a linguagem revolucionária moderna	42
TABELA 3 – Exemplos da incidência de palavras da linguagem da economia política nos artigos de Torres Homem da revista <i>Niterói</i>	67
TABELA 4 – Combinação esperada entre os modos de explicação de uma narrativa histórica oitocentista	72

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1	
História da incompleta Independência	28
1.1 – Francisco de Sales Torres Homem e as manifestações de sua experiência da história	28
1.2 – <i>O Libelo do Povo</i> e a Revolução da Independência	34
Capítulo 2	
Experiência da história ambivalente	49
2.1 – Regências	49
2.2 – Ambiência cultural da publicação da revista <i>Niterói</i>	52
2.3 – História do progresso em atraso	56
Capítulo 3	
Experiência da história de crise e radicalismo	77
3.1 – O início do Segundo Reinado	77
3.2 – História do necessário	80
3.3 – História do povo	88
3.4 – Os rebentos de Timandro	91
3.5 – Modos narrativos em tempos de crise	98
Capítulo 4	
Experiência da história harmonizadora	101
4.1 – Conciliação	101
4.2 – História dos antagonismos e das conciliações	104
4.3 – Em busca da harmonia	118
Considerações finais	126
Referências Documentais	129
Documentos no Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty	129

Documentos na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo	129
Documentos na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Digital Nacional da Fundação Biblioteca Nacional	129
Documentos publicados pela Academia Brasileira de Letras	133
Referências bibliográficas	133
Informações sobre as Instituições responsáveis pela guarda dos documentos utilizados nesta dissertação	137

Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que desenvolvemos acerca da *experiência da história* de Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), político e jornalista brasileiro, em sua participação no processo de construção do Império do Brasil. Para tal, analisamos as *narrativas*, as *linguagens*, os *conceitos* e as *metáforas* que compõem os textos que expôs a público por meio da imprensa. Correlacionamos os conteúdos e os sentidos de seus discursos com eventos sociais e políticos determinantes nas conjunturas em que foram concebidos.

Nesta introdução, apresentamos os fundamentos de obras decisivas para a compreensão do nosso objeto de estudo e para a formulação das perspectivas teórico-metodológicas com as quais nos orientamos, um balanço historiográfico com parte da produção acadêmica brasileira recente que se ocupou de debater temas análogos ao nosso, a fim de situar com necessárias clareza e precisão o lugar de fala do autor cuja produção discursiva investigamos, e sínteses dos quatro capítulos desta dissertação.

Começamos pela descrição dos princípios essenciais das obras que serviram de arcabouço teórico-metodológico para a abordagem das narrativas, das linguagens, dos conceitos e das metáforas que examinamos.

Hayden White, em seu estudo sobre a *imaginação histórica* do século XIX, com ênfase em alguns dos mais eminentes historiadores e filósofos da história europeus do período, de Michelet a Burckhardt, passando por Ranke e Tocqueville, e de Hegel a Croce, passando por Marx e Nietzsche, procurou delinear as estruturas de uma narrativa histórica. Trata-se de um relato com o qual se busca dar sentido ao caos de acontecimentos que compõem as trajetórias das sociedades humanas, reunindo-os com base no nível de relevância delegada aos episódios ou circunstâncias dentro de determinados escopos argumentativos. A partir da *caracterização motívica* da narrativa, os eventos são explicados de três modos que se conjuntam: *por elaboração de enredo*; *por argumentação formal*; e *por implicação ideológica*. O modo de explicação por elaboração de enredo atrela-se ao sentido que é dado ao texto histórico e assume, pelo menos, quatro formas: *romanesca*, *trágica*, *cômica* e *satírica*. Sem nos atermos a pormenores, podemos afirmar que um texto romanesco fundamenta-se no embate entre duas forças antagônicas, como bem e mal, luz e treva, onde, no final, a virtude triunfa. O texto

trágico é a antítese do redencionismo que caracteriza o romanesco, posto abster do sujeito qualquer controle sobre as forças que o atingem. O texto cômico reconhece o poder das forças regentes do destino humano, mas, propõe um desfecho nas reconciliações ocasionais entre as pujanças dicotômicas ou entre o sujeito e suas desventuras, ao contrário do romanesco, no qual prevalece o caminho para a vitória do mais justo, e ao contrário do trágico, no qual não há saída. O texto satírico, composto com base na aceitação da total impossibilidade do ser humano se realizar no ou compreender o mundo, apenas ironiza a realidade, sem indicar soluções. O modo de explicação por argumentação formal é pautado pelo ímpeto de encontrar as finalidades ou os significados dos eventos históricos e pode ser *formista*, quando o interesse maior é identificar as características ímpares do objeto pesquisado, sem a preocupação de integrá-las a determinados processos ou conjunturas históricas, *organicista*, quando destaca as singularidades do objeto, inserindo-as em processos históricos sintéticos, *mecanicista*, quando é guiado pela crença em leis causais regentes dos eventos históricos, e *contextualista*, quando é voltado, não para a compreensão do objeto em processos históricos curtos ou longos, e sim, para a sua inclusão num espaço histórico circundante mais imediato. O modo de explicação por implicação ideológica reflete a relação de quem narra com o universo social que o cerca e, sem necessariamente corresponder a colorações partidárias, pode, também, ser identificado, no mínimo, de quatro maneiras: *anarquista*, *conservadora*, *radical* e *liberal*. A maneira anarquista, afetada pelo desejo de substituir a sociedade vertical por uma comunidade horizontal, tende a ter como referência temporal um passado remoto de inocência natural humana conjugado com expectativas cataclísmicas, resultando num relato mais inclinado a tornar-se empático para quem o lê. A maneira conservadora, refratária às transformações programáticas do *status quo* social e retratando mudanças localizadas, transcorridas em um ritmo natural, descartando rupturas totais, promove interpretações pautadas na ideia de evolução histórica, situando o estado vigente como um resultado do aperfeiçoamento processado no tempo e integrando à narrativa todas as nuances que alcança em seu objeto. A maneira radical parte do anelo de reconstrução completa da sociedade, sem aboli-la, e, anunciando a iminência da irrupção do estado revolucionário, compõe um discurso orientado por princípios estruturantes dos processos históricos. A maneira liberal, alocando as mudanças em um ritmo social condicionado pelas instituições legais da vida pública, projetando a um futuro

remoto a concretização plena dos melhoramentos da sociedade, revela confiança em tendências gerais para a compreensão do desenvolvimento histórico. Com tais categorizações, White definiu os autores que pesquisou. Por exemplo, a narrativa de Michelet é romanesca, formista e liberal; a de Tocqueville, trágica, mecanicista e radical; a de Ranke, cômica, organicista e conservadora; e a de Buckhardt, satírica, contextualista e liberal.¹ Tais categorizações são essenciais para a análise que tecemos neste trabalho. Com base nessas formulações, procuramos definir as características das narrativas de Torres Homem em cada uma das circunstâncias em que respondeu com seus textos às condições contextuais que determinaram sua inserção no processo de construção do Império brasileiro.

John Pocock, ao investigar as *linguagens* que constituíram o *ideário político* do advento da Revolução Gloriosa na Inglaterra às conjunturas da Independência dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa, num recorte temporal que vai de 1670 a 1790, traçou as coordenadas para o desenvolvimento de pesquisas sobre *experiências históricas* por meio das produções discursivas vindas à tona nos contextos a serem abarcados. Uma linguagem é um padrão, um tipo específico, um conjunto determinado de sinais irmanados através dos quais algo é expressado. Pocock trabalhou com as *linguagens vocabulares*, mais precisamente com o que foi escrito, entendendo-as como fenômenos que se formam no decurso do tempo, servindo de fonte para o debate acerca da história das sociedades que as empregaram. Por meio delas, podemos ter acesso ao presente de necessidades práticas dos sujeitos do passado, desde que investiguemos as comunidades de debate à qual pertencia quem emitiu os discursos analisados, quais seus papéis sociais e o que fazia quando os produziu, as intenções que mobilizaram a tecitura de seus textos e sua recepção. Nos textos políticos, além da *linguagem política*, é possível encontrar outras linguagens, compreendidas como *idiomas* oriundos de outros *contextos linguísticos*, correspondentes aos meios de expressão provenientes dos diversos segmentos sociais que passam, em alguma medida, a influenciar os rumos da vida pública, por exemplo, jargões profissionais que podem variar dos campos jurídico, filosófico, comercial etc. Uma vez que as linguagens são recursos culturais, estudá-las permite-nos conhecer o que é possível pensar, dizer, sentir e como é possível agir numa dada conjuntura social e política. De um discurso, pode

¹ WHITE, 1992, p. 11-56.

denotar uma ação – condição para a teoria dos *atos de fala*. Quando novas linguagens são incorporadas a um contexto linguístico ou quando termos são cunhados ou ressignificados, dizemos que é efetuado um *lance*, que pode acarretar em resultados distintos dos almejados por quem os emite, já que o que é pronunciado é passível de ser apropriado de modo inesperado por quem o recebe. Uma inovação linguística pode também indicar que a própria sociedade sob estudo estava mudando, posto que toda enunciação *pressupõe* um público apto a interpretá-la. A análise deve, portanto, ser minuciosa e, além dos aspectos mais intimamente ligados a quem produziu os textos que servem de base para a investigação, é necessário acompanhar a história das linguagens perscrutadas, sua incidência e os eventos sociopolíticos mais significativos nos contextos abordados.² Seguimos essa metodologia para mapear as linguagens utilizadas por Torres Homem. Descrevemos os sentidos e as finalidades que as linguagens que empregou com mais expressividade foram assumindo na modernidade, no intuito de observarmos e detalharmos as propriedades que conferiu aos meios que encontrou para retratar e intervir na realidade que vivenciou.

Reinhart Koselleck também concordou que a procura pelo sentido exato de um discurso demanda saber em que situações encontravam-se o indivíduo que o emitiu e os seus destinatários, qual era o seu contexto social e político, o que caracterizava sua comunidade linguística – composta por quem pronuncia um discurso, por seus contemporâneos e pela geração precedente. Na tentativa de descortinar os processos sociopolíticos que conduziram as transformações que conformaram a *experiência moderna do tempo*, Koselleck estudou os *conceitos* locucionados ao longo de tais processos ou formulados posteriormente para analisá-los. Via de regra, um conceito, mais especificamente um conceito social e político, que é o que nos interessa neste trabalho, é uma palavra que carrega consigo os aspectos compositivos das circunstâncias sociopolíticas, incluindo as condições empíricas mais imediatas, nas quais se encontram as pessoas que a opera. Todo conceito social e político deve atender a uma exigência concreta de generalização e deve ser polissêmico. O que quer dizer que seu uso não fica restrito a um episódio específico, podendo fazer-se presente em variadas situações em que caiba como ferramenta de definição e diversificar seus significados conforme se alteram as

² POCOCK, 2003, p. 23-82.

condições contextuais. As transformações dos significados de um conceito sempre acompanham as transformações dos significantes, daí sua evidente utilidade em estudos acerca das experiências históricas. Estudar um conceito implica, então, em situá-lo numa sequência temporal, tecendo assim uma *história do conceito* capaz de associar-se à *história social* que incide sobre os indivíduos que o empregam e o empregaram, trazendo à baila indagações como: quando o conceito foi cunhado, em qual conjuntura, em qual nicho linguístico, como se propagou, quais alterações sofreu, o que permaneceu de seu significado primitivo e quais sentidos assumiu no momento histórico pesquisado? Além disso, uma metodologia que converge a história do conceito e a história social acarreta numa investigação ao mesmo tempo semasiológica, observando as modificações dos significados de uma única palavra, e onomasiológica, estudando diferentes palavras para um mesmo significante. Isso possibilita analisar, por exemplo, porque, a partir de dado período, um determinado conceito tornou-se designador hegemônico ante outras alternativas vocabulares.³ Desse modo, rastreamos os conceitos-chave nas obras de Torres Homem. Identificamos as palavras que escolheu para definir as condições históricas de seu tempo, como tais palavras foram sendo suprimidas e recuperadas em seus textos, na medida em que variavam as conjunturas sociopolíticas nas quais se via imerso, e quais significados expressam conforme a realidade de cada circunstância em que foram ortografadas.

Retomando Hayden White, podemos nos atentar a outro componente discursivo relevante à pesquisa historiográfica: a *metáfora*. Trata-se de palavras e expressões procedentes de contextos linguísticos diferentes daqueles nos quais são utilizadas. Em suas linguagens de origem, seus significados carregam cargas valorativas similares às dos significados que passam a deter nas linguagens para as quais são transportadas. Se, no vocabulário onde têm presença literal, remetem, por exemplo, a algo bom ou a algo ruim ou trazem consigo a possibilidade de ambas as destinações, no vocabulário onde se manifestam metaforicamente, seus significantes recebem valores correspondentes. A metáfora é uma *figura de linguagem*, portanto, sua função é induzir o receptor da mensagem a imaginar o sentido daquilo que o emissor quer transmitir. A premissa é a de que aquilo que simboliza – o fenômeno, o objeto, o fato, o ser vivo etc. – partilha certas

³ KOSELLECK, 2006, p. 97-118.

características com o que significa em seu léxico primitivo, o que torna possível a operação. Como fonte de pesquisa, favorece o acesso a dados da experiência tacitamente descritos. Uma vez que integra o texto como uma representação valorativa de algo tematizado, viabiliza interpretar as inclinações ou os juízos de valor de quem a emite ante a realidade abordada. Há, no mínimo, quatro *tropos* – categorias com as quais são definidos os tipos de manifestação da linguagem figurada passíveis de detecção numa narrativa – ao alcance da análise de um discurso: metáfora, *metonímia*, *sinédoque* e *ironia*. De acordo com White, esses quatro tropos podem ser reunidos na designação única de metáfora. No intuito de não dilatarmos demais nosso campo de pesquisa e evitarmos explicações excessivas que pouco podem contribuir para a compreensão do objeto que buscamos elucidar, seguimos essa definição mais lata do termo, nomeando como metáfora toda a linguagem figurada presente nos textos de Torres Homem.⁴

Toda a gama de transformações sociopolíticas e epistemológicas acentuadas a partir da segunda metade do século XVIII, tendo como epicentro a Europa e rapidamente se irradiando para outras partes do mundo, foi acompanhada pela ascensão de *história* como um conceito mestre moderno. Koselleck, que se incumbiu de analisar e descrever o fenômeno, se debruçando sobre o que foi publicado, sobretudo em língua alemã, nos séculos XVIII e XIX, chamou atenção para a guinada linguística que fez coincidir numa mesma palavra a história entendida como o transcurso dos indivíduos no tempo – *Historie* – e a história entendida como o conhecimento e o relato sobre as manifestações desse processo – *Geschichte*, termo que, a partir de então, se sobrepôs ao primeiro. O conceito moderno de história incorporou uma exigência científica que implicou na necessidade de as interpretações do passado serem submetidas a um maior rigor metodológico. Isso porque ficou cada vez mais difícil orientar o futuro com o passado. O que não quer dizer que se parou de tentar. No período estudado por Koselleck, o termo tornou-se um *coletivo singular*, as muitas histórias, como a da Igreja, a do Estado, a da literatura entre outras, foram reunidas numa grande história universal que abarcava todo o mundo. A brusquidão com a qual as mudanças eram sentidas tonificou a ideia de *progresso* como algo imanente à passagem do tempo, concomitantemente, consolidou-se a tese de que cada sociedade do planeta se

⁴ WHITE, 1992, p. 48; *id.*, 1994, p. 107-108.

inseriria num determinado nível no deslocamento da história. A sensação de provisoriedade do presente e a insuficiência da tradição como diretriz alimentavam a rigidez metodológica da pesquisa histórica. Num *espaço de experiências* volátil, com um *horizonte* disponível a variadas *expectativas*, era preciso fundamentar em bases sólidas argumentos acerca de quais rumos sociais e políticos assumir. Daí a centralidade da história – desde que estudada com rigor – nos debates sociopolíticos desse período em diante. Por meio dela, nações, classes, partidos e outras forças passaram a reivindicar legitimidade, crendo que com ela se conhece os antecedentes que conduziram à e se explica a situação contemporânea, sujeita a dar lugar a novas experiências, tendo em vista a densa carga de deviniência apresentada pelo tempo.⁵

É um fenômeno que alcançou o mundo luso-brasileiro moldando-se nas especificidades da trajetória sociopolítica do Império português, no século XVIII e início do século XIX, marcada pelos afãs reformistas e pela crise do Antigo Regime, e nas especificidades do processo de consolidação do Estado nacional do Brasil, onde, inclusive, demorou para se firmar efetivamente a associação entre o conceito de história com os conceitos de *evolução* e *progresso* – só a partir da década de 1870, os dicionários produzidos por aqui registraram com mais clareza essa ligação. A ascensão paulatina do conceito moderno de história como uma força nas mobilizações sociopolíticas da vida luso-brasileira explicitou um deslocamento no eixo de suas narrativas históricas: da prevalência de relatos que agregavam em seus enredos eventos da cronologia bíblica, configurando assim uma retórica sagrada e erudita, como a que se vê no *Vocabulário português e latino*, 1712-1721, de Rafael Bluteau (1638-1774), que subordina a história profana e moderna à história sagrada e antiga, e que se vê em textos da Academia Real de História, 1720, da Academia Brasílica dos Esquecidos, 1724-1725, e da Academia Brasílica dos Renascidos, 1759, à laicização iniciada com as chamadas *narrativas ilustradas*, que põe em questionamento a história sagrada, submetendo a escrita sobre o passado ao crivo da análise da veracidade das fontes, assimilando a compreensão de uma história una em detrimento das várias histórias particulares, refletindo a *aceleração do tempo* e privilegiando eventos da época moderna – algo notado no uso e na representação da história nos poemas *O Uruguai*, 1769, de José Basílio da Gama (1741-1795) e *Vila Rica*, 1773, de Cláudio Manoel da Costa (1729-1789). A máxima “presente

⁵ KOSELLECK, 2013, p. 185-222.

prende de futuro” de Leibniz é bastante recorrente em textos produzidos deste lado do Atlântico, pouco depois da transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, evento que substancializou progressivamente a experiência da história luso-americana com a sensação de *aceleração histórica* provocada pela encarnação de um espírito modernizante conferido por todas as transformações estruturais, materiais e institucionais que trouxe em seu bojo, dando ao presente de então um caráter transitório, preparatório de um porvir que carecia ser arquitetado. A Independência brasileira, resultado, entre outras razões, da oposição entre a, naquela altura, consolidada consciência americana de sua primazia ante os demais domínios lusitanos, incluindo aí a Península Ibérica, e os esforços metropolitanos de restauração da velha ordem, fomentou mudanças no conceito de e na relação com a história. Recorreu-se à história para justificar, legitimar, embasar e explicar a ruptura com a nação portuguesa, lidando com a polissemia de termos como *revolução* e *regeneração* e com o longo caminho percorrido daí à concretização do processo de formação da nossa *identidade nacional*, que, até se cristalizar na década de 1850, passou pela história trabalhada em projetos românticos, como o da revista *Niterói*, 1836, e sistemáticos, como o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, a partir de 1838.⁶

Tais compreensões do conceito moderno de história descritas por Koselleck e das particularidades que assumiu no universo luso-brasileiro norteiam nossa elucidação da experiência histórica de Torres Homem. Adiante, tratamos de pesquisas recentes sobre as experiências históricas luso-brasileiras.

Rafael Fanni investigou a *temporalização dos discursos políticos* na conjuntura da Independência do Brasil por meio dos conceitos e metáforas presentes em periódicos, panfletos e documentos administrativos luso-americanos. O que ele demonstrou, buscando também recuar sua pesquisa a fontes emitidas pouco depois da transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, é que, na medida em que o espaço de experiências da nação portuguesa engendrava todas as transformações resultadas dos redimensionamentos geográfico-institucionais provocados pela crise do Império lusitano, endossada com a invasão napoleônica e prosseguida após a queda do imperador francês, o debate político desenvolvido nos dois lados do Atlântico, do período encetado a partir de 1808 até a emancipação

⁶ ARAUJO; PIMENTA, In: FERES JÚNIOR, 2009, p. 119-140.

brasileira, compôs-se progressivamente de argumentos e considerações atrelados a sensações e percepções sobre a passagem do tempo. Ao estudar metáforas tornadas conceitos, como revolução, regeneração e *reforma*, no início dos anos de 1820, Fanni notou que os sentidos que tais palavras expressam em suas fontes refletem os esforços feitos para interpretar e intervir numa realidade profundamente instável, onde era incógnito o destino dos laços institucionais entre as porções do Reino português, laços esses que podiam alimentar o sentimento de decadência vigente, sobretudo, no lado europeu, ou o sentimento de ameaça à gradual autonomia experimentada no lado americano, tudo a depender dos desenlaces políticos em curso, em especial, os trabalhos constitucionais que vigoravam em Lisboa, em 1821 e 1822. Em um dos panfletos que analisou, a *Carta segunda do Compadre de Belém ao Redator do Astro da Lusitânia dada à luz pelo Compadre de Lisboa* de autoria anônima, que circulou no Rio de Janeiro, em 1821, escrito com o fim de defender o movimento constitucionalista, revolução se apresenta como um perigo a ser evitado, um evento repentino e tumultuoso que colocaria em risco o porvir, enquanto reforma e regeneração assumem um caráter positivo – a primeira, representando o “conserto” que as Cortes de Lisboa poderiam implementar na governança lusitana e a segunda, uma espécie de ressurgimento da nação. Reforma e regeneração, ao contrário de revolução, apontam para alternativas estáveis de evolução e são recorrentes nos textos por conta das inquietações suscitadas pelo adensamento do *espaço de experiências revolucionário* que já ganhava contornos desde finais do século anterior. Os exercícios metafóricos, no intuito de representar a realidade da nação portuguesa, em meados da década de 1810, gestados por figuras diretamente envolvidas com a administração do Reino, mostram que, ali, já podemos notar uma intensificação no ritmo de recorrência ao tempo para se tentar compreender e melhorar as condições sociopolíticas circundantes. Um dos exemplos escolhidos por Fanni é a obra *Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular Redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815*, escrita por Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), conselheiro de Dom João VI. Pinheiro Ferreira, temeroso do quadro sociopolítico global, que já se revertia em insurreições na América sob domínio espanhol, e disposto a expor soluções para as vicissitudes que excluía Portugal do rol das grandes potências nacionais, lançou mão de metáforas como *torrente de males* e *vertigem revolucionária*, referindo-se, respectivamente, àquilo

que a seus olhos eram efeitos devastadores da onda convulsiva provocada pelos abalos que sacudiam o mundo desde o século anterior e aos próprios estremecimentos que punham em risco a manutenção do regime no qual se assentava o Reino. A interseção entre as duas expressões e a experiência histórica do período é, justamente, a ideia de movimento à qual remetem.⁷

Luisa Rauter Pereira pesquisou o conceito de *povo* na América portuguesa e no Império do Brasil, tendo como recorte temporal os anos que se estenderam do início do século XVIII à década de 1880 – conforme a necessidade, analisando, também, fontes um pouco anteriores e um pouco posteriores ao período. A autora constatou que o vocábulo foi gradualmente se inscrevendo no processo de *historicização* que atingiu os conceitos e as linguagens na experiência moderna da história – aquilo que Fanni denominou temporalização dos discursos –, ou seja, na companhia de palavras relacionadas à mobilidade temporal, passou a expressar cada vez mais a sensação de fluxo ao qual se submetiam as condições sociopolíticas e a se inscrever no processo de *contingenciamento* que marcou o léxico do ideário político moderno: numa realidade indisponível a diagnósticos e prognósticos seguros, as palavras ficavam à mercê de diferentes usos e significados. Trabalhando com periódicos, folhetos, documentos administrativos, diários, memórias, testemunhos, dicionários, livros escritos nos setecentos e oitocentos, Pereira verificou que, ao longo do século XVIII, na medida em que a divisão tripartida da sociedade – nobreza, clero e plebe – ia se dissolvendo numa pluralização de estamentos, o conceito de povo se ampliava e se complexificava, era apropriado para fins políticos, podendo ter conotações positivas e negativas. No final do século XVIII, povo já comportava os *limpos* – “homens bons” – e os *vis* – pessoas que, por posição social ou por origens de sangue, eram consideradas indignas de inclusão política. No começo do século XIX, em circunstâncias como a da Revolução Pernambucana de 1817, o termo foi entoado para nomear a população rebelada nas ruas. Nos debates da Constituinte de 1823, um grupo de parlamentares o utilizava para se referir às pessoas incultas, facilmente manipuláveis, que justificavam a centralização do poder nas mãos do monarca, enquanto outro grupo menor o empregava na defesa da liberdade das decisões políticas pelos cidadãos. Em decorrência das revoltas do período regencial e do temor da anarquia e das

⁷ FANNI, 2015.

desordens que poderiam provocar, houve um zelo maior na cessão de poder ao povo. Zelo esse que se fortaleceu nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado, quando se consolidou o triunfo conservador, e que dividiu lugar com a enfraquecida bandeira liberal de encarar a delegação de voz ao povo um meio de preparação de um futuro democrático. Com a presença da expressão *soberania popular* cada vez mais frequente nos debates políticos, a historicização do conceito se deu muito na sua integração com discursos em torno dos projetos de nação, voltados para o porvir do Império.⁸

Valdei Lopes de Araujo estudou narrativas, conceitos e metáforas nas experiências da história luso-brasileiras, do período joanino ao início do Segundo Reinado. Suas fontes foram periódicos, documentos administrativos, cartas, elogios, memórias, dicionários e livros de variados gêneros escritos em tais conjunturas, também, recuando para publicações anteriores quando se fazia mister. Um dos temas desenvolvidos por Araujo foi as mutações metafórico-conceituais gestadas por José Bonifácio Andrada e Silva (1763-1838), nas décadas de 1810 e 1820. Bonifácio foi um dos homens mais influentes das primeiras décadas do século XIX luso-americano, principalmente por sua participação no processo da Independência brasileira e por sua relação com Dom Pedro I. É figura paradigmática para a compreensão das experiências históricas e sociopolíticas luso-americanas por sua ativa vivência nas duas porções atlânticas. Nascido na capitania de São Paulo, chegou à Europa em 1783, para cursar Filosofia e Direito na Universidade de Coimbra. Depois, sob o patrocínio de Dona Maria I, empreendeu viagem pelo continente para aquisição de conhecimento em “ciências úteis”, no seu caso, mineralogia. A partir de 1800, de volta a Portugal, exerceu várias funções na administração do Estado, entre elas, a de secretário da Academia das Ciências de Lisboa e a de recuperar a vegetação devastada na costa lusitana. Sua estadia na Península Ibérica durou até 1819, ano em que retornou ao lado americano do Reino. Nessas duas décadas do século XIX de atuação no orbe português europeu, os seus investimentos metafórico-conceituais chamam atenção. Um deles é *restauração*. Reconhecendo Portugal em patente estado de decadência ética, moral, estética, política, linguística e geofísica, elencou uma série de ações que careciam ser tomadas nesses âmbitos para que a nação recuperasse o vigor de outros tempos,

⁸ PEREIRA, 2011.

como no século XVI, quando o Reino teria experimentado um *renascimento* literário e dominava os mares descobrindo novas terras. Ao enunciar tais propostas, em meados da década de 1810, Bonifácio demonstrava-se preocupado e contrário às ameaças desagregadoras que rondavam o conjunto das porções lusitanas. Restauração dividia espaço em seu vocabulário com metáforas como *limar* e *polir*, sugerindo que o resgate do passado se daria pela intervenção estrutural no presente. Transcorrido algum tempo, prestes a regressar à América, Bonifácio proferiu um discurso, na Academia onde era secretário, no qual, restauração dá lugar a regeneração e consta que o novo renascimento português só seria possível no Brasil. Os sentidos dessa/desse nova/novo metáfora/conceito acompanham as transformações na relação de seu emissor com o papel de Portugal no processo de revirtualização da civilização lusa. Em 1819, a regeneração dessa civilização brotaria na América para germinar por todo o Reino. Em 1822, aderindo ao movimento pró-Independência, Bonifácio propalou que só seria possível regenerá-la com a instauração de um novo Império nos trópicos americanos, desmembrado de Portugal e de suas possessões no ultramar. A trajetória prático-discursiva desse sujeito ilustra a aceleração do tempo que progressivamente se impregnou na experiência histórica luso-brasileira, a viragem do uso de restauração para regeneração, e dentro desta, mudanças direcionais, reflete a absorção do “espírito de vertigem” de uma temporalidade que, mesmo frequentemente evocando o velho, volta-se para o novo: restaurar remete a recuperar o antigo, regenerar leva-nos a pensar em recriar o presente para um futuro melhor.⁹

Marcelo de Mello Rangel escreveu sobre a primeira geração do Romantismo brasileiro, com ênfase nos textos que Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Francisco de Sales Torres Homem, João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) e Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879) publicaram nos dois únicos números da revista *Niterói* e com ênfase no livro *Suspiros Poéticos e Saudades* de Gonçalves de Magalhães.¹⁰ A revista e o livro circularam no Brasil, mas foram publicados em Paris, em 1836. O objetivo de Rangel foi compreender e demonstrar como esses letrados tentaram coadunar os princípios estéticos, éticos e morais da escola romântica com suas aspirações em torno da construção de uma nação desenvolvida e civilizada na América, sob os efeitos da condição histórica

⁹ ARAUJO, 2008.

¹⁰ RANGEL, 2011.

moderna, dentre os quais a própria *melancolia* romântica, fruto da incompatibilidade entre expectativa e experiência, fenômeno comum aos sujeitos do oitocentos. Nesta seção, interessa-nos o conceito de *pátria* explorado por Gonçalves de Magalhães no *Suspiros*: pátria é a combinação orgânica de propriedades naturais, culturais e afetivas concentrada em um dado *locus*, podendo ser boa ou ruim, a depender dos graus de desenvolvimento da isonomia de direitos e deveres entre as diferentes classes sociais, da dissolução do *egoísmo*, da preponderância da razão e da afirmação do *espaço público* como palco da democracia. Esses apanágios, no livro de Gonçalves de Magalhães, provêm da Revolução Francesa, evento tratado com ambiguidade: há lamentos pela violência, pela convulsão com as quais irrompeu, mas, também, há o reconhecimento do seu grande valor por ter proporcionado ao mundo a ascensão do espírito moderno. O Brasil é retratado como uma grande pátria que ainda não havia consolidado as propriedades ideais do conceito, mas, o autor voltou da França para a América, ainda na década de 1830, após a publicação da revista e do livro, disposto a disseminá-las. Tais afã e devoção à pátria amada vinham como um meio de suportar o que Rangel definiu como uma “dinâmica radical de transformação incessante”¹¹ – arrebatados pela aceleração do tempo, os primeiros românticos brasileiros encontravam no futuro a estabilidade de afetos ausente em seu presente de Regências constantemente fustigadas pelos conflitos entre os divergentes projetos de nação.

Christian Edward Cyril Lynch perscrutou a inserção das linguagens que nortearam as reconfigurações sociopolíticas da Europa moderna nos debates políticos do Brasil oitocentista. O material pesquisado abarca livros, ensaios, correspondências, periódicos e documentos administrativos, tais como Atas de Assembleias Constituintes e textos constitucionais produzidos na Europa e nas Américas, do século XVI ao final do século XIX. O objetivo prioritário de Lynch foi demonstrar como o discurso *monarquiano* foi se consolidando e se sobressaindo ante outros discursos gravitantes em torno das possibilidades de construção do Estado nacional brasileiro e como o conceito de *Poder Moderador* foi se cultivando no nosso vocabulário político, em especial, nas discussões da Assembleia Constituinte de 1823, como um reflexo da aceleração histórica que tornou

¹¹ RANGEL, 2011, p. 113.

anacrônicos certos termos tradicionais, impondo a cunhagem de novas formas de representação e condução da realidade. O conceito se manifestou pela primeira vez na França revolucionária do século XVIII, tendo como entusiasta mais notório Benjamin Constant. Lá, vingou o significado de Poder Moderador como uma via para o exercício de uma autoridade executiva neutra e arbitral e, por isso, apta a carregar consigo prerrogativas como direitos de veto e dissolução. No Brasil, pelos idos de 1823, *grosso modo*, Poder Moderador apontou simultaneamente para três direções distintas, acompanhando os embates entre os dois grupos cardinais de letrados que, em tal conjuntura, movimentavam a vida política na Corte – a *elite coimbrã*, monarquiana, e a *elite brasiliense*, pregadora de uma monarquia “republicana”. As três visões eram difundidas pelo primeiro grupo e refutadas pelo segundo. Apesar de distintos, os três significados do conceito comungam da tese de que a vigência do Poder Moderador suplanta, no exercício político institucional, as tendências faccioso-partidárias, as parcialidades a favor das conveniências regionais e os apetites egoístas. Tratando-se, enfim, de um artifício constitucional em defesa do *interesse público*. As diferenças de significados do conceito são que, em um, é apregoado como uma força quase metafísica postada acima da política terrena, força à qual os parlamentares deviam devotar cerimonioso respeito, porém, sem necessariamente excluir margens de decisão a outras instâncias da administração estatal. Um defensor que se destacava dentro dessa visão era Antônio Carlos de Andrada Machado (1773-1845), irmão do já mencionado José Bonifácio. Outra visão do conceito, tendo à frente José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836), apresenta-o não como um poder supra terreno, de natureza essencialmente dessemelhante à dos demais poderes, mas como uma maneira de uma nação ter garantidos os direitos e os deveres constitucionais. Por essa perspectiva, a excepcionalidade do Poder Moderador, seu aspecto superior, funciona como um bem democrático indispensável, uma prevenção contra os males derivados dos particularismos legislativos, para ser invocada quando estritamente necessária. Já uma outra linha expressa-o, sem subterfúgios, fundamentalmente como o instrumento máximo da centralização político-administrativa nas mãos de um monarca, este, tratado como a emanção da soberania nacional, tendo que, tal como o ser mitológico Argos, possuir cem olhos, o que quer dizer, controlar com domínio absoluto o Estado, sobrepujando qualquer autoridade local. Leitura que teve como maior emissor João Severino Maciel da Costa (1769-1833), futuro marquês de

Queluz. De certo modo, o Poder Moderador foi de suma importância para a centralização político-administrativa que vigorou no decurso de quase todo o século XIX brasileiro. Para Lynch, a semente desse modelo de governabilidade foi plantada em Portugal quando o marquês de Pombal incumbiu-se de modernizar a nação para que se equiparasse a potências como França e Inglaterra. O que exigia um Estado forte, capaz de impor e concluir todas as medidas para esse fim. Pensamento que ecoou no Brasil, sendo demasiado sintomático parlamentares constituintes com formação intelectual profundamente enraizada na Universidade de Coimbra, terreno das ideias pombalinas, terem advogado o Poder Moderador, motivados pela verve modernizante, inserindo-o num manancial de conceitos com os quais se buscava lidar com a velocidade dos acontecimentos e as fendas abertas para o porvir.¹²

Bruno Diniz Silva dedicou-se a pesquisar a produção discursiva de José da Silva Lisboa (1756-1835), o visconde de Cairu, de 1808 a 1830, identificando e debatendo as linguagens política e historiográfica em suas narrativas, salientando o percurso semântico trilhado no vocabulário político luso-brasileiro do apelo ao conceito de restauração ao apelo ao conceito de regeneração. Além dos textos de Cairu, Silva pesquisou documentos administrativos, periódicos e as memórias e os livros sobre história escritos por outros letrados coetâneos ao autor acerca do qual desenvolveu seu trabalho. Seu propósito foi mapear os *contextos discursivos* e as tradições historiográficas que balizaram a feitura das obras de Cairu, que podem ser divididas em dois momentos. De 1808 a 1819, o autor mobilizou a *linguagem da restauração*, militando a favor da recuperação do Império português, governado a partir do Rio de Janeiro, combatendo as “*vertiginosas ideias do Século*”¹³ e os ideais da Revolução Francesa. De 1820 a 1830, imbuiu-se da *linguagem da regeneração*, partindo da refração à Constituinte de Lisboa e posicionando-se em favor da emancipação brasileira. Só um Império bragantino americano seria capaz de cumprir a missão de conduzir a nação rumo ao apogeu. Imediatamente, percebemos coincidências entre os fenômenos registrados por Silva, Fanni¹⁴ e Araujo¹⁵. Isso porque, como bem destacou Silva, as nuances das narrativas de Cairu se inseriram

¹² LYNCH, 2007.

¹³ SILVA, 2010, p. 15. Grifos do autor.

¹⁴ FANNI, 2015.

¹⁵ ARAUJO, 2008.

num processo comum a parte dos letrados luso-brasileiros que, sensíveis à invasão napoleônica, à transmigração da Corte portuguesa e à Revolução do Porto, responderam aos efeitos de tais eventos, a princípio, com a busca entusiástica de soluções holísticas que agregassem o ultramar, mas, pouco a pouco, compreendendo a inevitabilidade da ruptura. Cairu, nascido na Província da Bahia e formado em Cânone e Filosofia na Universidade de Coimbra, instrumentalizou seu discurso com os recursos disponíveis àqueles que se propuseram a escrever sobre o Reino e o Império sob a égide da aceleração: palavras e expressões temperadas pela temporalização ou historicização.¹⁶

Expostos em linhas gerais os aportes teórico-metodológicos que embasam nosso trabalho, ilustrados com parte da produção acadêmica brasileira recente fundamentada em correntes teóricas e metodológicas afins à pesquisa à qual nos empenhamos, resumimos abaixo cada um dos quatro capítulos desta dissertação.

No primeiro capítulo, contamos o que alcançamos na biografia de Torres Homem, delineamos as três manifestações de sua experiência histórica entre os anos de 1831 e 1856 e analisamos os componentes discursivos d'*O Libelo do Povo*, cuja abordagem prévia é medular para a compreensão de toda a produção discursiva do autor, uma vez que nesse panfleto há, além de sua narrativa mais cuidadosa da história do Brasil, o uso de linguagens, conceitos e metáforas decisivos para entendermos as conservações e as transformações do vocabulário que empregou nas três décadas que investigamos.

No segundo capítulo, descrevemos as primeiras Regências e a ambiência cultural vivenciada por Torres Homem em Paris e discutimos a manifestação da experiência histórica do autor percebida nos textos que produziu na década de 1830, antes do Regresso Conservador de 1837. Demonstramos como o tom ambivalente de seu tratamento da história se coaduna com a postura moderada que assumiu durante o advento liberal no Brasil.

No terceiro capítulo, trabalhamos os textos de Torres Homem da década de 1840 e mostramos como ele foi acentuando seu radicalismo e sua sensação de crise em razão do fortalecimento dos conservadores na realidade sociopolítica brasileira e como isso se reflete na sua leitura da história do Brasil. Traçamos um panorama

¹⁶ SILVA, 2010.

do contexto e, por ser o momento em que o autor mais polemizou, também abordamos textos de seus antagonistas mais inflamados.

E no quarto capítulo, retratamos o desgaste liberal e a consolidação da hegemonia conservadora na década de 1850 no Brasil e examinamos como os textos que Torres Homem compôs em prol da conciliação entre as duas facções que polarizavam a realidade sociopolítica da nação revelam, com um tom harmonizador, o desejo de acomodação do autor à conjuntura que se instalava.

Capítulo 1

História da incompleta Independência

1.1 – Francisco de Sales Torres Homem e as manifestações de sua experiência da história

Torres Homem nasceu em 29 de janeiro de 1812, no Rio de Janeiro, sede do Reino português.¹⁷ Negro¹⁸ – sua mãe, apesar de uma alegada pele clara, era filha de uma negra alforriada e seu pai era branco e padre –, pouco se sabe acerca de seus primeiros anos de estudo. Sabemos com menos imprecisão que se graduou em Medicina pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, em 1832, com cerca de 20 anos de idade, quando já era vice-presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, Instituição liberal presente em outras cidades do Império brasileiro e que, na Corte, na época, era presidida por Evaristo da Veiga.¹⁹ Este exerceu sobre ele forte influência: introduziu-o no jornalismo e na militância liberal, além de orientá-lo nas leituras de obras que, naquela altura, circulavam nos debates políticos, como os livros de Benjamin Constant e Louis

¹⁷ As informações sobre a biografia de Torres Homem foram coletadas nas seguintes obras: ALCÂNTARA MACHADO, 1936; ARAUJO, 2008; BASILE, 2004; BLAKE, 1895; BROCA, 1979; CANDIDO, 2000a; *id.*, 2000b; *id.*, In: HOLANDA, 1987; CASTELLO, In: COUTINHO, 1969; COUTINHO, 1969; MAGALHÃES JÚNIOR, 2009; PINASSI, 1998; RANGEL, 2011; VIANA, 2006; VIANNA, janeiro a março de 1960, v. 246. Há também informações sobre a sua biografia que encontramos em jornais, cujas referências são apresentadas quando mencionadas.

¹⁸ Apesar de boa parte da historiografia brasileira se referir a figuras como Torres Homem como “mulatos”, “mestiços” ou “pardos”, optamos por designá-lo como negro. Além da questão afirmativa, tão cara ao nosso tempo, a palavra mulato carrega consigo uma origem depreciativa, por advir de uma menção à palavra “mula”, equídeo derivado do cruzamento de dois outros equídeos distintos entre si, empregado, tal como os escravos, muitas vezes, em trabalhos pesados – em geral, o transporte de cargas. Já a palavra mestiço é demasiado imprecisa e seu uso pressupõe que todos os sujeitos com determinados conjuntos de características físicas mais aparentes, tais como alguns tons de pele, alguns formatos de crânio e alguns tipos de cabelo, geralmente referidos a grupos raciais específicos e ausentes nos sujeitos designados como mestiços resultam de uma única raça, algo improvável, sobretudo no mundo moderno, e principalmente no Brasil. Enquanto a palavra pardo traz como um dos seus significados a imagem do “branco sujo”. Com a palavra negro, nos referimos às pessoas de pele escura, a despeito de sua ascendência racial. Há, hoje em dia, uma inclinação para o uso da palavra “preto” em casos como o de Torres Homem – é um debate em curso, sem que ainda se vislumbre um desfecho consensual. Como este não é um trabalho sobre os adjetivos que compuseram as distinções sócio raciais do Império, algo que demandaria um uso preciso de tais palavras, com sentidos correspondentes aos do período pesquisado, e como o termo negro já traz consigo um histórico de inserção afirmativa em nosso vocabulário, é com ele que seguimos neste estudo.

¹⁹ Hélio Vianna escreveu que Evaristo da Veiga era mestiço: “Para uma de suas cadeiras [na Academia Médico-Cirúrgica], criadas em recente reforma, [Torres Homem] pretendia prestar concurso, quando a amizade de *outro mestiço famoso*, Evaristo da Veiga, definitivamente o desviou da medicina, encaminhando-o para a política.” (VIANNA, *op. cit.*, p. 254. Grifos nossos). A fonte de Vianna para tal afirmação é a edição de 12 de outubro de 1835 do jornal *A Novidade Extraordinária*. Porém, não encontramos outras fontes que sugerem o mesmo.

Thiers. Isso porque Evaristo da Veiga, além de ter sido um dos mais conhecidos ativistas do nascente nacionalismo brasileiro – nas vésperas da emancipação, compôs e cantou nas ruas o poema *Hino da Independência*, melodiado por Dom Pedro I²⁰ –, foi proprietário de um dos mais frequentados pontos de encontro da gente letrada em terras cariocas, uma livraria adquirida em 1827, na Rua dos Pescadores, número 49.²¹ Em 1833, Evaristo da Veiga, ocupando cadeira na Assembleia Geral, conseguiu para Torres Homem o cargo de adido à legação brasileira em Paris, onde este se juntou a companheiros como Gonçalves de Magalhães e Porto-Alegre, participando intensamente da vida cultural e intelectual da cidade.²² Torres Homem estudou Direito na Sorbonne, e foi, como os outros dois, sócio fundador do Instituto Histórico de Paris. Em 1834, os três publicaram, na revista da agremiação, o texto *Resumo da História da Literatura, das Ciências e das Artes no Brasil*. Como relatamos na introdução, em 1836, organizaram e trouxeram a lume os dois únicos números da revista *Niterói*, que, ao lado do livro *Suspiros Poéticos e Saudades* de Gonçalves de Magalhães, também publicado na França e no mesmo ano, é considerada marco inaugural do romantismo brasileiro.

²⁰ Ilmar Rohloff de Mattos discorreu bem sobre o fato: “Os versos vibrantes de um jovem de quase 23 anos eram a expressão das experiências emocionantes por ele vividas no Rio de Janeiro, em meados do ano de 1822. Mas não apenas por ele. Das páginas redigidas por seu principal biógrafo saltam a tropa e o povo cantando nas ruas da cidade, ao som de duas músicas diversas, uma de autoria do maestro Marco Portugal e outra de autoria do próprio príncipe D. Pedro [...] em cenário diverso e em escala menor, reproduzia-se o próprio momento de composição da Marselhesa, pouco mais de três décadas antes, surge não apenas o jovem conformado por aqueles sucessos, mas também o indivíduo que contribuía para a construção da *Pátria livre*.” (MATTOS, maio de 2005, n. 1, p. 9. Grifos do autor).

²¹ A título de curiosidade e ilustração, citamos aqui passagem do livro *Memórias póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis, publicado 44 anos depois da morte de Evaristo da Veiga, no qual está retratada situação contemporânea ao engajamento político deste. O pai de Brás Cubas, tentando convencê-lo a se enveredar pela carreira política, disserta sobre temas em voga no momento, dentre os quais o próprio livreiro: “Bebeu o último gole de café; repotrou-se, e entrou a falar de tudo, do Senado, da Câmara, da Regência, da restauração, do Evaristo, de um coche que pretendia comprar, da nossa casa de Matacavalos... Eu deixava-me estar ao canto da mesa, a escrever desvairadamente num pedaço de papel, com uma ponta de lápis” (ASSIS, 2012 [1881], p. 65).

²² “Durou essa iniciação jornalística e política apenas parte dos anos de 1832 e 1833, pois no último, ainda graças à muito alegada proteção de Evaristo, conseguiu Francisco de Sales ir para a França, onde até 1836 esteve como adido à legação brasileira. A respeito não tem faltado exageros, como os que atribuem ao diretor da *Aurora* o custeio da viagem e a manutenção em Paris do médico patricio. Basta, porém, a inclusão de seu nome nos *Relatórios* de nossos ministros dos Negócios Estrangeiros da época, para que se veja que o favor foi feito, como quase sempre acontece, à custa do Estado”. Numa nota de rodapé, na mesma página, Vianna cita os *Relatórios*: “No *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa*, em 1833, pelo ministro Bento da Silva Lisboa, aparece Francisco de Sales Torres Homem como adido à Legação em Paris, à p. 30; idem, no *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, em 1834, apresentado pelo ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, à p. 22; idem, no de 1835, do ministro Manuel Alves Branco, à p. 19; idem no de 1836, do ministro José Inácio Borges, à p. 15, já como ‘adido de 1ª classe’, mas pela última vez.” (VIANNA, janeiro a março de 1960, v. 246, p. 255).

Torres Homem voltou ao Brasil em 1837, ano em que, além do retorno à América, outros dois episódios marcaram-no: a morte de Evaristo da Veiga, em 12 de maio, e a renúncia de Diogo Antonio Feijó (1784-1843) como regente, em 19 de setembro, quando teve início o Regresso Conservador – o retorno dos conservadores ao comando da nação, tendo à frente Pedro de Araújo Lima (1783-1870) como regente, interrompendo a ascensão liberal em curso desde a Abdicação. Novamente na capital do Império brasileiro, trabalhou como diretor e redator em vários periódicos, como *O Despertador*, *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, *O Maiorista*, *Minerva Brasiliense* e *Correio Mercantil* e, também, tornou-se membro do IHGB. Antes de sua primeira temporada na Europa, no começo da década de 1830, já escrevia na *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, no *Independente* e n’*O Homem e a América*. Foi eleito deputado geral em cinco legislaturas: em 1842, pelo Ceará; em 1845, por Minas Gerais; e em 1848, 1857 e 1860, pelo Rio de Janeiro. Em 1854, ocupou o cargo de diretor do Tesouro Nacional; em 1858 e em 1870, o de ministro da Fazenda; em 1866, o de presidente do Banco do Brasil, quando também se tornou conselheiro de Estado; em 1868, foi nomeado senador pelo Rio Grande do Norte; em 1871, foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo; e, em 1872, com o título de visconde de Inhomirim. Conforme discutiremos mais adiante, ele foi de um polo a outro no cenário de colorações político-faccioso-partidárias do Brasil imperial: liberal com rasgos de radicalismo na juventude, como em 1842, quando, acusado de participar da Revolução Liberal, eclodida nas Províncias de Minas Gerais e São Paulo, foi degredado para Portugal, só retornando ao Brasil em 1843; conciliador durante o Gabinete da Conciliação, ínterim que se estendeu de 1853 a 1856, em que Honório Hermeto Carneiro Leão, tornado, em 1854, marquês de Paraná, presidiu o Conselho de Ministros do Império do Brasil; e, daí em diante, conservador até o fim. Em 3 de junho de 1876, foi encontrado morto, em Paris, sentado à mesa de um quarto de hotel. Prolixo que era, nessa hora derradeira, segundo um de seus biógrafos²³, estava sentado à mesa para escrever.

Política e escrita estiveram demasiado imbricadas ao longo de sua vida. Integrou uma geração que nasceu no Vice-Reino, cresceu no Reino Unido e amadureceu numa nação independente que não “existia”, melhor dizendo, existia enquanto projeto(s), detinha uma Constituição – outorgada, vale lembrar – e

²³ VIANNA, janeiro a março de 1960, v. 246, p. 281.

instituições público-administrativas como Assembleia Geral, Senado, Câmaras, Comarcas, Escolas de Ensino Superior etc., além de atividades privadas, como intercâmbios e estabelecimentos comerciais, agricultura, serviço de transporte urbano, imprensa e outras. No entanto, os elãs, a identidade e a *unidade* nacionais que selaram o pacto entre todas as províncias de seu imenso território, só se consolidaram três décadas depois de proclamado o rompimento com Portugal.²⁴

No panorama imaginado por Alcântara Machado,

[...] os dois garotos [, Torres Homem e Gonçalves de Magalhães,] viram, de certo, com os olhos alagados de admiração, as cenas movimentadas e pitorescas, que a cidade natal lhes oferecia gratuitamente naquele tempo. Tiveram, talvez, de ajoelhar-se, mais de uma vez, à passagem do coche em que dona Carlota Joaquina passeava pomposamente a sua fealdade pelas ruas descalças ou pelas estradas maravilhosas da Corte; ou puderam avistá-la, escanchada numa cavalgadura de preço, em direção a Laranjeiras, pelo Catete afora. Viram Dom João VI, macrocéfalo e barrigudo, sacudido dentro de uma carruagem pífia, a caminho de São Cristóvão, onde tinha palácio. Deslumbraram-se com as luminárias do Campo de Sant'Anna, e os arcos triunfais do largo do Paço, erguidos por Grand-Jean de Montigny para festejar a coroação do novo soberano do Reino Unido. Espiaram a chegada de dona Leopoldina e a partida da família real. Trocaram insultos e bofetadas com os “marotos” e “pés de chumbo” da mesma idade. Ouviram, transidos de medo, o eco das arruaças e o troar do canhão por ocasião do motim de 24 de fevereiro. Acompanharam o bando imponente que, precedido de moleques e anunciado pelo pipocar dos foguetes e pelos músicos da cavalaria policial, convocava o povo para as festividades da sagração. Bem pode ser que, na tarde em que a Constituinte foi dissolvida, tenham visto o Imperador à frente do estado maior, atravessar carrancudo a cidade amuada.²⁵

Na narrativa acima, predomina uma dimensão especulativa e imaginativa. Mas, Alcântara Machado acenou para uma conclusão indubitável: muito do patriotismo alardeado por Torres Homem e seus confrades adveio do testemunho, desde tenra idade, do conjunto de transformações ensejadas por aqui nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo no Rio de Janeiro, culminando na visão de um Brasil rico de potencialidades, que se apresenta em seus discursos. Visão que se inflava e se contraía no compasso das alternâncias das conjunturas sociopolíticas

²⁴ DIAS, 2005, p. 7, 17-22, 33-37, 74, 118-120, 141-144; JANCSÓ; PIMENTA, In: MOTA, 1999, p. 130-136, 159; MOREL, 2005, p. 151-166.

²⁵ ALCÂNTARA MACHADO, 1936, p. 9-10.

do Império. E é na toada dessa condição que conduzimos as análises da experiência histórica do autor sobre o qual lançamos luz, no período de consolidação da identidade e da unidade do Império brasileiro, consolidação que se estendeu da década de 1820 à década de 1850.²⁶

Para tal, nos debruçamos sobre o principal da produção discursiva de Torres Homem difundida na imprensa, da década de 1830 à década de 1850. Ao escrever sobre política, economia, cultura, escravidão, literatura, ciência e outros assuntos relacionados ao Império, teceu narrativas e considerações históricas acerca do Brasil e do mundo. Constatamos que, nesse período, sua experiência da história se manifestou de três modos. A primeira manifestação se estendeu de 1831 a 1837, ínterim que acreditava ser regido pela Revolução de 7 de abril – a Abdicação de Dom Pedro I e a instalação das Regências. Nas narrativas que compôs nesse momento, há arroubos de otimismo com relação à história do Brasil, entendendo que o Império seguia, mesmo que tropeçadamente, rumo à necessária modernização, gestada a partir de 1808, reivindicada em 1822, reiterada em 1831 e reafirmada com

²⁶ Para trabalharmos com a perspectiva de que o período de consolidação da identidade e da unidade nacionais do Império brasileiro se estendeu da conjuntura da Independência à década de 1850, década em que se encerraram os levantes provinciais mais alarmantes – frisando que não aludimos ao sentimento nativista americano, mas sim, à afirmação do Brasil enquanto um Estado imperial sedimentado pela adesão de todas as porções territoriais que o compunham –, temos como referência o trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias:

“Ao tentar uma apreciação sumária do estágio atual da historiografia brasileira sobre a ‘independência’, desejamos lembrar e enfatizar certas balizas já bem fundamentadas por nossos historiadores e que dizem respeito a certos traços específicos e peculiares do processo histórico brasileiro da primeira metade do século XIX, o principal dos quais é a continuidade do processo de transição da colônia para o Império; o fato de a ‘independência’, isto é, o processo da separação política da metrópole (1822), não ter coincidido com o da consolidação da unidade nacional (1840-1850), nem ter sido marcada por um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário, e nos confrontarmos com a convivência de *desvincular o estudo do processo de formação da nacionalidade brasileira no correr das primeiras décadas do século XIX da imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole.*” (DIAS, 2005, p. 7. Grifos da autora).

“Consumada a separação política, que aceitaram mas que de início não quiseram, não pareciam brilhantes para os homens da geração da independência as perspectivas da colônia para transformar-se em nação e sobretudo em uma nação moderna com base no princípio liberal do regime constitucionalista. Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente ‘nacional’ viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e da ‘vontade de ser brasileiros’, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do Império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada europeia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia, manifestada pelos portugueses enraizados no Centro-Sul e que tomaram a si a missão de reorganizar um novo Império português. A dispersão e fragmentação do poder, somada à fraqueza e instabilidade das classes dominantes, requeria a imagem de um Estado forte que a nova Corte parecia oferecer.” (DIAS, 2005, p. 17-18).

o Ato Adicional de 1834. Tropegamente porque seu otimismo era compartilhado com lamentos pontuais a respeito da vigência da escravidão e a respeito de manobras políticas como as que obrigaram a renúncia do liberal Diogo Antonio Feijó do cargo de ministro da Justiça, em 1832 – fato em reação ao qual nosso autor foi a público expor-se contrariamente em um texto que assinou com Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense*.²⁷ Nessa altura, Torres Homem esteve imbuído de uma *experiência da história ambivalente*. A segunda manifestação foi de 1837 a 1853, demarcado pelo Regresso Conservador e pela conjuntura de instalação do Gabinete da Conciliação. Ao longo desse momento, a pontualidade e o caráter esporádico de seus lamentos ao tratar da história do Império foram dando lugar a um discurso hegemonicamente negativo, que foi num crescendo de radicalismo narrativo e de atuação política. Convivendo com a progressiva ascensão conservadora que começou na Regência de Araújo Lima, Torres Homem, frustrando-se com o Segundo Reinado, tendo que lidar com as dissoluções de Gabinetes liberais, em 1841 e em 1848, com as violentas repressões a duas revoluções, em 1842 e de 1848 a 1850 – revoluções conduzidas pela facção à qual era adepto –, sendo, como já descrito, penalizado com o exílio forçado, e tendo duas de suas legislaturas como deputado geral cassadas, em 1842 e em 1849, polemizou, discorreu sobre questões ácidas e criticou com veemência a Monarquia brasileira. Nessa conjuntura, manifestou uma *experiência da história de crise e radicalismo*. E a terceira manifestação foi de 1853 a 1856, quando tentou harmonizar as forças polares que davam a tônica da realidade política do Império. Em defesa de um governo de coalizão, do qual, a partir de 1854, participou diretamente, publicou, um pouco antes, em 1853, no *Correio Mercantil*, uma série de artigos que se converteram no livro *Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos*²⁸, nos quais, já vislumbrando os primeiros contornos da consolidação da unidade nacional, extintos os movimentos separatistas e levantes armados mais preocupantes nas províncias, agregou a seu discurso bandeiras antes renegadas e procurou, inclusive, justificar tal inflexão. Encontramos, aí, uma *experiência da história harmonizadora*, no sentido de corresponder a uma circunstância em que coadunou o que ele era com o que ele veio a ser.

²⁷ TORRES HOMEM; VEIGA, 13 de agosto de 1832, n. 663, p. 4-5.

²⁸ TORRES HOMEM, 1853.

Na próxima seção, discutimos aspectos centrais d'*O Libelo do Povo*, obra primordial para entendermos seus demais textos, uma vez que é um panfleto no qual delineou mais cuidadosamente os sentidos de termos-chave que se apresentam e se ausentam de toda a sua produção discursiva sobre a qual nos debruçamos. N'*O Libelo do Povo*, os sentidos desses termos nem sempre coincidem com os sentidos que detêm em seus textos escritos em outros momentos. Exatamente por estarem mais bem definidos no panfleto, propiciam uma melhor compreensão de como se apresentam em discursos proferidos antes e depois dessa obra.

1.2 – *O Libelo do Povo* e a Revolução da Independência

No leque de publicações de Torres Homem, *O Libelo do Povo*²⁹ foi a que mais se projetou, foi a mais lida, mais debatida e a que teve maior alcance junto à posteridade. A ponto de o autor, além de ser conhecido como visconde de Inhomirim, por conta do título que recebeu do imperador, ser, também, chamado de Timandro, codinome que usou para divulgar o panfleto. Timandro e Inhomirim, apesar de alcunharem o mesmo sujeito, foram figuras quase diametralmente opostas. A primeira lançou mão de um discurso liberal radical de crítica violenta à centralização do poder nas mãos do monarca. A segunda, de uma postura conservadora em defesa da governança de Dom Pedro II.

Pouco depois de vindo a lume, em 1849, pasquins anônimos foram criados para combater ou apoiar *O Libelo do Povo*. Como é o caso de *A Contrariedade pelo Povo*, *O Moleque* e *A Califórnia* – contrários ao libelista – e d'*A Filha de Timandro*, ou *A Brasileira Patriota* – favorável. Houve, também, *O Caboclo* e *O Sino da Lampadosa*, pasquins que militavam em prol de Dom Pedro II e que se opunham ao liberalismo radical, em especial ao movimento praieiro pernambucano, daí, consequentemente, antagonizavam com fervor às posições de Timandro. Em 1854, foi publicado *O Filho do Timandro*, pasquim de oposição ao Gabinete da

²⁹ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009. Nas notas de rodapé, incluímos entre colchetes a referência do ano das primeiras edição e impressão d'*Libelo do Povo*. Nas Referências Documentais, não adotamos esse procedimento. Para localizar nas Referências Documentais mais informações sobre a edição d'*O Libelo* que utilizamos, a procura deve ser feita com base no sobrenome do autor, sem a referência do ano de 1849 entre colchetes.

Conciliação e que resgatava trechos d’*O Libelo* que contradiziam as ideias conciliadoras que Torres Homem apregoava naquela altura.³⁰

O anúncio de venda de exemplares d’*O Libelo* mais recuado no tempo que encontramos foi divulgado em 18 de fevereiro de 1849, um dia antes da dissolução da Assembleia Geral, no *Correio Mercantil*, jornal no qual Torres Homem trabalhava na época, conjugando seu tempo com suas atividades legislativas, precocemente interrompidas pela segunda vez naquela década.³¹ É a sua obra em que a narrativa histórica mais prepondera. Em seus outros textos, os relatos históricos se apresentam como recursos argumentativos que complementam a narrativa principal. Por exemplo, para advogar o fim da escravidão no Brasil no artigo *Considerações econômicas sobre a escravatura*³², de 1836, a explanação central foi uma exposição dos prejuízos financeiros, estruturais e culturais que a vigência da servidão negra provocava à nação em seu presente, traçando um paralelo entre o Império brasileiro e os Estados Unidos da América e, dentro deste, um paralelo entre os estados do sul e os estados do norte. Só que buscou fortalecer a explanação registrando como o fenômeno foi catastrófico para as histórias da Grécia e da Roma antigas e das próprias colônias portuguesas americanas. Já *O Libelo* é, sobretudo, uma versão liberal da história do Brasil de 1822 a 1849, à qual estrategicamente anexou outras narrativas, como um panorama dos levantes

³⁰ *O Caboclo*, 28 de fevereiro de 1849, n. 4; *A Califórnia*, 5 de abril de 1849, n. 3; *A Contrariedade pelo Povo*, 13 de março de 1849, n. 1; *id.*, 3 de abril de 1849, n. 2; *id.*, 19 de abril de 1849, n. 3; *A Filha de Timandro, ou A Brasileira Patriota*, 12 de abril de 1849, n. 1; *O Filho do Timandro*, 1 de setembro de 1854, n. 1; *O Moleque*, 31 de março de 1849, n. 2; *O Sino da Lampadosa*, 7 de março de 1849, n. 1; *id.*, 15 de março de 1849, n. 2; *id.*, 4 de abril de 1849, n. 3.

³¹ “O golpe que em 29 de setembro se desfechou mais uma vez sobre a causa do progresso e da nacionalidade do Brasil, a maneira extraordinária por que mudou-se a política do país, sendo violado os dogmas fundamentais do sistema representativo, desacatando a representação nacional, insultando-se grosseiramente no seio da câmara, nos salões do passo o último ministério liberal; o espetáculo de terror, perseguições e mortes que seguiram-se à inauguração da política tantas vezes fatal ao império; assunto tão grave, emoções tão fortes não podiam deixar de profundamente impressionar um dos mais distintos aliados do partido nacional, e mover sua pena para dizer verdades que só ele sabe exprimir com essa força, com essas formas cheias de graça e harmonias, que o tornam digno de ser invejado, e quase impossível de ser imitado.

“A obra que anunciamos ao público denomina-se O LIBELO DO POVO POR TIMANDRO” (*Correio Mercantil*, 18 de fevereiro de 1849, n. 47, p. 3. Grifos do autor). O anúncio não vem assinado, por isso, difícil precisar se quem o compôs foi Torres Homem ou algum confrade, um colega da redação, por exemplo. Já sobre a descoberta imediata da autoria d’*O Libelo*, Magalhães Júnior escreveu: “Mau grado as cautelas do pseudônimo, não faltou quem logo identificasse o autor, cuja pena corajosa já deixara traços bem vivos no jornalismo da Corte.” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 10). No anúncio do *Correio Mercantil*, a forma como o libelista é descrito – “um dos mais distintos aliados do partido nacional” – sugere que a preservação do anonimato da verdadeira identidade de Timandro não era necessariamente uma prioridade.

³² TORRES HOMEM, 1836b, n. 1.

revolucionários que varriam a Europa desde finais do século XVIII e um relato sobre como havia sido, até então, os reinados da Casa de Bragança, no Velho Mundo.

Por ser o trabalho de Torres Homem com maior *força ilocucionária*³³ e ser sua narrativa histórica mais bem acabada, compreendemos que, para a pesquisa das transformações em sua experiência da história, *O Libelo* ilumina sua produção discursiva anterior e posterior à publicação do panfleto. Daí que, antes de passarmos à análise do que ele escreveu em cada um dos momentos elencados na seção precedente, discutimos primeiro o panfleto, partindo da premissa de que nele estão enfatizadas as características de sua experiência histórica que foram despertadas e abandonadas ao longo de sua vida. As narrativas, as linguagens, os conceitos e as metáforas d'*O Libelo* se irradiam, em suas presenças e em suas ausências, no passado e no futuro do Torres Homem do final dos anos de 1840, sujeito cuja trajetória é modelar para pensarmos as condições históricas e sociopolíticas dos processos de reivindicação, construção e consolidação da identidade nacional e do adensamento da modernidade brasileiras, posto ter sido ele figura longeva que atravessou quase toda a história do Império e entusiasticamente comprometido com tais processos – como dissemos, além de influir na opinião pública por meio da imprensa, arvorou importantes funções no Estado.

N'*O Libelo*, a história do Brasil é a história da “incompleta independência”³⁴. A Independência/história do Brasil é uma revolução em curso que comporta outras revoluções em si. O seu conceito de revolução, aí, possui dois significados. Quando se trata de abordar a declaração de emancipação brasileira, o 7 de abril e a Antecipação da Maioridade de Dom Pedro II, está associado a vocábulos como reforma e regeneração. Já nos apontamentos sobre a Revolução Liberal de 1842 e sobre a Revolução Praieira vigente, liga-se a termos como *revolta* e *guerra civil*.

Koselleck, em seu esforço para traçar o percurso da constituição do conceito moderno de revolução e compreender sua natureza, estabeleceu suas oito características básicas. A partir das reelaborações da Revolução Francesa ao longo

³³ Entendendo força ilocucionária como o impulso contido em um discurso que torna-o capaz de produzir efeito prático no contexto em que é proferido, a força que converte uma fala em ação (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995).

³⁴ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 65.

do século XIX, o conceito: 1) tornou-se um *coletivo singular*, passando a designar um fenômeno universal, que implicou em situar todos os movimentos revolucionários numa grande Revolução a varrer o mundo; 2) fomentou a sensação de aceleração do tempo, posto se referir a um acontecimento capaz de romper com o fluxo esperado da história, despertando a impressão de abreviação dos deslocamentos entre passado, presente e futuro – tornaram-se rápidos e abruptos os declínios de poderes e tradições e as ascensões de novos valores e práticas; 3) firmou-se como um *coeficiente dinâmico* dos prognósticos sociopolíticos, assinalando um condicionante das alternativas de futuro; 4) passou a sinalizar um demarcador da história, abrindo um novo espaço de experiências, afetado pela ideia de haver um antes e um depois de 1789 e pela ideia de que a Revolução faz-se em etapas, alcançadas em diferentes ritmos, a depender das condições das sociedades nas quais se desencadeia; 5) implementou a noção de que, para o ensejo da Revolução, as transformações devem incidir tanto no *campo político* como no *campo social*, no sentido de que as emancipações têm que abarcar todos os segmentos da estrutura social; 6) assumiu um caráter *permanente*, determinando que a Revolução precisa vigorar até a concretização de todos os seus objetivos; 7) trouxe à tona neologismos como *revolucionamento*, *revolucionar* e *revolucionário*, atestando o cunho consciente e calculado que se incorporou aos gestores da Revolução; 8) possibilitou uma *legitimidade* inquestionável para a Revolução, sentenciando que tudo que se processe em conformidade com os ideais que propugna se justifica, até mesmo a *guerra civil*.³⁵

Antes do advento de seus traços modernos, o conceito de revolução, no vocabulário político, se aproxima muito mais do significado que detém na *linguagem astronômica*, um dos contextos linguísticos do qual foi apropriado como metáfora. Na linguagem astronômica, remete à rotação dos corpos celestes em suas órbitas, que, percorrendo seus ciclos, passam sempre pelos mesmos pontos. Até os estremecimentos da França, os eventos políticos também eram pensados dessa forma. João Paulo Garrido Pimenta investigou o vocábulo na conjuntura da Independência do Brasil. No material que analisou, há textos nos quais o conceito é bastante requisitado, tendo maior peso sua conotação clássica, que o associa a situações de reforma e regeneração, distanciando-o de contratempos como guerras

³⁵ KOSELLECK, 2006, p. 61-77.

civis e rebeliões. Na maior parte dos textos, a Revolução da Independência do Brasil se diferencia e é superior às emancipações hispano-americanas por não ter irrompido por meio de conflito armado com a Casa de Bragança, pelo contrário, ter tido à frente um dos membros da Dinastia. Para quem partilhava dessa visão, a nossa ruptura com Portugal seguiu um impulso natural que, em algum momento, infalivelmente, poderia induzir as colônias de todas as nacionalidades a desligarem-se das metrópoles sem violência. Nessa lógica, os movimentos de libertação da América sob domínio espanhol foram inferiores por terem se dado convulsivamente. No início do século XIX, fora da linguagem política, a palavra revolução possuía duas direções de sentido na língua portuguesa culta, conforme se lê no *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes e Silva, de 1813: um sentido no qual se refere a abalos sísmicos, como terremotos e submersões de terra, e ao movimento dos astros e um sentido no qual se refere às mudanças dos humores no corpo. Este segundo, bastante influente sobre o significado do conceito político e social moderno.³⁶

N’*O Libelo*, a Revolução da Independência é um movimento regenerativo porque nasceu para impedir os afãs recolonizadores postos em pauta no início dos anos de 1820, sobretudo nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, reunidas em Lisboa, em 1821 e 1822 – a emancipação brasileira, nessa perspectiva, veio para garantir os avanços políticos, sociais, culturais, materiais e estruturais acentuados desde a chegada da Família Real e reforçados pela elevação a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Na opinião de Torres Homem, o caso brasileiro se singulariza por ter irrompido sem violência:

Enquanto o velho mundo mudava de pele e *regenerava-se* no meio das tormentas da *guerra civil*, nós, mais felizes, elaborávamos *pacificamente* os elementos de nossas *reformas*, sob os auspícios do governo do partido da liberdade, e seguros e tranquilos, como o homem ditoso de Lucrécio, só ouvíamos de longe o bramir das ondas e dos ventos, que nos não podiam atingir.³⁷

Assim, a nação se inseriu na Revolução global “que a cratera francesa arroja em todas as direções”³⁸. Por isso, na primeira seção d’*O Libelo*, intitulada *Nova*

³⁶ PIMENTA, setembro de 2009, n. 3, p. 53-82.

³⁷ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 64.

³⁸ *Ibid.*, p. 59.

tentativa contra as liberdades do Brasil: – Rápida vista d’olhos sobre os sucessos da Europa em 1848, o autor expôs as várias revoluções que pululavam em outros países. Na porção lusófona da América, o fenômeno se engendrava com fluxos e refluxos: a dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, um refluxo; a Abdicação de Dom Pedro I, em 1831, e o Ato Adicional, em 1834, fluxos; o Regresso Conservador, em 1837, e a Lei de Interpretação do Ato Adicional, em 1840, refluxos; a Antecipação da Maioridade de Dom Pedro II, com a qual se tentou refrear a reação conservadora, fluxo; a destituição do Gabinete liberal, em 1841, a derrota da Revolução Liberal e a dissolução da Assembleia Geral, ambas em 1842, refluxos; os Gabinetes liberais de 1844 a 1848, fluxos; e, por fim, mais refluxos, a partir de 1848, com a derrocada do Gabinete de Francisco de Paula Sousa e Melo (1791-1854)³⁹, com a opressão a Pernambuco e com o acirramento da incomunicabilidade entre Ministério e Assembleia Geral, culminando na dissolução desta, em 19 de fevereiro de 1849.

O trecho abaixo é o que melhor apresenta os aspectos do conceito explorado por Torres Homem no panfleto:

Quando raiará o dia da *regeneração*?

Quando estiver completa a *revolução*, que há muito se opera nas ideias e sentimentos da nação; revolução que, *caindo gota a gota*, arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter nem as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a *renovação social e política sem convulsões e sem combate*, da mesma maneira que a natureza prepara, *de dia em dia, de hora em hora*, a mudança das estações; revolução, finalmente, que será o triunfo

³⁹ Em 29 de setembro de 1848, Sousa e Melo formalizou seu pedido de demissão da presidência do Conselho de Ministros, alegando doença, a mesma justificativa que usou para se afastar das atividades como presidente do Conselho, antes mesmo de oficializar a desistência do cargo – afastamento precoce que rendeu ao seu Ministério, por parte dos conservadores, a acusação de acéfalo. O provável motivo de sua saída foi a ferrenha oposição que enfrentava na Assembleia Geral, tanto de saquaremas como de luzias, que estagnava o governo, uma vez que matérias importantes deixavam de ser votadas. Sousa e Melo não conseguiu base parlamentar, decorrente da falta de unidade entre os próprios liberais – os mais radicais, como o próprio Torres Homem desses tempos, percebiam na figura do ministro, dada a sua moderação, um mero atenuante para as divergências facciosas do momento. Quando Sousa e Melo se afastou, já antes de 29 de setembro, os conservadores, apesar da convivência com a qual foram tratados durante o período em que o presidente esteve ativo, se aproveitaram do fato para fragilizar o governo (IGLÉSIAS, In: HOLANDA, 1987, p. 11-12). Ainda assim, Torres Homem lastimou o fato já na primeira frase d’*O Libelo*: “Aos 29 de setembro de 1848, a causa constitucional sofreu em nossa pátria um novo eclipse.” (TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 53). Seguiu, ao longo do panfleto, queixando-se do episódio – muito mais pelo regresso de Araújo Lima ao poder, que assumiu a presidência no mesmo dia da renúncia declarada do Gabinete liberal.

definitivo *do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico*, da realidade sobre a ficção, *da liberdade sobre a tirania!*⁴⁰

Num plano ideal, nessa acepção: revolução conjuga-se com regeneração; dá-se paulatinamente, “caindo gota a gota”, “de dia em dia”; implica em “renovação social e política sem convulsões”; e é a luta entre a soberania popular e a tirania dinástica. Mas há mais dois elementos fundamentais em sua formulação. Confunde-se, como explicamos, com o próprio processo histórico da nação e guarda em si outras revoluções.⁴¹

As revoluções contidas na Revolução da Independência, como estão abordadas no panfleto, desvirtuam-na pelo caráter belicoso com o qual se realizaram. As exceções são o 7 de abril, descrito como uma revolução pacífica – “a primeira regência, governo eletivo e inoculado pela revolução do espírito do povo”⁴² –, cujos levantes armados que a sucederam provêm de setores regressistas do Império, das

[...] revoltas subsequentes à abdicação, o que aparecia era o desencadeamento das paixões, dos instintos grosseiros da escória da população; era a luta da barbaridade contra os princípios regulares, as conveniências e necessidades da civilização.⁴³

E a Antecipação da Maioridade de Dom Pedro II, compreendida como uma revolução sem conturbações, para

[...] a imaginação de um povo descontente do presente e que vivia ingenuamente de devaneios e vagas esperanças, era o jovem príncipe no novo talvez que viria desassombrar a terra de Judá da opressão dos satélites de *Atalia*.⁴⁴

Já a violência da Revolução Liberal de 1842 e da Revolução Praieira está justificada:

Qual será o desenlace desta agressão, que começa atroz e horrível, arrancando nossas províncias do sossego de que gozavam e tornando-as vítimas das misérias e calamidades da

⁴⁰ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 121. Grifos nossos.

⁴¹ *Ibid.*, p. 121.

⁴² *Ibid.*, p. 81.

⁴³ *Ibid.*, p. 82.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 90-91.

conquista? Vencerá aqui a tirania, que sucumbe no resto do mundo? Não; o ídolo insaciável, a quem não fartou o sangue dos Mineiros e Paulistas, e que hoje devasta Pernambuco, há de reconhecer que a rocha sobre que está firmada a liberdade do Brasil, e que é a natureza mesma das coisas, não se abala sem perigo para quem o tenta.⁴⁵

Trata-se da consideração de que o despotismo bragantino “acabou com todas as soluções regulares do problema social, e privou até do remédio ordinário sofrimentos, para que são precisos meios heroicos e radicais”⁴⁶.

A *linguagem revolucionária* tem presença ostensiva n’*O Libelo*. É verificada mais nitidamente, além de no uso frequente do termo revolução e no dos já citados guerra civil e revolta, em palavras e passagens como:

TABELA 1
Exemplos n’*O Libelo do Povo* da incidência de palavras e expressões que integram com mais evidência a linguagem revolucionária moderna

Exemplos n’<i>O Libelo do Povo</i> da incidência de palavras e expressões que integram com mais evidência a linguagem revolucionária moderna	
Palavras e expressões	Páginas
“queda da tirania”	53
“terror”	54, 61, 66, 74, 75, 81, 87, 113, 115
“dias de cruéis dissensões, de angústias e de sangue”	54
“quebrados os laços aviltantes”	55
“causa dos povos”	58
“todos na desesperação da miséria, na ignomínia da anarquia”	60
“baionetas mercenárias sucumbem depois de pelejas encarniçadas das ruas”	61
“arrasa os monumentos da feudalidade”	62

⁴⁵ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 64-65.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 119.

Exemplos n’<i>O Libelo do Povo</i> da incidência de palavras e expressões que integram com mais evidência a linguagem revolucionária moderna	
Palavras e expressões	Páginas
“vingança social”	62
“desordem”	72, 83, 84, 97
“não existe meio algum de fuzilar as ideias”	73
“resistência feita à autoridade, que violara todos os direitos”	83
“discórdias civis”	84
“Império de ruínas e de sangue”	84
“despotismo imperial”	91
“rastilhos da rebelião”	97
“golpes de Estado”	117

Fonte: TORRES HOMEM, Francisco de Sales. “O Libelo do Povo *por Timandro*”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 53-121.

Ao passo que também está presente em vocábulos e passagens como:

TABELA 2
Exemplos n’*O Libelo do Povo* da incidência de palavras e expressões que integram com menos evidência a linguagem revolucionária moderna

Exemplos n’<i>O Libelo do Povo</i> da incidência de palavras e expressões que integram com menos evidência a linguagem revolucionária moderna	
Palavras e expressões	Páginas
“reformas representativas”	59
“promovendo pela moderação de seu proceder o arrefecimento das paixões e a conciliação dos ânimos”	83
“restaurar a ordem legal sem dilacerações e sem dores”	84
“reforma social”	110

Exemplos n’<i>O Libelo do Povo</i> da incidência de palavras e expressões que integram com menos evidência a linguagem revolucionária moderna	
Palavras e expressões	Páginas
“revoluções regulares do sistema representativo”	112
“poder regular e legítimo”	117

Fonte: TORRES HOMEM, Francisco de Sales. “O Libelo do Povo *por Timandro*”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 53-121.

Ou seja, o campo semântico do conceito de revolução d’*O Libelo* é perpassado por dois grupos transversais de palavras e expressões. Um, consonante com o significado que passou a se preponderar como moderno, por isso mais evidente. Outro, afinado com o significado que foi gradualmente descaracterizado como moderno, por isso, velado para um leitor de um contexto histórico posterior. Abaixo, excertos dessa dupla manifestação semântica.

Para o primeiro caso, trecho que complementa as denúncias dos ataques cometidos contra os pernambucanos:

A primeira parte do *plano infernal* estava assim plenamente preenchida; a *política da perseguição e do bacamarte* tinha produzido de suas entranhas uma *revolta*; os ministros estavam satisfeitos; era isso positivamente o que queriam. Mas a segunda! Essa não será tão fácil se para a primeira bastou o desprezo pelo Brasil, pela constituição e pela humanidade, mais alguma coisa do que isso será preciso para *esmagar* os briosos compatriotas dos Vieiras, dos Camarões e dos Henriques Dias.⁴⁷

Para o segundo caso, trecho com o qual estão expostas as benesses conquistadas com a atuação dos políticos liberais, em princípios da década de 1840, dentre elas, o acordo de paz com os revoltosos da Guerra dos Farrapos:

Bastou a força moral de *nossa moderação e de nossa lealdade*; bastou a ascendência de nossos princípios de nacionalidade, de *fraternidade e conciliação*, para que caíssem as armas das mãos daqueles, a quem um decênio de porfiadas lutas, tantos Exércitos e riquezas destruídas não puderam domar [...] Da mesma forma e, pelo mesmo meio, foi restabelecida a confiança e *plantada a ordem na totalidade do Império*; *ordem honrosa*, que se livrou na espontaneidade da obediência do cidadão; que se *harmonizou*

⁴⁷ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 116. Grifos nossos.

com o livre e amplo Exército de todos os direitos, com o respeito de todas as garantias; *ordem sólida*, que deu ao país cinco anos de repouso e bonança, quais nunca se vira antes e que até hoje duraria ainda se não houvesse quem se julgasse com direito de imolar a seu capricho as mais sérias conveniências de uma nação inteira.⁴⁸

Mesmo na obra de maior radicalidade discursiva do autor, revolução não assume exclusivamente todas as características com as quais passou a ser convencionalizada no ideário político da modernidade. O que não torna seu texto menos moderno. Muito pelo contrário, expressa a pluralidade semântica, a polissemia e a sobreposição de estratos temporais que definem a era, no sentido de que cada experiência moderna do tempo pode carregar em si elementos das experiências anteriores e contornos das experiências vindouras.

O tom radical d’*O Libelo* é uma resposta à crise na qual Torres Homem se sentia imerso. O conceito de *crise* na linguagem política moderna ascendeu, na segunda metade do século XVIII, como uma metáfora oportunamente apossada do vocabulário médico, quando prevalecia uma concepção do Estado como um corpo orgânico. Segundo Koselleck, o primeiro autor com discurso mais projetivo a empregá-lo com esse sentido foi Jean-Jacques Rousseau, que o compreendeu como a ausência de autoridade, como anarquia, como um momento revolucionário propício para a sociedade ser conduzida à deterioração ou não, tudo a depender do grau de virtuosismo dos cidadãos. Uma vez que, em seu entendimento, o Estado corrompe os indivíduos, o “adoecimento” daquele submete estes à prova dos bons valores morais. Numa crise, a sociedade cujos membros, em tal circunstância, se aproximam da condição do *bom selvagem* sai vitoriosa diante da derrocada do Estado e inaugura algo novo e salutar. Depois, outro autor foi Denis Diderot que, apesar de também ter atribuído um caráter dualista ao desdobramento de um momento de crise, que pode acarretar em despotismo ou liberdade, não o interpretou como anarquia, mas como um processo que gradualmente apresenta os moldes do que pode vir a ser a sociedade que o experimenta. Na sua formulação, o desfecho de uma crise, se devidamente analisados seus “sintomas” e “agentes causadores”, é prognosticável. E, também, o abade Raynal, que definiu que do ponto de vista de quem governa o Estado, a crise significa uma guerra civil, e na

⁴⁸ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 97. Grifos nossos.

perspectiva do cidadão, a crise é um tribunal moral. Sua leitura é mais otimista, apresentando a história como um movimento progressista, a crise é uma espécie de requisito para o estabelecimento de uma nova ordem mais próspera.⁴⁹

Graduado em Medicina, Torres Homem abusou da *linguagem médica* no panfleto, ao analisar a

[...] *crise*, que há 25 anos começou, enlutando as últimas cenas de *nossa incompleta independência*. *Crise dolorosa*, e cheia de desenganos, *que depois continuou com intermitências* e da qual nossos pais, que a viram originar-se, não tiveram menos que *sofrer* do que *sofre* a presente geração, a quem eles contavam legar a *fruição* tranquila e definitiva de tão nobres sacrifícios!⁵⁰

O que ele defendia é que os eventos imediatos que provocaram a divulgação d’*O Libelo* – a queda do Gabinete liberal de Sousa e Melo, a falta de diálogo entre Executivo e Legislativo e a violência contra os rebelados de Pernambuco – eram episódios, “uma fase nova da mesma crise”⁵¹, iniciada na conjuntura de 1823 e 1824, 25 anos antes do processo de escrita e publicação do panfleto, quando houve o fechamento da Constituinte e a outorga da Constituição. Reflexos da história do Império.

Como um médico avaliando a saúde de um paciente, traçou um diagnóstico do Brasil de finais da década de 1840:

Considera-se a lastimável posição da nossa pátria! Uma constituição nominal; direitos sem exercício, ministérios sem satisfação, liberdade sem garantias, ministérios sem dogma e sem nacionalidade; um Senado vitalício e faccioso em plena revolta contra o princípio do governo, pretendendo-o transformar em oligarquia à veneziana; o direito de propriedade sem segurança porque a justiça civil é distribuída por magistrados políticos que sacrificam a paixões de partido a imparcialidade do julgamento; a justiça criminal entregue a inumeráveis harpias de uma política, que atropela, despoja e escraviza o cidadão pacífico; a indústria nacional monopolizada pelo querido português, enquanto o povo enjeitado *geme* sob a carga dos tributos, que exige a dívida de 400 milhões despendidos na bela empresa de afogar em *sangue* seus clamores e de enriquecer seus inimigos; a nação envilecida, desprezada, conculcada por uma Corte, que sonha com o direito divino e só *respira* a aura corrompida da baixeza, da adulação e do estrangeirismo; nada de generoso, de nacional e de grande;

⁴⁹ KOSELLECK, 1999, p. 137-161.

⁵⁰ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 65. Grifos nossos.

⁵¹ *Ibid.*, p. 65.

nada para a glória, para a liberdade, para a prosperidade material; *o entusiasmo extinto; o torpor do egoísmo percorrendo gradualmente, com a frialdade do veneno do coração às extremidades e amortecendo as carnes mórbidas de uma sociedade, que supura e dissolve-se...* tal o estado do Brasil!⁵²

E, após o diagnóstico, receitou o antídoto para o enfermo:

Mas *quem acordará do letargo* nossa independência natural, nossas tendências americanas, *nossa vitalidade*, nossas esperanças e nossas grandeza [*sic*]? *Quem nos salvará desta gangrena social*, a que a política antiprogressiva condenou-nos? Quem salvará a liberdade das perseguições brutais e sistemáticas do governo do privilégio? Quem fará da exceção a regra, do brasileiro um cidadão, e das forças de todos, a base e o gênio do Estado?
Quem?
O ato da soberania nacional. Que nomear uma *assembleia constituinte*!⁵³

A cura do jovem Império de 27 anos, portanto, era a convocação de uma Constituinte. A moléstia, uma Constituição outorgada, que o adoeceu com a crise que volta e meia apresentava seus sintomas e que lhe foi inoculada em sua “infância”. Logo no primeiro ano de vida, o Império foi sequestrado de seu verdadeiro tutor, o povo, a quem, “e a mais ninguém, cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade”. Dom Pedro I, “simples feitura de nossas mãos”, já que “preferiu a nação a monarquia do mesmo modo que poderia preferir a república de Franklin e de Washington”,⁵⁴ ao dissolver a Assembleia Constituinte de 1823, inviabilizou as necessárias profilaxias que poderiam tornar o Império imune à crise que o libelista auscultava:

O que aconteceu, para que assim se dispersasse o *povo brasileiro* ainda no meio das festas da liberdade e se trocassem seus hinos faustosos em murmúrios de pesar e consternação? Eu vou dizê-lo. Houve a *usurpação da soberania popular* por aquilo a que a Corte designa com diversos nomes – soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. *A nova realeza saída da lavra da nação* ostenta-se superior a ela, ataca-a e a absorve em si [...] Donde vinha a Pedro I autoridade de assim *confiscar os poderes da nação* que se constituía? Do seu direito hereditário? Não, porque se seguiria o absurdo, que,

⁵² TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 119. Grifos nossos.

⁵³ *Ibid.*, p. 120-122. Grifos nossos, exceto “*assembleia constituinte*”.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 66.

separando-nos de Portugal, continuávamos sujeitos ao rei, como um domínio privado e não enfeudado à coroa.⁵⁵

Koselleck foi demasiado preciso ao definir o que vem a ser uma crise na esfera sociopolítica:

Pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada –, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico.⁵⁶

Para o Torres Homem dos últimos anos de 1840,

O país o sabe e é por isso que a fermentação e o alarma derramam-se por todas as classes da população; é por isso que os cidadãos perguntam uns aos outros cheios de ansiedade – quando e como terminará esta lide horrível entre o poder e a massa do povo? Onde estão as portas da saída desta desgraçada situação? A imensidade da crise, que nos ameaça, confunde a imaginação e não deixa aberta a mesma esperança, que, em outras épocas, do excesso dos males renascia.⁵⁷

São questões muito próximas ao que foi enredado por Koselleck: presente pendente e acionamento do futuro histórico. E tal como apontou Araujo⁵⁸, é um estado que acentua o potencial judicativo da história. Daí as nuances do discurso de Torres Homem. Em certa altura, lemos no panfleto: “Mas o que estou dizendo? Vaticino, em vez de escrever a história! Perdão, amigo, leitor; eu reassumo o fio interrompido de minha narração”⁵⁹. Passagem que sugere que queria dar a entender que *O Libelo* tinha vindo a lume para expor a trajetória da nação. Mesmo que essas frases tenham uma clara função protocolar, deixam evidente a noção de que o autor queria sanar a crise com uma narrativa histórica. Torres Homem movimentava-se insuflado pela “emergência do desejo por história e por nação”⁶⁰ infundido na

⁵⁵ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 67. Grifos nossos.

⁵⁶ KOSELLECK, 1999, p. 111.

⁵⁷ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 118-119.

⁵⁸ ARAUJO, In: ARAUJO; MOLLO; NICOLAZZI, 2012.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 108. Grifos nossos.

⁶⁰ ARAUJO, maio a agosto de 2015, n. 56, p. 367.

mentalidade dos sujeitos que se inseriam nas disputas pela afirmação dos diferentes projetos de Império. Tendo em vista que um dos traços característicos da produção intelectual moderna é a sua crescente autonomização ante os poderes instituídos – por exemplo, ante o Estado –, o fenômeno deu ensejo, no Brasil oitocentista, a um tratamento com a história aquém, melhor dizendo, para além do *regime de autonomia disciplinar*, cujo maior expoente foi o IHGB com sua revista, publicada pela primeira vez em 1839, propiciando um *regime de autonomia compilatório*, que facultava a propagação de *historiografias populares* por meio da imprensa e do mercado editorial de livros com os mais variados temas históricos.⁶¹ *O Libelo*, sendo uma crítica frontal à Monarquia, expressa uma autonomia radical e, longe de ter sido composto com o rigor disciplinar, apesar de sua ilustração, foi tecido com um método popular de pensar e contar a história.

Nos próximos capítulos, vemos que em outros momentos os componentes discursivos de Torres Homem – as narrativas, as linguagens, os conceitos e as metáforas – são outros, em algumas situações, os mesmos, mas menos enfatizados do que são n’*O Libelo* ou com outros significados. Além de que, como já informamos, nas outras manifestações de sua experiência, a história se apresenta muito mais como um recurso argumentativo do que como a espinha dorsal dos textos.

⁶¹ ARAUJO, maio a agosto de 2015, n. 56, p. 365-400; ARAUJO, In: ARAUJO; MOLLO; NICOLAZZI, 2012.

Capítulo 2

Experiência da história ambivalente

2.1 – Regências

Neste capítulo, discutimos textos compostos por Torres Homem antes do Regresso Conservador de 1837, mais precisamente, o *Voto de graças ao ex-Ministro da Justiça o Sr. Diogo Antonio Feijó, pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, escrito com Evaristo da Veiga e publicado na *Aurora Fluminense*, em 1832, e os quatro artigos que publicou na revista *Niterói*, em 1836.

Com a Abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, foram instaladas as Regências, que perduraram até a Antecipação da Maioridade de Dom Pedro II, celebrada em 24 de julho de 1840. A primeira foi a Regência Trina Provisória, empossada já no dia da queda do imperador, composta por Francisco de Lima e Silva (1785-1853), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) e José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836); a segunda, a Regência Trina Permanente, empossada em 17 de julho de 1831 e composta pelos mesmos regentes da anterior, à exceção de José da Costa Carvalho (1796-1860), que substituiu Carneiro de Campos; a terceira, a Regência Una de Feijó – que já havia participado das duas primeiras, como ministro da Justiça –, empossada em 12 de outubro de 1835; e, por fim, as Regências Interina e Una de Araújo Lima, empossadas, respectivamente, em 19 de setembro de 1837 e em 7 de outubro de 1838. Foi um período marcado por avanços e entraves aos afãs liberais. Avanços como a formação da Assembleia Geral com maioria liberal, em 1833, o Ato Adicional de 1834, que suspendeu o Conselho de Estado e criou as Assembleias Legislativas Provinciais, em substituição aos Conselhos Gerais de Províncias, e a Regência de Feijó conviveram com dificuldades como levantes de cunho restaurador, como a Cabanada, em Alagoas e Pernambuco, de 1832 a 1835, e a Revolta do Ano da Fumaça, em Ouro Preto, em 1833, e o Regresso Conservador. Conforme Marco Morel, nunca houve, concentrada em ínterim tão breve, tanta convulsão social com motivações políticas no Brasil quanto nas Regências.⁶²

⁶² MOREL, 2003, p. 65.

No dia 8 de abril de 1831, a *Aurora* reproduziu um trecho da conclamação feita por Antônio Borges da Fonseca (1808-1872) aos brasileiros, n' *O Repúblico*:

Publicou-se a seguinte proclamação, que nos apressamos em inserir na nossa folha, *vista a uniformidade de sentimentos em que estamos com ela*.

Compatriotas.

Ao depois de tantos sofrimentos, teve de ceder o ingrato à vontade Nacional. Porém com que glória, Brasileiros, fizemos a *Revolução*? Como, com tanta vontade nos *regeneramos*? É pasmosa seguramente uma tal *revolução: nenhum exemplo ainda deu nação alguma de libertar-se com tanta ufania sem derramar uma só gota de sangue* (...) Mas, Concidadãos, ainda muito nos resta da grande Obra encetada. Creio que de alguma sorte ei merecido o vosso conceito, *é tempo de moderação*. Os nossos Augustos e Digníssimos Representantes estão em Sessão, deles pende o fim da nossa salvação, cumpre obedecer aos seus mandatos, que todos são em nosso favor, e a Pátria exige de nós, a continuação dessa prudência, *ainda não conhecida até hoje em povo algum*. Eia, nós estamos no campo de Marte, aí findaremos a nossa *regeneração que não deve ser manchada por excesso algum*. O perjúrio abdicou; que se vá em paz gozar dos frutos das suas traições: *não tinjamos a nossa revolução com sangue*, e ensinemos ao mundo e à posteridade, que quando se defende a Liberdade não se há mister de levar o estrago e a morte à humanidade.⁶³

Esse curto manifesto pela moderação transmite as bases da compreensão político-histórica compartilhada por Torres Homem e seus pares antes da radicalização em que alguns se embrearam na década de 1840. O 7 de abril foi um dos poucos momentos de moderação de Borges da Fonseca, um dos inflamadores da Noite das Garrafadas, motins que eclodiram de 12 a 14 de março de 1831, no Rio de Janeiro, e um dos principais ideólogos e líderes da Revolução Praieira. Mas é certo que, semelhante a Torres Homem, vivenciou o episódio da renúncia de Dom Pedro I como a regeneração da Revolução da Independência.

Para Torres Homem e Evaristo da Veiga, pouco depois da campanha pela Abdicação, “a mais justa das *revoluções*”⁶⁴,

Começava a embaçar-se o albor da *Aurora da Regeneração*; vacilava sobre seus alicerces ainda fracos o altar da liberdade

⁶³ *Aurora Fluminense*, 8 de abril de 1831, n. 469, p. 2. Grifos nossos.

⁶⁴ TORRES HOMEM; VEIGA, 13 de agosto de 1832, n. 663, p. 5. Grifo nosso.

legal; a honra, a vida, a fortuna do Cidadão eram abandonadas aos furores de bandas delirantes; o patriota descorado de susto antevia a queda do Governo legal, e o Brasil rolar após de mil Governos efêmeros erguidos e derrubados sucessivamente pelo punhal de facções.⁶⁵

Lembrando que pronunciaram tais palavras por conta do fim do Ministério da Justiça de Feijó, que durou de 7 de julho de 1831 a 26 de julho de 1832. Ministério que, para os dois autores, conduziu o “Brasil pela primeira vez a lograr as doçuras da paz, da segurança, e da liberdade”⁶⁶ – diziam ao ex-ministro:

Agora que desceste da elevada e bem árdua posição social, aonde com pujante braço *moderáveis* as rédeas do Estado, impossível é o iludir-vos sobre a homenagem e sinceros votos, que rompem do seio agradecido da Sociedade Defensora.⁶⁷

Segundo Morel, Feijó “assumiu a pasta com superpoderes, equivalentes aos de um primeiro-ministro”⁶⁸.

O 7 de abril já surgiu, na produção de Torres Homem, no começo dos anos de 1830, como uma revolução dentro da Revolução. Tal conceito, nesse momento, ainda não era operado por ele com a dualidade com a qual foi instrumentalizado n’*O Libelo*. Na *Aurora*, revolução está atrelada apenas a termos e expressões que celebram seu caráter pacífico, ordeiro e moderado. Porém, a derrubada do Ministério de Feijó e as constantes revoltas alimentavam a ambivalência que esteiam a manifestação da experiência que protagonizou no período, posto contrariarem o desejo de “continuação dessa prudência” vigente durante sua irrupção, até então, “não conhecida em povo algum”⁶⁹:

O fanatismo, a ambição, o implacável rancor contra a *nova ordem de cousas* tomando a postiça máscara de ardente patriotismo, deviam lançar-se com reiterados botes ao Ministro que fazia valer a vontade Nacional.⁷⁰

⁶⁵ TORRES HOMEM; VEIGA, 13 de agosto de 1832, n. 663, p. 5.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 5.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 5. Grifo nosso.

⁶⁸ MOREL, 2003, p. 29.

⁶⁹ TORRES HOMEM; VEIGA, *op. cit.*, p. 5

⁷⁰ *Ibid.*, p. 5. Grifos nossos.

Na próxima seção, retratamos os aspectos culturais que determinaram a e gravitaram em torno da publicação da revista *Niterói*.

2.2 – Ambiência cultural da publicação da revista *Niterói*

Ao chegar em Paris, em 1833, Torres Homem deparou-se com o regime que ficou conhecido como Monarquia Burguesa, instaurada por Luís Felipe I, após a deposição de Carlos X, em 7 de agosto de 1830. A França experimentava a contração de poderes da aristocracia em favorecimento da ampliação da influência liberal na condução do Estado, sua capital tornava-se cosmopolita e propícia ao intercâmbio de ideias. Entretanto, o proletariado era mantido à margem da cidadania.⁷¹ Guardadas as devidas particularidades de cada caso, é possível afirmar que há similaridades entre a Monarquia Burguesa e os seis primeiros anos das Regências, no Brasil. As mais evidentes são o fortalecimento dos segmentos liberais moderados, a instauração das condições para governos menos centralizados, a exclusão da maior fatia da população – no Brasil, principalmente, os escravos – e a revolução como episódio de reinstalação/recuperação de uma “nova ordem de cousas”⁷² em processo de afirmação. É, desse modo, justificável a conservação de um Torres Homem regencial em pátria monárquico-burguesa. O Luís Felipe I que garantia refúgio para revolucionários das mais variadas nações era o mesmo que abrigou Dom Pedro I, de 1831 a 1832⁷³ – clima propício para o prosseguimento da maturação, iniciada nos trópicos, de um Torres Homem liberal moderado e essencialmente regenerador. A *Aurora Fluminense* chegou a comparar os movimentos pró-Abdição, no Brasil, às Jornadas de Julho de 1830, que decretaram o fim do reinado de Carlos X:

*A nossa revolução gloriosa em nada teve que invejar aos 3 dias de Paris. Os atos de desinteresse e de generosidade, tão admirados na França, foram reproduzidos aqui, e se encontraram até entre as pessoas da mais infeliz posição social.*⁷⁴

⁷¹ PINASSI, 1998, p. 98-109; RANGEL, 2011, p. 16-17.

⁷² TORRES HOMEM; VEIGA, 13 de agosto de 1832, n. 663, p. 5.

⁷³ Porto-Alegre, inclusive, já em Paris, em 1831, “se encontrou com Dom Pedro I no Boulevard des Capucines. O monarca destronado tratou-o então de maneira pouco cerimoniosa, dando-lhe uma pancadinha no ombro. Já não tinha emprego para oferecer-lhe, mas podia deixar-lhe alguns bilhetes de banco na mão, tratando-se de um jovem brasileiro baldo de recursos em terra estranha.” (BROCA, 1979, p. 60).

⁷⁴ *Aurora Fluminense*, 11 de abril de 1831, n. 470, p. 2. Grifos nossos.

Na França, Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre e outros brasileiros fruíram atmosfera fértil para a potencialização do espírito romântico que neles germinava quando cruzaram o Atlântico. Paris respirava uma efervescência cultural que se desdobrava num intenso processo de dilatação do espaço público. Amplificavam-se a liberdade e o alcance da imprensa e de associações de viés político-intelectual, abria-se mais espaço para a crítica, no sentido mais analítico do termo, e novas tendências estéticas ganhavam corpo, sobretudo o Romantismo. Além de acompanhar o teatro de Vitor Hugo, as reuniões do Instituto Histórico de Paris e os cursos da Sorbonne, travando contato com pensamentos de autores como Kant, Hegel, Voltaire, Locke e Schiller,⁷⁵ os redatores da *Niterói* cercavam-se de figuras destacadas em seu tempo, como Almeida Garret, Eugène de Monglave, Jean-Baptiste Debret, Victor Cousin, Alphonse de Lamartine e François-René Chateaubriand, estabelecendo maior proximidade com os dois primeiros – Porto-Alegre, por sua ligação com as belas artes, um pouco mais com Debret, isso desde a década anterior, no Brasil. Viveram o florescimento da Boêmia, palavra que serve para referir um conjunto de lugares na capital francesa onde pessoas, fossem elas da França ou das mais diversas partes do mundo, imigradas para lá por diferentes motivos – estudos, dissidência política, trabalho em instituições diplomáticas etc. –, propunham-se a experimentações comportamentais e a buscas por novas formas de representação da realidade.⁷⁶

O Romantismo, enquanto manifestação artística e relação com a vida, foi se solidificando a partir de meados do século XVIII e vogando até meados do século XIX, vigência essa que variou de nação para nação. Se observarmos, por exemplo, a França, percebemos a contemplação desse enquadramento temporal. Já no Brasil, sua incubação se deu mais decisivamente nas primeiras décadas do século XIX, ganhando forma na década de 1830 e expirando sua popularidade no processo de criação artística na década de 1870. Não se consegue fixar com precisão onde surgiu, porém, exprimiu-se com mais força primeiro na França, na Alemanha e na Inglaterra, depois, se disseminando para outras paragens, dentro e fora da Europa. Enquanto fenômeno artístico, caracteriza-se pelo rechaço à tradição clássica, em voga desde o Renascimento. O Romantismo sobrepõe imaginação, sentimento, sensibilidade e emoção ao formalismo, ao objetivismo, ao racionalismo e ao

⁷⁵ PINASSI, 1998, p. 102; RANGEL, 2011, p. 17.

⁷⁶ BROCA, 1979, p. 59-62; PINASSI, *op. cit.*, p. 89-115; RANGEL, *op. cit.*, p. 16-17.

naturalismo – diferente dos classicistas, que almejam reproduzir a natureza tal como ela parece se apresentar, os românticos buscam apreender e comunicar a dimensão do invisível natural, conferindo-lhe imagem que se inclina ao fantástico.⁷⁷ No que tange a condição existencial,

Ao contrário do clássico, que é absolutista, o romântico é relativista, buscando satisfação na natureza, no regional, pitoresco, selvagem, e procurando, pela imaginação, escapar do mundo real para um passado remoto ou para lugares distantes e fantasiosos. Seu impulso básico é a fé, sua norma a liberdade, suas fontes de inspiração a alma, o inconsciente, a emoção, a paixão. O romântico é temperamental, exaltado, melancólico. Procura idealizar a realidade, e não reproduzi-la.⁷⁸

Goethe, Schiller, Blake, Walter Scott, Mme. de Staël, Chateaubriand, Byron, Lamartine, Vitor Hugo, Stendhal, Balzac e Allan Poe publicaram obras românticas que se projetaram para um vasto público, em escala mundial. O movimento compôs-se de sucessivas gerações. Para a Europa, em geral, fala-se em três. A primeira, com sujeitos nascidos por volta de 1770, a segunda, com sujeitos nascidos entre 1788 e 1802, e a terceira, com sujeitos nascidos entre 1810 e 1820, além do que convencionou-se chamar de Pré-Romantismo, no qual costuma-se situar autores como Goethe e Schiller.⁷⁹

Não há consenso acerca da periodização geracional do Romantismo na história da literatura brasileira. Afrânio Coutinho, por exemplo, com base em critérios temático-ideológicos, definiu como Pré-Romantismo o período de 1808 a 1836, a experiência romântica brasileira propriamente dita, de 1836 a 1860, mais enfática de 1846 a 1856, e a década de 1860 como a transição para o Realismo e para o Parnasianismo, pensando em quatro grupos sequenciados. Além de Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre e Torres Homem, a primeira geração romântica era formada por figuras como Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861), Luís Carlos Martins Pena (1815-1848) e João Manuel Pereira da Silva (1817-1898). A segunda, por autores que começaram a publicar material com teor romântico na década de 1840, como Francisco de Paula Brito (1809-1861), Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias e José de Alencar. A terceira, por autores que

⁷⁷ COUTINHO, 1969, p. 1-10.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 4.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 10-11.

publicaram a partir da década de 1850, como Aureliano José Lessa (1828-1861), Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), Álvares de Azevedo, Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiúva (1836-1912) e Casimiro de Abreu. E a quarta, por autores cujas primeiras publicações, ainda orientadas pelos princípios românticos, remontam à década 1860, tais como Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902), Machado de Assis, João Franklin da Silveira Távora (1842-1888), Pedro Américo e Castro Alves.⁸⁰

Da vinda da Corte portuguesa e todas as transformações que ensejou até as impressões da revista *Niterói* e do livro *Suspiros Poéticos e Saudades*, o que observamos é que, por aqui, a literatura foi se inserindo num movimento progressivo de afirmação local da cultura e da civilização ocidentais – movimento que abrangeu outros campos do saber e da técnica – sem ainda configurar um corpo de tendências relativamente homogêneo, ou seja, sem que se completasse uma unidade consciente e programática em uma dada escola literária. Primeiro, a partir da perspectiva de um Brasil capital luso-metropolitana. Depois, guiada pelo impulso de construir um Império americano. 1808 marcou, na América sob domínio português, o recrudescimento daquilo que Maria Odila Leite da Silva Dias classificou como *interiorização da metrópole*, uma espécie de anseio pelo erguimento de uma ambiência que se adequasse aos moldes civilizacionais europeus, que resultou em ações voltadas para esse fim. Desde finais do século XVIII, já se sedimentava a autoconsciência americana de seu protagonismo na dinâmica da nação portuguesa. Nessa direção, foram adotadas algumas medidas. Entre outras, pesquisas em torno da introdução de técnicas de plantio e de criação de espécies animais rentáveis e adaptáveis à nossa geografia e incentivo para estudos na Europa, em áreas de conhecimento estratégicas, especialmente nas ciências naturais, para jovens das elites provinciais, com o objetivo de que retornassem e contribuíssem na exploração dos recursos da terra. A chegada da Corte e a posterior elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves redundaram em providências como as tentativas de organização do comércio de abastecimento interno, com aberturas e melhoramentos de estradas, principalmente as de ligação ao Rio de Janeiro, decretação do fim do monopólio mercantil português, criação de escolas de nível superior, bibliotecas públicas, museus e

⁸⁰ COUTINHO, 1969, p. 19-22.

arquivos, estímulo à presença de missões estrangeiras para investigações científicas e relativa liberdade de prelo – já em 1808, o então príncipe regente Dom João VI criou, em sua nova morada, a Imprensa Régia, possibilitando, sob a vigilância da Coroa, a circulação de impressos que cumpriam funções, sobretudo, (in)formativas. Nesse contexto, se deu o chamado Pré-Romantismo no Brasil, composto por sujeitos como Manuel Aires de Casal (1754-1821), Antônio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), Cipriano José Barata de Almeida (1762-1825), Luís Gonçalves dos Santos – o padre Perereca (1767-1844) –, Hipólito José da Costa (1774-1823), Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), frei Caneca, Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847), frei Francisco de Monte Alverne (1784-1859), o francês Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), os já mencionados visconde de Cairu, José Bonifácio, Evaristo da Veiga e outros. A maioria deles escreveu textos jornalísticos, ensaios sobre literatura e outros temas e, quando muito, poesia. No que concerne a projetos literários para a nova nação que despontava no Brasil, coetâneos ao nosso Pré-Romantismo, destacam-se o ensaio *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa* de Garret, introdução de seu livro *Parnaso Lusitano ou Poesia dos autores portugueses antigos e modernos*, de 1826, o livro *Resumé de l’Histoire Littéraire du Brésil* de Denis, também de 1826, e o livro *Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas* de Cunha Barbosa, escrito de 1829 a 1832. Desses antecedentes, derivaram os *Suspiros* e a *Niterói*.⁸¹

Na próxima seção, analisamos os artigos que Torres Homem publicou na *Niterói*.

2.3 – História do progresso em atraso

Há dois artigos de Torres Homem em cada um dos dois únicos números da revista *Niterói*.⁸² No primeiro, *Considerações econômicas sobre a escravatura e*

⁸¹ BROCA, 1979; CANDIDO, 2000a, p. 253-289; *id.*, 2000b, p. 11-93; COUTINHO, 1969; DIAS, 2005; PINASSI, 1998, p. 17-88.

⁸² Maria Orlanda Pinassi, que escreveu sobre a *Niterói*, atribuiu a Porto-Alegre a redação da *Observação final* nas últimas páginas do último número da revista (PINASSI, *op. cit.*, p. 118), na qual é comunicado o encerramento do periódico: “Anunciamos ao público com mágoa e pesar, que vai ser interrompida a publicação d’esta Revista por motivos superiores, e independentes de seus Redatores. Não podendo tão árdua tarefa ser sustentada por uma só pessoa, e tendo sido separadas aquelas que a esta empresa se votaram; impossível é o continuar. Esperamos contudo que, no seio

Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda. No segundo, *Comércio do Brasil e Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. de Magalhães*.⁸³ Como já se revela nos próprios títulos, cada texto tem como foco central um determinado tema, mas, de um modo geral, os artigos expõem um Brasil estruturalmente incompleto e, ao mesmo tempo, capaz de enfrentar os desafios que se afiguravam nos âmbitos político, social, econômico e cultural. Nos quatro artigos, está expressada a preocupação com a *prosperidade pública* e são alvejados os empecilhos que a atravancavam. No *Considerações econômicas*, o alvo principal é a escravidão. No *Reflexões sobre o crédito público*, os empréstimos que o governo contraía junto a capitalistas nacionais e estrangeiros. No *Comércio do Brasil*, a falta de intercâmbios comerciais mais sólidos com outras nações. E no comentário sobre os *Suspiros Poéticos e Saudades*, a escassez de sentimentos nobres que o autor percebia na maioria de seus patrícios. Entretanto, sua esperança se renovava com o recém instalado governo de Feijó:

Apesar das dívidas, apesar da *crise do papel moeda, e do cobre*, apesar da submersão de grande parte dos seus fundos no horroroso gólfão da Guiné, apesar do desânimo, da incerteza, e do terrível ceticismo político, que hão até aqui trabalhado o espírito do país, e *que devem felizmente cessar com a eleição do novo Regente, cujos precedentes constituem uma bela garantia do futuro*, alfim apesar de outros obstáculos, *o Brasil tem marchado, por que possui uma dessas organizações atléticas, e felizes, que de todos os males triunfam*.⁸⁴

do nosso país, reunidos, se nada houver que se oponha ao nosso ardente desejo de vermos o nosso país marchar na estrada da civilização e do progresso, que parece hoje obstruída, continuaremos a sacrificar os nossos estudos em proveito do país, sem esperança de outra recompensa que a satisfação de havermos lançado uma pedra para o edifício da nossa ilustração.” (*Niterói, Revista Brasiliense*, 1836, n. 2, p. 261-262). Um dos “motivos superiores” era o iminente fim da estadia de Torres Homem e Gonçalves de Magalhães em Paris. Ambos, funcionários da Legação Brasileira, foram acusados de insubordinação, em ofícios de 1835 e 1836 emitidos por Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva (1792-1863), chefe do órgão. Os ofícios foram enviados a José Ignácio Borges (1770-1838), então ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Gonçalves de Magalhães e Torres Homem, por sua vez, redigiram seus próprios ofícios de demissão, em 1836, também enviados a Ignácio Borges, comunicando a impossibilidade de servirem sob a Chefia de Álvares e Silva (PINASSI, 1998, p. 115-119), que, referindo-se aos redatores da *Niterói*, afirmava: “ao mesmo tempo que a *Escola Moderna* exalta sobremodo os direitos do povo, jamais defende ou sustenta os direitos da autoridade” (*Relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário D’Estado dos Negócios Estrangeiros em Sessões Ordinárias de 1833 a 1837*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833-1837 *apud* PINASSI, *op. cit.*, p. 115. Grifos de Pinassi).

⁸³ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1; *id.*, 1836c, n. 1; *id.*, 1836a, n. 2; *id.*, 1836d, n. 2.

⁸⁴ *Id.*, 1836b, n. 1, p. 113. Grifos nossos.

Nesses artigos, a linguagem revolucionária e a linguagem médica inclinada para a evocação da experiência ou do horizonte de crise, patentes n’*O Libelo*, raramente são invocadas. Ao que tudo indica, sem sequer estimar a possibilidade de um refluxo imediato no avanço liberal na condução do Império, algo que veio no ano seguinte às publicações da *Niterói* com a Regência conservadora de Araújo Lima, além de não sentir mister de tratar, ao menos explicitamente, de revolução nem de crise – palavras que surgem em algumas poucas passagens em seus textos na revista, como o caso de “crise” no excerto acima do *Reflexões sobre o crédito público*, ao contrário da abundância e da incisão com as quais estão grafadas no panfleto de 1849 –, Torres Homem omitiu por completo de suas narrativas na *Niterói* qualquer menção aberta às rebeliões, levantes, revoltas e motins que, naquele momento, irrompiam no Brasil – como vimos, atitude distinta à de Timandro. Em 1836, nada disse acerca da Sedição dos Exaltados no Rio de Janeiro, de 12 de julho de 1831, dos conflitos de rua entre defensores e antagonistas ao retorno de Dom Pedro I, também no Rio de Janeiro, da Sedição Federalista na Bahia e da Revolta de Carrancas em Minas Gerais, essas três circunstâncias ebulitivas, em 1833, da Cabanagem no Pará, de 1835 a 1836, da Revolta dos Malês em Salvador, em 1835, da Revolução Farroupilha no Rio Grande Sul, iniciada em 1835 e vigente durante a publicação da revista, e das já citadas Cabanada e Revolta do Ano da Fumaça – eventos que deixaram marcas profundas no período. Distinguindo-se, também, do *Voto de graças* a Feijó. Nesse texto da *Aurora*, composto quatro anos antes da *Niterói*, em situação adversa – a queda de um Ministério da Justiça liberal –, conferiu maior peso aos termos crise e revolução –, a Independência se apresenta como o “primeiro movimento revolucionário” e as animosidades facciosas, como uma calamidade prestes a “dilacerar as entranhas da Pátria”, mergulhando-a em “horrrível e desastrosa crise”, contida por Feijó, cujos atos “puseram o crime em consternação, e feriram de estupor a Fera da anarquia”.⁸⁵

Há, em toda a sua obra, passagens em que tentou apresentar quadros de seu tempo:

O mundo do século XIX admite, e compreende tudo; compreende a jurisprudência, a guerra, a religião, a filosofia, o belo da poesia, e das artes: ele é suscetível de veneração, de admiração, e até de entusiasmo para Napoleão, Willberforce, Byron, David, e Hegel,

⁸⁵ TORRES HOMEM; VEIGA, 13 de agosto de 1832, n. 663, p. 5.

mas por momentos, quase sob a forma de distração. Sua ideia fixa porém, a ideia fixa de todo o mundo não é aí, que se cifra; o pensamento dominante está em outra parte. As sociedades modernas são essencialmente produtoras, industriais, votadas ao acréscimo da riqueza. O mundo moderno com suas estradas, canais, caminhos de ferro, com suas engenhosas oficinas, máquinas a vapor, bancos, instituições industriais de todos os gêneros, apresenta o aspecto de um vasto *bazar*, e de uma imensa fábrica. Na hora, em que traçamos estas linhas, a indústria, conquistadora irresistível, tem invadido a Europa. No asilo do cenobita fia-se algodão; as torres cedem o lugar às chaminés das máquinas de vapor; a igreja gótica é transformada em armazém, a solidão dos bosques turbada pelas pancadas do machado do fornecedor das fundições; alfim os fornos, o fumo, os ciclopes expeliram desapiedadamente o caçador aventureiro, e o pio solitário.⁸⁶

Essa descrição do *Considerações econômicas* reforça a tese do autor de que o Império brasileiro estava atrasado no que concernia ao desenvolvimento industrial e tecnológico que se expandia nas potências europeias e no norte dos Estados Unidos da América. No Brasil, prevalecia um paradoxo:

Qual é a razão, por que o Brasil, que com tão largos passos há progredido na carreira da vida política, é ao mesmo tempo um dos países mais atrasados na indústria? Por que tanta diferença entre o *Brasil político*, e o *Brasil industrial*? Favorecido no seu desenvolvimento político pelas mais favoráveis circunstâncias, herdeiro dos frutos elaborados na longa civilização da Europa, e da sua experiência tão caramente adquirida, *sem ter que lutar com as resistências do passado*, amparado pelas florestas de um lado, e pelo Atlântico do outro contra a ambição estrangeira, o gênio do Brasil tem realizado em um pequeno número de anos aquilo, que à velha Europa custou largos séculos de dolorosas tentativas. O seu desenvolvimento industrial porém foi retardado pelo monstruoso corpo estranho implantado no coração de sua organização social.⁸⁷

Seu argumento é o de que o Brasil, em pouco mais de uma década como nação, já detinha dispositivos políticos – Parlamento, Constituição e “liberdade” de imprensa – que as nações da Europa conquistaram após séculos de guerras. Ocultando, como dissemos, os conflitos que até então se incorporavam à construção do Império brasileiro, afirmava que por aqui não se combatiam as “resistências do passado” e que o maior mal era a escravidão, o “monstruoso corpo estranho

⁸⁶ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 80-81. Grifo do autor.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 78-79. Grifos nossos.

implantado no coração de sua organização social.”⁸⁸ Recorrendo à história para sustentar a argumentação, relatou:

Dionísio de Halicarnasso que nos conservou aquele singular discurso de Menênio, conta-nos, que a legislação [de Roma] seguiu de perto o movimento dos costumes, e que bem depressa foi tolhida aos cidadãos a prática das artes mecânicas, tocando-se por este modo à perfeição social preconizada pela filosofia grega. A verdade foi, que de dia em dia desmedrou a vida dos campos, e o amor do trabalho e que a introdução de escravos torceu para o ócio o ânimo da população Romana.⁸⁹

E seguiu enumerando os exemplos em Roma que, para ele, comprovavam a inviabilidade da escravatura. Na sua arguição, por possuírem escravos, os romanos, mesmo conquistando fração considerável do mundo que conheciam, foram insignificantes em ciência, indústria, artes, arquitetura e agricultura e as pessoas de cujos povos introduziram o sistema escravista em seus solos tornaram-se ociosas, acomodadas e improdutivas:

Qualquer que fosse então a potência individual do sábio, a ciência não penetrava nas oficinas. A mecânica prática dos antigos consistia essencialmente em um espantoso consumo de homens empregados como força muscular. Uma vez que o homem tem à sua disposição grande quantidade de outros homens a título de escravos, a necessidade de economizar tempo, e forças jamais se lhe apresenta ao espírito. É esta a razão, por que o uso das máquinas foi desconhecido de toda a antiguidade, e por que em alguns países modernos a escravatura é insuperável empeço à introdução dessas engenhosas, e brilhantes filhas da civilização.⁹⁰

Tal fato, advertiu, era o que distinguia “o homem no estado de uma sociedade grosseira, e imperfeita, e o homem na sociedade civilizada”. Outros dos exemplos citados são o Egito antigo e o Egito moderno. Sobre o primeiro caso, explicou que, conforme leu em Heródoto, foram empregados cem mil homens que “pereciam em extraordinário número de afã, de miséria, e de moléstias” para erguer uma pirâmide, durante vinte anos, e que o mesmo trabalho poderia ter sido realizado em apenas dezoito horas e com apenas trinta mil homens com o maquinário a vapor

⁸⁸ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 79.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 42.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 44.

inglês. Sobre o segundo caso, “um anacronismo na história moderna”, a limpeza de um canal, já no século XIX, em que foram mobilizados cinquenta mil homens, dos quais, trinta mil padeceram, posto “que a si mesmos deviam servir de pás, de bombas, e de bartedouros; o volume dos corpos humanos, seus peitos, e braços, tais foram os utensílios” para a execução da tarefa, que poderia ter sido conduzida com facilidade por “qualquer país civilizado da Europa, aonde não existem escravos” e, conseqüentemente, com ímpeto para a obtenção de meios mais eficazes para cumprir empreitadas do gênero.⁹¹

Havia assim, para Torres Homem, uma “enorme distância entre o mundo antigo, e parte do mundo moderno sob o ponto de vista da produção das riquezas”⁹². Algo que observou nas colônias holandesas:

Pois bem; o Holandês, logo que deixa o solo natal para estabelecer-se nas colônias, onde a agricultura, e as artes mecânicas são o apanágio dos escravos, torna-se outro homem; o contato da escravidão nele opera a mais repentina metamorfose; de industrioso, que era, muda-se em indolente, entranhando-se de invencível repugnância para a produção material. No Cabo da Boa Esperança, o Holandês jamais trabalha; até os indivíduos saídos das últimas filas da ordem social e que por isso mesmo mais modestos deveriam ser, cuidam desonrar-se aplicando-se à indústria, e miram todos a posição mais alta do que aquela, com que os sorteou a fortuna, logo que conseguem a posse de escravos, único alvo, a que atira a ambição dos colonos, único fim de todas as economias.⁹³

As assimetrias entre o sul e o norte dos Estados Unidos do Oitocentos também fundamentam seu raciocínio. Baseando-se no livro *A democracia na América* de Tocqueville, Torres Homem desenvolveu uma descrição pormenorizada dessa dicotomia. O sul, escravocrata, mesmo dispondo de vantagens naturais – terras mais férteis e clima mais salubre –, era menos desenvolvido em agricultura, em industrialização e em infraestrutura que o norte, onde, naquela altura, já não vigorava mais o trabalho escravo. O norte também conseguia mais representação política na União, porque que continha uma maior população apta a votar e a pleitear cargos públicos eletivos. Além disso, o sul não conseguia

⁹¹ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 45-47.

⁹² *Ibid.*, p. 47. Grifos do autor.

⁹³ *Ibid.*, p. 51.

estabelecer um mercado consumidor tão amplo e significativo quanto os estados setentrionais da Federação, tornando-se economicamente inferior.

Por conseguinte, pensava o autor, o Brasil, a despeito do “seu desenvolvimento político”, não se incluía na “*parte do mundo moderno*” que já havia superado muito do mundo antigo e que respondia com coerência às exigências do século.⁹⁴ No *Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda*, questionou:

Por que razão não abrimos vias rápidas e cômodas de comunicação entre as Capitais das Províncias, por que não fazemos navegáveis os nossos Rios, não encurtamos as distâncias das Províncias marítimas pela navegação a vapor, não exploramos convenientemente as nossas riquezas minerais, etc. etc.?⁹⁵

Torres Homem enfatizou que, além da escravidão, as estratégias de condução econômica do Império brasileiro impediam a realização dessas providências. O artigo é uma resposta à proposta de Manuel do Nascimento Castro e Silva (1788-1846), ministro da Fazenda de 1834 a 1837, de que o governo brasileiro contraísse empréstimos internos – junto a investidores com rendas e negócios no país. O ministro defendia que o procedimento poderia fomentar a prosperidade pública, pois, de um lado, poderia equilibrar as contas do Estado e, de outro, os juros poderiam enriquecer os emprestadores e, conseqüentemente, fazer o capital excedente circular no mercado nacional. Torres Homem rebateu a tese:

[...] escapando à sedução das primeiras aparências, examinai as conseqüências remotas deste sistema expedido de encher os cofres do tesouro, quantos inconvenientes assomam, quantos perigos ferem a vista! Todo mundo sabe, o quão necessários são os capitais à produção da riqueza; ora os empréstimos não só desviam os capitais da produção, e da indústria, como também os destrói em completamente. Acompanhai a marcha dos seus efeitos: o governo, que pede emprestado, em vez de apelar para os contribuintes, dirige-se a capitalistas para obter os fundos, de que necessita; e como o empréstimo feito ao Estado seja para os emprestadores um bom emprego da fortuna, estes dão-lhe os capitais, que subtraem à indústria do país, à qual teriam alimentado, se não fossem lançados fora de sua direção.⁹⁶

⁹⁴ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 47, 78-79. Grifo do autor.

⁹⁵ *Id.*, 1836c, n. 1, p. 110.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 86.

Arguiu que os recursos necessários para a modernização do Brasil foram desviados para fins inadequados, visto que

A economia política há mais que muito demonstrado, que é prudência o abandonar à *indústria privada* os grandes trabalhos da paz, a construção de estradas, de canais, etc.; querendo curar de empresas tais, o governo cuja mão é excessivamente pesada, prejudica os públicos interesses, em vez de servi-los. Para a execução destas obras quase ninguém há aí hoje, que a necessidade preconize dos empréstimos, por isso que é mais econômico o *confiá-las aos capitais comuns, à indústria dos particulares*.⁹⁷

As contas da nação, no modo como via, tinham que ser estabilizadas por meio da cobrança de impostos ao povo: “para trabalhar, economizar, e sacrificar os gozos às precisões do Estado, necessária é a energia, mas o prêmio vale o esforço, quando se trata da prosperidade, e da ventura da Pátria”⁹⁸. Defendia que os empréstimos, independente da origem, provenientes de recursos internos ou do estrangeiro, precisavam ser rechaçados, já que, invariavelmente, acarretavam no endividamento público, mas que os empréstimos obtidos dentro do país eram mais danosos pelas razões já expressadas, comprometiam o necessário desenvolvimento da infraestrutura local.

Acreditava que “sempre crescente é a marcha dos povos” e perguntava: “Ora que recursos remanesçam para o futuro, quando o presente lhe houver legado seus gravames, quando os meios de força forem de antemão dissipados?” Como citamos, admitiu, nesse mesmo texto, ainda crer numa “bela garantia do futuro” ao Brasil, que a nação seguia marchando rumo ao triunfo sobre todos os males.⁹⁹

Outro agravante que para Torres Homem atravancava o crescimento econômico do Império eram as relações mercantis com os demais países. No *Comércio do Brasil*, discutiu especialmente como isso vinha se processando com a França:

O estado das relações comerciais entre o Brasil, e a França é objeto, que em alto ponto nos interessa; lançaremos mão da ocasião, em que na Câmara Francesa acaba de passar a lei das Alfândegas, sem que atendidas fossem as mais justas

⁹⁷ TORRES HOMEM, 1836c, n. 1, p. 89. Grifos nossos.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 130.

⁹⁹ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 113; *id.*, 1836c, n.1, p. 88.

reclamações do Brasil, para aqui explanarmos algumas observações acerca deste importante assunto.¹⁰⁰

Com essa lei, a França adotava uma série de resoluções protecionistas que privilegiavam os produtos derivados de suas colônias e de seu próprio território metropolitano, em detrimento da entrada da produção externa no seu mercado interno, incluindo o Brasil, que tentava acentuar, ali, a introdução do que produzia, principalmente o café, o algodão e o açúcar. O Parlamento francês impunha tarifas elevadas ao que vinha do estrangeiro, ignorando que:

Cada país por sua topografia, seu clima, e inteligência dos habitantes, vantagens possui, que lhe são próprias; estas mesmas condições porém de sua personalidade o colocam em situação menos favorável a respeito de recursos territoriais, e de aptidões naturais, que são o apanágio de outro país. Demais disso o caráter, os costumes, o grau de civilização dos homens separados por longas distâncias dão lugar a riquezas, e a necessidades, que grandemente entre si contrastam. Nesta respectiva situação dos povos, necessários uns aos outros, há um princípio de associação, que útil fora fecundar para felicidade das nações. Este princípio é o da *liberdade do comércio*.¹⁰¹

Nesse sentido, o “mar, que as duas nações separa, devia pois abundar em navios indo, e vindo de uma a outra plaga, para trazer a cada uma d’elas os produtos apropriados a suas necessidades, e cerrar os liames de amizade, e aliança”. A França poderia expandir o fornecimento de sua produção manufatureira ao Brasil e, ao mesmo tempo, importar o café, o algodão e o açúcar brasileiros, pois, segundo o autor, o “fatal sistema da *balança do comércio*” impõe que as exportações reajam sobre as importações, de modo que restava ao Brasil, por sua vez, elevar os valores das tarifas à inserção do fabrico francês em nosso mercado.¹⁰²

Não obstante, Torres Homem reconhecia que também havia erros cometidos pelos brasileiros. Narrou que, nas praças da Europa, eram frequentes as reclamações de fraudes nos desembarques das mercadorias oriundas do Brasil, que eram detectados “nas sacas de algodão, de café, e caixas de açúcar [...] uma incrível quantidade de pedra, e vários outros corpos estranhos introduzidos com o fim de avultar-lhes o peso”, que com intenção similar, os exportadores da Bahia

¹⁰⁰ TORRES HOMEM, 1836a, n. 2, p. 149.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 149. Grifos nossos.

¹⁰² *Ibid.*, p. 150, 152, 157. Grifos do autor.

misturavam “cal, areia, e outros ingredientes” ao couro salgado, estragando-o e contaminando os demais produtos transportados nos navios, e que tudo isso conferia ao país “uma triste reputação, [...] poderosa causa de decadência para o nosso comércio”, porque a probidade é fundamental mesmo ao “homem de má-fé [...] por interesse mesmo do *egoísmo*”, e evidenciava a necessidade de um maior controle alfandegário já no embarque da produção.¹⁰³

E o egoísmo foi apontado como outro obstáculo que a sociedade brasileira precisava derrubar:

Por detrás dos homens atuais não estão escondidos outros homens; o que hoje fere as vistas no Brasil, não é uma exceção, e porém sim o estado geral das ideias proveniente do ceticismo moral, da indiferença para o bem e o mal, da nulidade dos caracteres estranhos a todos os nobres sentimentos, e *votados a um duro egoísmo*, e alfim da extinção dos sentimentos religiosos, que são o contrapeso das humanas loucuras.¹⁰⁴

O trecho acima integra o artigo *Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. de Magalhães*, que é um estudo crítico do livro *Suspiros Poéticos e Saudades*. No artigo, Torres Homem se propôs a demonstrar que a obra tematizada revela inspiração na doutrina cristã e influências do idealismo alemão, que os poemas emanam uma “doce melancolia” e o desejo de compreensão e expressão do espírito moderno, tratam dos “hábitos, princípios e costumes” do indivíduo oitocentista, dos eventos históricos que testemunhava, da natureza que o circundava, dos infortúnios que o atormentavam, das questões que o instigavam, deixando de lado as formas, as tradições e as preocupações antigas – “o panteísmo fenomenal da Grécia e Roma, [...] os sentimentos estrangeiros d’estas *ilustres mortas*”. Acreditava que tais caracteres, até então, tinham estado ausentes na poesia em língua portuguesa, que ainda se inspirava nas “Musas pálidas e decrépitas do Parnaso”.¹⁰⁵

Por evocarem as características singulares da pátria brasileira, sua geografia e sua história, explorarem aspectos da condição humana, como a fragilidade da vida perante a inexorabilidade do tempo, a “incerteza da duração da existência”, em meio às inevitáveis contingências, e narrarem episódios que refundavam um mundo novo, como a Batalha de Waterloo, na leitura de Torres Homem, os poemas de

¹⁰³ TORRES HOMEM, 1836a, n. 2, p. 158-160. Grifo nosso.

¹⁰⁴ *Id.*, 1836d, n. 2, p. 255. Grifos nossos.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 246-248. Grifos nossos.

Gonçalves de Magalhães, “Poeta da nova escola, nascido debaixo do Céu pomposo do Rio de Janeiro, ardente de futuro, e de glória, com a cabeça repleta de harmonias”, são, mais do que tudo, “um código moral na sua expressão a mais sublime”, próprios para aplacar as “emoções grosseiras”.¹⁰⁶

Quanto às estruturas dos artigos, no *Considerações econômicas*, no *Reflexões sobre o crédito público* e no *Comércio do Brasil*, a *linguagem da economia política* é a mais enfática, a que mais se expande pelos textos. Economia política foi um campo bastante estudado por Torres Homem na Sorbonne, sendo, junto com direito constitucional e sistemas financeiros, uma das áreas nas quais se habilitou no curso de Direito da Instituição.¹⁰⁷ Seu domínio do tema é percebido na frequência com a qual citou autores do ramo e gestores que, à frente das políticas econômicas de seus países, determinaram a maneira de pensar a administração das rendas nacionais, tais como William Pitt, Thomas Malthus, David Ricardo, Voltaire, Richard Price, Robert Hamilton e Colbert. Mas a propriedade com a qual procurou discorrer sobre o assunto fica mais evidente nos trechos em que expôs definições de questões caras à condução das finanças públicas a partir da economia política:

Nenhum exame de princípios é ocioso em *economia política*, por que de sua aplicação mana imediatamente o bem, ou o mal do país; e neste ponto difere ela de certas outras ciências. Os erros célebres de Descartes, e de Tycho Brahe sobre o sistema de mundo nenhum transtorno causaram às sociedades, e nem à ordem física: sem aguardar o desmentido deles, continuaram os corpos celestes a mover-se segundo leis não susceptíveis de ser modificadas pela influência das humanas teorias. Outro porém não acontece em *economia política*; é verdadeira calamidade o domínio de um mal princípio, sobretudo quando proclamado por aqueles, que governam as sociedades, e quando não lhe falta por consequência o apoio do poder legal para ser levado a efeito.¹⁰⁸

Termos e expressões dessa linguagem são recorrentes nesses três artigos. Pontuando algumas palavras mais intrínsecas ao campo, empregadas no sentido estrito do seu léxico:

¹⁰⁶ TORRES HOMEM, 1836d, n. 2, p. 247, 249-250, 253-254.

¹⁰⁷ PINASSI, 1998, p. 92.

¹⁰⁸ TORRES HOMEM, 1836c, n. 1, p. 92. Grifos nossos.

TABELA 3
Exemplos da incidência de palavras da linguagem da economia política nos artigos de Torres Homem da revista *Niterói*

Exemplos da incidência de palavras da linguagem da economia política nos artigos de Torres Homem da revista <i>Niterói</i>		
Palavras	Artigos	Páginas
“capital/capitais/ capitalista/ capitalistas”	<i>Considerações econômicas sobre a escravatura</i>	36, 49, 58, 60, 63, 66, 76, 79
	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	84, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130
	<i>Comércio do Brasil</i>	154
“cifra/cifras”	<i>Considerações econômicas sobre a escravatura</i>	63, 66, 81
	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	84, 88, 90, 96, 118, 120, 127
	<i>Comércio do Brasil</i>	150
“consumo/consumos/ consumir/consumidor/ consumidores”	<i>Considerações econômicas sobre a escravatura</i>	49, 58, 59, 66, 70, 72
	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	87, 88, 94, 95, 96, 99, 103, 104, 109, 110, 112, 114, 124
	<i>Comércio do Brasil</i>	151, 152, 153, 154, 155, 156

Exemplos da incidência de palavras da linguagem da economia política nos artigos de Torres Homem da revista *Niterói*

Palavras	Artigos	Páginas
“dívida/dívidas”	<i>Considerações econômicas sobre a escravatura</i>	38
	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	83, 84, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 108, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 126, 128, 130
	<i>Comércio do Brasil</i>	154
“fundo/fundos”	<i>Considerações econômicas sobre a escravatura</i>	65, 66
	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	83, 86, 95, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129
“imposto/impostos”	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 99, 104, 108, 109, 110, 111, 114, 116, 119, 120, 130
	<i>Comércio do Brasil</i>	153, 156
“preço/preços”	<i>Considerações econômicas sobre a escravatura</i>	47, 58, 72,
	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	98, 103, 104, 109, 121, 125, 126
	<i>Comércio do Brasil</i>	150, 151, 154, 155, 158, 159

Exemplos da incidência de palavras da linguagem da economia política nos artigos de Torres Homem da revista *Niterói*

Palavras	Artigos	Páginas
“renda/rendas”	<i>Considerações econômicas sobre a escravatura</i>	59, 64
	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	82, 83, 89, 90, 92, 94, 98, 101, 103, 104, 106, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131
“taxa/taxas”	<i>Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda</i>	84, 86, 87, 90, 91, 97, 98, 111, 119, 129, 131
	<i>Comércio do Brasil</i>	154, 155

Fontes: TORRES HOMEM, Francisco de Sales. *Comércio do Brasil. Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836a. T. 1. N. 2, p. 149-160. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6857/1/45000033224_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%202.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018; *id.*, *Considerações econômicas sobre a escravatura. Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836b. T. 1. N. 1, p. 35-82. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6859/1/45000033223_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%201.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018; *id.*, *Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório de Ministro de Fazenda. Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836c. T. 1. N. 1, p. 83-131. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6859/1/45000033223_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%201.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018; *id.*, *Suspiros poéticos e saudades, per D. J. G. De Magalhães. Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836d. T. 1. N. 2, p. 246-256. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6857/1/45000033224_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%202.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018.

Há também vocábulos e expressões da linguagem da economia política apropriadas aos temas específicos de cada artigo. Como a passagem abaixo do *Considerações econômicas sobre a escravatura*:

Os fundos acumulados dispendidos na compra dos escravos. Sobe o número dos escravos ora existentes nos Estados Unidos a 2,009,000 réis. Computado a 250:000 réis o valor médio de cada

um, representará o *cômputo adicional* feito sobre o total da escravatura a *quantia de 502,250,000,000 réis*.¹⁰⁹

Como o termo “amortização” e seus variantes constantes em quase todo o texto do *Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do ministro da Fazenda*; e como “sistema da *balança do comércio*”, “transações comerciais”, “transações, e medidas comerciais”, “exportação” e “monopólio” no *Comércio do Brasil*.¹¹⁰

No artigo *Suspiros Poéticos e Saudades*, per D. J. G. de Magalhães, tratando-se, mormente, de um estudo de literatura, a linguagem apontada acima está completamente ausente. O que se verifica é o uso previsto de termos comuns à natureza de um trabalho com o qual se pretende tecer uma crítica literária num viés romântico, como no trecho:

Entre tantas outras *magníficas harmonias*, de que os limites circunscritos desta notícia não nos permitem dar uma ideia, aparece o *cântico* de Waterloo, *composição notável pela novidade das imagens, o vigor do colorido, e a energia da expressão*. Por meio d’ela o Sr. Magalhães deu-nos a mostra de que podia tirar das *cordas da sua lira os sons os mais diversos*, e todos iguais na *grandeza dos efeitos*.¹¹¹

A presença de metáforas mais expressivas é um pouco menos rara no comentário sobre os *Suspiros Poéticos*, por exemplo: “sombras evocadas do politeísmo”, “colher a flor prometida pela esperança” e “sopro do infortúnio, da religião, e da filosofia”. Nos demais artigos, as metáforas empregadas pouco se abrem para a discussão dos aspectos que tratamos neste trabalho, com uma ou outra exceção, como é o caso do *Considerações econômicas*. Um exemplo do artigo *Suspiros Poéticos* que confere margem mais cognoscível para o debate acerca da experiência histórica manifestada pelo autor é captado na pergunta “Onde estão esses ilustres *regeneradores*, que um belo dia declararam à face do país, que o homem nascera filósofo, e que o estudo da ciência das ciências era pura quimera?” A passagem evoca os regeneradores de outrora com o fim de contrapô-los à escassez de figuras dispostas a reencaminhar o Brasil à superação das barreiras que

¹⁰⁹ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 65. Grifos nossos.

¹¹⁰ *Id.*, 1836a, n. 2, p. 150-152, 154-155, 158. Grifos do autor.

¹¹¹ *Id.*, 1836d, n. 2, p. 251. Grifos nossos.

mantinham uma “sociedade obscura”. Escassez que Torres Homem reconhecia em seu tempo, cuja superação cria possível.¹¹²

Num cenário de escravatura, endividamento do Estado, entraves às exportações, ceticismo moral e egoísmo, porém, sob uma Regência liberal, tendente a gestar as reformas que poderiam contribuir para a transposição desses problemas, Torres Homem via-se imbuído do propósito de tencionar suas imputações e suas soluções pelo prisma da regeneração, sem apelar ao termo revolução, que em seus artigos na *Niterói* está ortografado apenas duas vezes, mesmo assim, sem o propósito de induzir a ações revolucionárias: uma vez, no *Considerações econômicas*, no singular, para se referir à guinada que o mundo testemunhava em direção à compreensão da inviabilidade da escravidão para a salutar produção de riquezas e outra, no *Suspiros*, no plural, para se referir aos feitos de Napoleão Bonaparte, no final do século XVIII e início do século XIX.¹¹³ Em tais textos, a recorrência à história se deu nessa direção e, tomando como referência os modos de explicação formulados por White¹¹⁴, podemos dizer que as narrativas históricas que Torres Homem integrou aos artigos são romanescas, mecanicistas e liberais.¹¹⁵

White propôs que entre os três modos de explicação que formam uma narrativa histórica oitocentista há certas *afinidades eletivas*¹¹⁶, no sentido de que há uma combinação esperada entre os modos de elaboração de enredo, de argumentação formal e de implicação ideológica, conforme tabela a seguir:

¹¹² TORRES HOMEM, 1836d, n. 2, p. 247, 250, 254-255. Grifo nosso.

¹¹³ *Id.*, 1836b, n. 1, p. 37; *id.*, 1836d, n. 2, p. 253.

¹¹⁴ WHITE, 1992, p. 11-56.

¹¹⁵ Com relação aos modos de explicação das narrativas tecidas por Torres Homem na década de 1830, ocupamo-nos apenas dos seus textos da *Niterói*. Seu outro texto dessa década abordado neste capítulo, o *Voto de graças* a Feijó, serve-nos bem para mapearmos linguagens e conceitos, porém, por ter sido escrito junto a Evaristo da Veiga e por crermos que este, por naquela altura deter mais capitais político, simbólico e social do que Torres Homem, exerceu primazia sobre os direcionamentos narrativos do texto – Evaristo da Veiga assinou o texto como presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, Torres Homem, como vice-presidente. Essa é uma condição que não inviabiliza a análise dos demais componentes discursivos do *Voto de graças*. Afinal, linguagens, conceitos e metáforas carregam significados que tendem sempre a ser compartilhados coletivamente, já os modos de elaboração de enredo, de argumentação formal e de implicação ideológica aplicados em uma narrativa são articulados conforme os objetivos de quem a constrói ou, num caso de um texto como o do *Voto de graças*, de quem determina sua construção.

¹¹⁶ WHITE, *op. cit.*, p. 43-45.

TABELA 4
Combinação esperada entre os modos de explicação de uma narrativa histórica oitocentista

Combinação esperada entre os modos de explicação de uma narrativa histórica oitocentista		
Modo de elaboração de enredo	Modo de argumentação formal	Modo de implicação ideológica
Romanesco	Formista	Anarquista
Trágico	Mecanicista	Radical
Cômico	Organicista	Conservador
Satírico	Contextualista	Liberal

Fonte: WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 44.

Por exemplo, em geral, um enredo trágico está acompanhado por uma argumentação mecanicista e uma implicação ideológica radical. No entanto, as afinidades podem ter sido quebradas de acordo com a maneira como uma narrativa foi organizada. Foi o que White observou em Michelet, que estruturou uma narrativa romanesca, formista e liberal, e em Burckhardt, que estruturou uma narrativa satírica, contextualista e conservadora. Quebra que também constatamos em toda a produção textual de Torres Homem que analisamos.

Os relatos históricos pulverizados ao longo dos seus artigos na *Niterói* são orientados por uma interpretação dicotômica da cadeia de eventos irrompida no transcurso do tempo, em que os embates entre dois lados, um favorável ao desenvolvimento benigno da humanidade e outro reagente a esse avanço, são a essência do processo, que é fundamentado em leis causais que o determinam. Isso com uma leitura liberal moderada da realidade, apostando única e exclusivamente nos meios institucionais de efetivação das condições almejadas.

É o que notamos na narrativa sobre como se procedeu a escravidão em Roma, no *Considerações econômicas*, onde atribuiu à história um caráter cumulativo, com os acontecimentos se desencadeando rumo ao acatamento à “Lei do progresso, e da civilização”¹¹⁷, valendo-se de uma metáfora:

¹¹⁷ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 39.

[...] quando ouvindo rodar ao longe o *carro da civilização*, em vez de aparelhar-se para alcançá-lo na passagem, e dentro também lançar-se, procuram ao contrário empecer-lhe a marcha com barrancos, e aturados esforços. No fim de contas porém, e a despeito de todos os obstáculos, o *carro* tem de passar, e tem de passar, por que obedece em seu curso a uma lei infinitamente mais forte.¹¹⁸

O *carro da civilização*, alertou, atropelava a parte do mundo moderno – o sul dos Estados Unidos, as colônias holandesas, o Brasil e outros – que atentava contra “as suas rodagens”, que insistia no “*status quo* do sistema da escravidão”¹¹⁹ e que ignorava o que a história já havia ensinado:

Na quadra primitiva da república, e quando ainda estreme da lepra da escravidão doméstica, nenhum trabalho útil desprezaram os Romanos, notáveis então pela simpleza dos costumes, afincos ao trabalho, modéstia, frugalidade da vida; d’outro lado o solo de Roma gratificava os esforços do trabalhador livre com ricas, e abundantes colheitas. Logo porém, que levaram vencimento dos povos belicosos da Itália, e a medida, que pela conquista do orbe adquiriram grande número de escravos, deram de mão à indústria, e até à agricultura, que de primeiro tanto haviam honrado, e por cujo propósito oferecem os anais de Roma primitiva magníficos episódios.¹²⁰

Concluiu que, por isso, os romanos sucumbiram, por terem menosprezado dois axiomas que o processo histórico filiava à escravatura: “1º o desprezo da classe livre para quantas ocupações tem por fim dar utilidade [...]; 2º decadência da agricultura, e das artes, pobreza mais, ou menos geral”. E asseverou que a “história diz, que as grandes *reformas* se não feito no mundo, não só a despeito, mas à custa dos que para elas se não achavam preparados”.¹²¹

Na *Niterói*, Torres Homem não revisitou o passado brasileiro para invocar revolucionários, e sim, regeneradores e ainda não fundia história à palavra revolução – esta, como demonstramos, operada por ele, em finais da década de 1840, tanto no sentido de movimento regenerativo sem convulsões como no sentido de revolta, motim, levante. Em 1836, escolheu aproximar à história o termo reforma, algo demasiado coerente com a articulação que gestou entre enredo

¹¹⁸ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 39. Grifos nossos.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 39.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 40-41.

¹²¹ *Ibid.*, p. 39-40. Grifo nosso.

romanesco, argumentação mecanicista e implicação ideológica liberal, visível nos relatos históricos presentes nos seus outros artigos da revista, como no excerto seguinte do *Reflexões sobre o crédito público*:

Se parece sedutor o obter-se grandes somas, mediante o expediente fácil do empréstimo, é o futuro, quem as custas paga da facilidade do expediente. Mas o futuro terá suas precisões como o presente; *sempre crescente é a marcha das necessidades dos povos*. Ora que recursos remanescerão para o futuro, quando o presente lhe houver legado seus gravames, quando os meios de força forem de antemão dissipados? Esta triste experiência fez a Inglaterra: se no princípio da guerra contra Napoleão, em vez de pedir emprestado, ela aumentado houvesse seus impostos, como mais tarde o fez, constrangida pelos empréstimos, ter-se-ia achado, no momento de depor as armas, com a livre disposição por parte de suas rendas, havendo 600 milhões esterlinos de menos na dívida pública.¹²²

Nutrido pela concepção de que há um processo evolutivo que, na medida em que as décadas decorrem, intensifica as exigências e as precisões das sociedades, relembrou uma circunstância das Guerras Napoleônicas para sustentar sua perspectiva liberal de que ao Estado cabem despesas mínimas, destinando ao povo os custos do erguimento de condições mais fecundas para o futuro, e que houve quem se sentiu seduzido por onerar o governo ante os gravames do presente, como foi o caso da Inglaterra, no primeiro decênio do século XIX, o que, por volta de 1815, se desdobrou numa elevada dívida pública.

No *Comércio do Brasil*, a força impulsionadora salientada no regimento da história moderna é a já mencionada liberdade do comércio, a partir da qual, Torres Homem pôde descrever circunstâncias transcorridas no passado e no presente, manejando um pano de fundo no qual havia quem assumia e quem renegava tal princípio:

No momento, em que a volta da paz com a Europa restituiu à França as miseráveis conquistas, que hoje formam suas colônias, a fabricação de açúcar era aí quase insignificante, e por consequência sua conservação não demandava a solicitude do legislador.

A guerra, que muitas vezes pelos obstáculos, que semeia diante do comércio, faz nascer novos ramos de indústria, que a paz acha estabelecidos, e receia destruir, não havia ainda animado nas Antilhas a cultura do açúcar. Só à sombra do privilégio pode

¹²² TORRES HOMEM, 1836c, n. 1, p. 88-89. Grifos nossos.

aquela cultura ali prosperar. A terra das Antilhas não funde por hectare senão 2500 à 3000 quilogramas de açúcar, entretanto que uma igual extensão de terreno no Brasil dá 6 a 7000 quilogramas. Como pois poderiam essas suster a luta, e a concorrência? No tempo do domínio Britânico, o fabrico de açúcar lhes era tolhido; as terras tinham outras culturas por emprego.

Mas volvendo ao império de sua antiga metrópole, os colonos deram-se pressa em recorrer à comiseração do Governo; invocaram os velhos preconceitos em matéria de colônias, requereram proteção, isto é, o monopólio do fornecimento da França.¹²³

No comentário sobre os *Suspiros Poéticos*, um dos seus artifícios para celebrar o Romantismo e a poesia de Gonçalves de Magalhães foi narrar como a doutrina cristã na literatura, desde o final do século XVIII e o início do século XIX, colaborava para a libertação do sujeito moderno de um espírito antigo nas formas de sentir e reagir ao mundo, tornando-o mais consciente da realidade circundante, resultando numa margem maior de autonomia para atuar na construção das sociedades que se projetavam – um dos ditames da ideologia liberal. Frisou que havia, porém, quem não se atinha a essa transformação:

O Cristianismo banindo do universo as elegantes divindades, de que povoara a mitologia, restabeleceu a majestade, a grandeza, e a gravidade da criação, e nova carreira abriu à poesia, que té então podia encarar a natureza senão através das ficções consagradas por Hesíodo, e por Homero. Nestas novas fontes bebe hoje suas mais brilhantes inspirações não só a poesia, como as artes, e a filosofia, irmã da teologia.

Entretanto, que este movimento, remoçava como uma vida toda nova, e mais florente que a primeira, a literatura Europeia, os poetas da nossa língua iam muito satisfeitos batendo a estrada cediça, e dizendo-se inspirados pelas Musas pálidas e decrépitas do Parnaso.¹²⁴

Concluimos, então, que os escritos de Torres Homem desses primeiros anos das Regências nos mostram uma experiência da história ambivalente. Há nesses textos o reconhecimento dos infortúnios que obstavam uma participação mais efetiva do Brasil na marcha progressiva de adensamento da modernidade que se propagava pelo mundo século XIX a dentro, mas, ao mesmo tempo, há apontamentos de caminhos possíveis para a sobreposição dos óbices que se interpunham entre a mobilização e a execução do projeto nacional que o autor

¹²³ TORRES HOMEM, 1836a, n. 2, p. 153-154.

¹²⁴ *Id.*, 1836d, n. 2, p. 247.

aspirava concretizar. Ambivalente porque, em tom moderado, com proposições de meios legais para desbloquear o percurso, os textos desse momento apresentam um equilíbrio entre visões positivas e negativas do país e do desenvolvimento das condições que moldavam o contexto discutido. Os anos entre a Abdicação e o Regresso Conservador foram o momento em que mais se preponderou a dubiedade no seu tratamento da história do Brasil e nas considerações acerca da inserção da nação no processo histórico que acreditava conformar o mundo.

Neste capítulo, abordamos mais enfaticamente as narrativas, as linguagens e as metáforas da produção discursiva de Torres Homem tecida antes do Regresso Conservador. Como vimos, no *Voto de Graças* a Feijó, de 1832, o conceito de revolução tem o significado único de regeneração para a defesa do 7 de abril e está praticamente ausente dos seus artigos na *Niterói*, nos quais, não há um uso extensivo de conceitos que confirmam sentidos à experiência histórica do autor. N' *O Libelo*, como mostramos no capítulo anterior, há palavras e expressões que apresentam um viés mais moderado da linguagem revolucionária. Algumas dessas palavras e expressões integram os artigos que analisamos na *Niterói*, mas não expressam tal linguagem. Isso porque os artigos não foram escritos com uma intenção revolucionária ou sob a experiência e o horizonte de crise que circunscreveram a produção discursiva do autor na década de 1840.

O conceito social e político que perpassa mais decisivamente seus textos na revista é o de povo. É um termo do qual Torres Homem lançou mão durante toda a sua trajetória sem alterar seu significado. Debateremos sua natureza no próximo capítulo, quando retomamos *O Libelo*, onde as características do conceito estão mais evidenciadas. No próximo capítulo, discutimos também os seus textos na revista *Minerva Brasiliense* e os componentes de seu discurso que expressam a manifestação de sua experiência histórica posterior ao Regresso Conservador e anterior à conjuntura de instalação do Gabinete da Conciliação.

Capítulo 3

Experiência da história de crise e radicalismo

3.1 – O início do Segundo Reinado

Neste capítulo, abordamos textos de Torres Homem escritos na década de 1840. O foco maior é em determinados artigos dos dez que publicou na revista *Minerva Brasiliense*, em 1843 e em 1844, e n’*O Libelo do Povo*. Discutimos também algumas publicações do período divulgadas em apoio e contrárias ao autor.

Com o fim da Regência de Feijó e com a instauração das Regências de Araújo Lima, teve início uma duradoura hegemonia da facção conservadora, que perdeu até o começo dos anos de 1860. Em boa parte desse período, os liberais se esforçaram para retardar o advento do grupo político rival. A primeira tentativa concreta foi a Antecipação da Maioridade de Dom Pedro II. A respeito do episódio, Torres Homem escreveu n’*O Libelo*:

Está vivamente impressa em minha lembrança a cena desse pronunciamento, metade parlamentar e imperial, metade popular que precedeu a investidura antecipada e *revolucionária* do monarca no exercício de suas altas funções. José Bento Leite Ferreira de Melo, a primeira figura desta *journalée des dupes*, ocupava uma das janelas do Senado e aí abraçado com o busto do imperador, exortava o povo impaciente pela demora da comissão que se dirigia ao paço de S. Cristóvão. Parece-me estar vendo ainda aquela fisionomia móbil e ardente, em que se reverberavam em um espelho as nobres paixões de sua alma entusiástica e patriótica! A comissão volta; a decisão do príncipe, que quer governar desde já, é anunciada; e José Bento, delirante de júbilo, congratula-se com todos como por uma faustosa vitória alcançada para a causa do país. Ah, desventurada vítima! *Se, naquele instante, iluminando-se repentinamente as trevas, que ocultam aos olhos do homem as páginas do porvir, tu visses, em seguida dessa vitória burlada pela ingratidão, o Brasil estrebuchando sob as garras de uma facção, as liberdades públicas agrilhoadas, teus amigos lançados nas masmorras e no desterro, tua bela província entregue ao sangue e à devastação e, mais longe, teu próprio cadáver ensanguentado e prostrado em uma estrada pública pelo bacamarte da reação... o que dirás, o que farás?*¹²⁵

¹²⁵ TORRES HOMEM, 1849, In: MAGALHÃS JÚNIOR, 2009, p. 91-92. Grifos nossos, exceto “*journalée des dupes*”.

Quase dez anos após a manobra política que apoiou entusiasticamente, Torres Homem lamentou profundamente o que se seguiu no decorrer da década de 1840. A Antecipação da Maioridade, à qual se referiu como uma investidura “revolucionária”¹²⁶, acarretou, de imediato, na formação do Ministério liberal chefiado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845), que contava com a participação de figuras como Martin Francisco de Andrada (1775-1844), Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1793-1880) e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (1800-1855), todos comprometidos com o encerramento das Regências. Esse primeiro Ministério do Segundo Reinado só durou até 1841 e foi substituído pelo Ministério conservador encabeçado por Cândido José de Araújo Vianna (1793-1875), que promoveu a remoção de várias presidências liberais nas províncias, nomeando, no lugar, lideranças correligionárias à facção saquarema – uma das razões da Revolução Liberal de 1842, que, por sua vez, se desdobrou na dissolução da Assembleia Geral no mesmo ano.

O movimento em prol da maioria é um caso emblemático das distintas possibilidades interpretativas à qual uma dada situação histórica pode estar sujeita. A depender da orientação ideológica de quem o descreve, poder receber a alcunha de “golpe” ou de “revolução”. Torres Homem o encarou como um passo avante na Revolução da Independência, como uma ação em prol da sobrevivência do 7 de abril de 1831 – um fluxo no movimento emancipatório brasileiro, que ainda vigia:

Então, o Brasil, julgando-se prestes a fazer naufrágio, dirigiu as vistas para o augusto órfão, que a *revolução* entregara à sua tutela ainda envolto nos enxovais da puerícia e cujo trono atirado ao pé da terra nós havíamos generosamente levantado e conservado.¹²⁷

Mas, como temos ressaltado, uma sucessão de eventos tornaram o período uma fase adversa ao autor, mesmo com o Quinquênio Liberal:

O chamado quinquênio liberal, de 2 de fevereiro de 1844 a 29 de setembro de 1848, compreendendo 6 gabinetes, transcorreu tropeçadamente, por dissensões de todo tipo. Os liberais, chamados ao poder pela necessidade de afirmação pessoal de D. Pedro II,

¹²⁶ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 91.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 90. Grifo nosso.

não se sentiam ainda senhores da situação, pois era de 1842 o movimento que fizeram em São Paulo e Minas e a anistia dos envolvidos era de 14 de março de 1844. Tinham que se acautelar entre a importância do grupo que cercava o jovem Imperador, cuja influência sabiam ser decisiva: essa força é que de fato afastara o gabinete anterior e compusera o atual. Os ministros, portanto, não podiam sentir-se firmes. E assim pouco seguros se mantiveram ao longo do período.¹²⁸

Relembrando que, além da demissão do Gabinete de 1841, do fracasso da Revolução Liberal e do desmanche da Assembleia Geral, em 1842, entrou em curso a aplicação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, instituída em 1840, ainda na Regência de Araújo Lima, que reviu as medidas descentralizadoras de 1834 e restringiu novamente a autonomia das províncias, e houve a enérgica reação do governo a Pernambuco, acompanhada pela queda de outro Gabinete Liberal, em 1848, que reduziu drasticamente qualquer possibilidade de participação efetiva da Assembleia Geral, com maioria luzia, nas decisões governativas. Fatos que permitiram a Torres Homem afirmar que

[...] o novo reinado constituía-se *solidário e continuador do antigo, riscava de nossa história o grande fato da revolução*, que os devia separar e discriminar; *inutilizava o tempo*, os acontecimentos, o caminho andado: *restaurava o passado*, não só com suas deploráveis tradições e tendências, mas até com seus homens, com seus erros e seus crimes! Não podia ser mais completa a decepção da expectativa do país, condenado assim à sorte desse *enfermo* do purgatório da *Divina Comédia*, que se revolve em todos os sentidos sobre um leito ardente, e a quem *a dor* mais se exacerba e punge na postura em que busca *alívio*.¹²⁹

Mais pessoalmente, recordamos que vivenciou o impedimento de seu exercício como deputado, com a dissolução da Assembleia Geral de 1842, o degredo em Portugal, de 1842 a 1843, e um atentado, pouco antes do exílio:

Ontem, 7 de janeiro, às 10 horas da manhã, havia saído o Sr. Francisco de Sales Torres Homem, da tipografia do *Diário do Rio*, e seguindo pacificamente e inerte pela rua d' Ajuda para sua casa, sentiu galopar cavalos atrás de si, e voltando-se, viu o coronel Rangel com sua ordenança, que à desfilada o perseguia para o atropelar, e assassinar, pelo que parecia. O Sr. Torres Homem, achando-se a pé, e sem armas, com que se defendesse,

¹²⁸ IGLÉSIAS, In: HOLANDA, 1987, p. 9-10.

¹²⁹ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 93. Grifos nossos, exceto “*Divina Comédia*”.

acolheu-se a uma porta, que ficava em frente para evitar o ímpeto do cavalo. O cobarde militar apeia-se, entra, acomete o Sr. Torres Homem, que resiste com coragem; mas quando começava em sua justificada defesa a fazer-lhe sentir os efeitos de sua vigorosa reação, a ordenança vem traiçoeiramente segurá-lo pelas costas, e prender-lhe os braços, para que o cobarde pudesse impunemente saciar sua vingança, e cumprir sua missão, de que fora encarregado.¹³⁰

Menos de um mês antes, o coronel Antonio João Rangel de Vasconcelos¹³¹, filiado à facção conservadora, sofreu duras críticas no jornal *O Maiorista* por sua atuação como inspetor de Obras Públicas do Rio de Janeiro e por declarações que propalou contra os liberais no jornal *Diário do Rio de Janeiro*.¹³² Torres Homem, por chefiar a redação do periódico, foi responsabilizado pelo agravo e arcou de modo dramático com a vingança do ofendido.

Na próxima na seção, tratamos de artigos que Torres Homem incluiu na revista *Minerva Brasiliense*.

3.2 – História do necessário

A revista *Minerva Brasiliense*, sediada no Rio de Janeiro, circulou de 1843 a 1845 e contou em seu corpo editorial com letrados envolvidos com a renovação literária fortalecida pela *Niterói* e pelo livro *Suspiros Poéticos e Saudades*. Além de Torres Homem, redator chefe, participaram ou colaboraram Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Cunha Barbosa, Manuel de Macedo, Teixeira e Sousa, Santiago Nunes Ribeiro¹³³ entre outros. Em suas páginas, encontramos, especialmente, textos sobre ciências, artes e literatura, mas também trabalhos com informações essenciais em política, economia, história e cultura.

Nessa revista, Torres Homem publicou os seguintes artigos¹³⁴:

¹³⁰ *O Maiorista*, 8 de janeiro de 1842, n. 85, p. 4.

¹³¹ Não encontramos dados precisos acerca das datas de nascimento e de morte do militar mencionado.

¹³² *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de dezembro de 1841, n. 281, p. 1; *O Maiorista*, 11 de dezembro de 1841, n. 77, p. 4; *id.*, 16 de dezembro de 1841, n. 79, p. 3-4.

¹³³ Santiago Nunes Ribeiro nasceu no Chile, sem que se precise quando. Órfão, veio para o Brasil criança com o tio, dissidente político que o criava. Seu nome não se dissocia da *Minerva*, quando se traça um quadro geral da revista, por ter sido um dos colaboradores mais frequentes e por seus principais textos terem sido publicados ali. Morreu em Rio Preto, Minas Gerais, em 1847 (CANDIDO, 2000b, p. 344).

¹³⁴ TORRES HOMEM, 1 de novembro de 1843, n. 1; *id.*, 1 de dezembro de 1843, n. 3; *id.*, 15 de dezembro de 1843, n. 4; *id.*, 1 de janeiro de 1844c, n. 5; *id.*, 1 de janeiro de 1844b, n. 5;

Em 1843:

- *Progressos do século atual;*
- *Da hidroterapia, ou novo método de curar pela água fria;*
- *Notícia cronológica e estatística das principais universidades atualmente existentes na Alemanha.*

Em 1844:

- *As plantas, os animais, o homem não são senão o ar atmosférico condensado;*
- *Emprego da música como meio curativo da loucura;*
- *Vias de comunicação nos Estados Unidos;*
- *Do sistema penitenciário nos Estados Unidos;*
- *Lutero;*
- *Inconvenientes da emissão de notas;*
- *Colonização.*

A maioria desses artigos foram escritos para fomentar a cultura e a ilustração, trazem dados de interesse prático, como notícias dos novos métodos para tratamentos de saúde, pormenores acerca dos desenvolvimentos recentes de variados ramos da ciência e da técnica, descrições de algumas das principais instituições de Ensino Superior da Europa e informações a respeito das infraestruturas de nações modelo, como os Estados Unidos da América, por exemplo. Ocupamo-nos dos textos em que o autor lançou mão de narrativas históricas ao apresentar suas considerações sobre as condições políticas, sociais e econômicas do Brasil e do mundo.

Em *Progressos do século atual*, introdução do primeiro número da *Minerva*, defendeu que o século XIX experimentava uma evolução em várias áreas do fazer e do saber humanos e descreveu-a. Logo na primeira frase do artigo, anunciou que o escreveu para “justificar” o seu tempo, interceder a favor de sua época, refutar as acusações de que o seu século estava ancorado em superficialidade e impotência “em comparação dos fortes estudos, e grandes trabalhos de outrora”. Enumerou, então, de parágrafo em parágrafo, os aperfeiçoamentos verificados em cada uma das esferas de atividade humana escolhidas para embasar sua argumentação: a história natural encontrava e decifrava os vestígios biológicos e geológicos das eras

TORRES HOMEM, 1 de janeiro de 1844d, n. 5; *id.*, 1 de janeiro de 1844a, n. 5; *id.*, 15 de fevereiro de 1844, n. 8; *id.*, 1 de março de 1844, n. 9; *id.*; 1 de junho de 1844, n. 15.

mais primitivas do planeta; a ciência médica descobria curas e profilaxias para mortalidades, antes, incontornáveis; as ciências políticas confirmavam a necessidade da manutenção e do desenvolvimento de princípios fundamentais ao “progresso dos povos”, como o respeito ao sistema constitucional; a economia política, herdeira “do movimento civilizador do século XVIII”, produzia “*uma revolução salutar*” nos modos de administrar os governos; as belas artes refletiam cada vez mais as inquietações do sujeito moderno, auxiliando-o a atravessar melhor a sua própria experiência no mundo; a erudição, os estudos sobre a história e a filosofia abandonavam os gabinetes e deixavam de ser restritos a um segmento privilegiado da sociedade. O sucesso da técnica, afirmou, alcançava e facilitava a vida cotidiana, presidia “até aos modestos arranjos da vida doméstica”, o trem de ferro desafiava os limites territoriais e a navegação a vapor, de “todos os inventos [...] o mais importante, o mais fecundo, o mais rico em promessas”, pois integrava nações unidas no tempo, mas apartadas no espaço, atestava quão acelerado o século havia se tornado: “há menos de vinte e cinco anos parecia um sonho, e que ora ultrapassaram todas as previsões”;¹³⁵ quase

[...] desaparecido ainda ontem, que a vimos nascer, tomou desenvolvimentos tão rápidos, correspondeu tão perfeitamente à necessidade dominante da época, encontrou tal animação na tendência dos espíritos em um século todo industrial.¹³⁶

Todas essas vitórias da humanidade, escreveu, eram regidas pela ascendência da doutrina cristã na condução dos valores e dos propósitos de expansão e melhoramento da realidade social rumo ao futuro:

A direção nova dada às ideias, desviando a razão do mundo dos sentidos e dos fenômenos, contribuíram eficazmente à reabilitação do cristianismo, que fora o objeto dos ataques ardentes e vivíssimos d’esse mesmo século XVIII. A necessidade de crer, inerente à condição humana, a necessidade de um apoio à fragilidade e às misérias de nossa alma, a necessidade de esperanças de que se apascenta o homem, enfim de uma base larga e indestrutível para a sociedade, e enchido o vazio horrível, que ela deixara nos corações. Saíram do galarim as facécias de Voltaire, e compreendeu-se que não é possível separar a força do cristianismo de sua beleza, suas provas de seus benefícios, sua moral de seu culto, o que tem de sensível do que tem de

¹³⁵ TORRES HOMEM, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 1-5. Grifos nossos.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 3.

intelectual. E com efeito se lhe pedimos provas sobre a existência de um Deus, primeiro fundamento da moral, ele envia-nos às maravilhas, e à magnificência da natureza.¹³⁷

Valeu-se da história para exprimir como se deram as transformações positivas nos campos elencados. Assim fez ao tratar do fato da moderna ciência política ter provido a civilização com novas teorias constitucionais que eram aplicadas na edificação e na preservação do Estado, recordou que

Há cinquenta anos não era assim: quando os Franceses indignados do opróbrio, que pesava sobre seu país e cansados de sofrer as desordens de uma nobreza mantida à custa de odiosos privilégios, tentaram estabelecer o regime da Grã-Bretanha, o continente apenas tinha notícia do sistema representativo; e o princípio especial, o direito divino, proscrito na Inglaterra, nem era disputado aos monarcas Europeus. *A revolução dos Estados Unidos*, mal sentida pelos governos, pareceu unicamente *a emancipação de um povo*, que chegara aos anos da juventude, a separação da parte de um império, cujos interesses repugnavam entre si, antes do que a materialização de novos princípios ou confinados em alguns de seus escritos. *Mas a revolução da França veio dar o sinal de que uma grande mudança se havia operado nas ideias dos povos*. A Europa armou-se contra as novas doutrinas, tendo à sua frente a oligarquia dos conselhos áulicos; os povos marcharam para a cruzada; o princípio absoluto foi vencido; e o edifício da servidão desde então vacilou na sua base, e começou a ameaçar ruína por todos os lados.¹³⁸

Torres Homem também apresentou a concepção à qual se aderiria, naquele momento, para pensar a história ocidental:

E com efeito desde *o meado do século V, em que o mundo romano desmorona-se no ocidente* aos golpes dos Hérulos de Odoacro, e dos Ostrogodos de Teodorico, o homem nos países do progresso não tem feito mais do que constituir-se atribuladamente, estabelecer-se com indizíveis angústias, e desenvolver os elementos comprimidos de sua natureza. *Do quinto ao décimo século* ele leva a lutar contra a inundação, que o submerge, da barbaridade invasora; *daí ao décimo quinto*, consome-se em esforços sanguinolentos para libertar-se do jugo da feudalidade, maior afronta que em sua dolorosa carreira a humanidade recebeu, até que a pólvora é descoberta, e o primeiro tiro da arma de fogo, rompendo a rica armadura do cavaleiro, e nivelando-o com o peão no campo dos combates, proclamou ao mesmo tempo a igualdade na ordem social. *O século XVI foi o do desenvolvimento do elemento religioso; o XVIII, o do elemento*

¹³⁷ TORRES HOMEM, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 5.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 4-5. Grifos nossos.

*político, e o nosso o é incontestavelmente do elemento industrial. Mas para conseguir o fim em cada uma destas esferas, quantas crises, quantos terríveis acidentes, quantos suores de sangue! Parece que na ordem providencial do mundo, nada se obtém sem sacrifício; ele é a condição de nossa perfectibilidade; para que tenha lugar o progresso da espécie, é mister que uma geração seja oferecida em holocausto a outra; e assim o desenvolvimento das sociedades ofereceria o aspecto de uma redenção contínua, segundo essa lei, que um filósofo cristão dos nossos dias chamou – palingenésica. – Para nós portanto, os tormentos de uma época crítica, a fadiga da construção, os ardores da luta: para as gerações vindouras, as flores da primavera, o orvalho do céu, a fruição não disputada de sua herança!*¹³⁹

É sintomático, num mesmo texto em que retratou os progressos de seu tempo, reconhecer-se sujeito aos “tormentos de uma época crítica”, à “fadiga da construção” e aos “ardores da luta”.¹⁴⁰ Esse artigo foi publicado no mesmo ano em que retornou do exílio forçado em Portugal e enquanto o autor ainda aguardava ser anistiado formalmente da acusação de ter participado da Revolução Liberal, o que só ocorreu no ano seguinte com o primeiro dos enfraquecidos Gabinetes do Quinquênio Liberal. Seu comprometimento com movimentos como o de 1842, a exposição aos riscos implicados nesse gesto e o sofrimento de suas consequências foram coerentes com sua reflexão de que uma geração é posta em holocausto à vindoura. O *telos* com o qual olhou para a história fazia-o encarar o seu século como o resultado de uma linha progressiva que transpassa as eras. Não é difícil concluir que a sua visão de um Brasil atrasado em muitos aspectos, sobretudo no industrial, que fundamentava sua participação na *Niterói*, se adensou e se ampliou no contexto da *Minerva*, após o Regresso Conservador e a desilusão com o que reconheceu como Revolução da Maioridade. O mote da *Minerva* é exatamente fazer frente ao descompasso entre o Império e as demais porções do mundo civilizado.

No artigo *Inconvenientes da emissão de notas*, perguntou se o Brasil encontrava-se reduzido aos “recursos da desesperação”, pois só isso poderia legitimar as “câmaras brasileiras” decretarem, como vinham decretando, a impressão de dinheiro, numa proporção irregular com a produção e a circulação de riquezas, para suprir os desfalques dos cofres públicos, o que poderia culminar no “caos de nossas finanças”, em “catástrofes, espoliações, incalculáveis desordens na riqueza pública e individual”, posto que: “Não há valores senão os que o trabalho

¹³⁹ TORRES HOMEM, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 6. Grifos nossos.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 6.

cria”. Relatou, então, procedimentos adotados pela França e pela Inglaterra em circunstâncias calamitosas do passado não muito distante. Sobre a França, detalhou como se deu a aplicação da medida de aumentar a emissão de notas, a partir da Revolução deflagrada no século anterior, a despeito da quantidade real de capitais que o país movimentava, para tentar liquidar o rombo que o regime antigo deixou no Tesouro. Sobre a Inglaterra, como foi, com o mesmo método, a tentativa de contornar os prejuízos gerados com a guerra contra Napoleão I. Opinou que nas duas nações tal escolha foi desastrosa e que era preciso que o Brasil se atentasse a esses exemplos.¹⁴¹

Por mais que a pergunta “Ora estaremos nós nas mesmas circunstâncias, n’esses apuros de uma necessidade indeclinável, em que é mister tudo sacrificar, para salvar a vida”¹⁴², com a qual fechou o texto, revele a intenção do autor de salientar que o Império não estava numa condição tão adversa que pudesse dar alguma sustentação argumentativa aos defensores da deliberação extrema de se ultrapassar os limites ideais para a injeção de notas no mercado, é flagrante sua insatisfação com os rumos que a economia nacional assumia. Insatisfeito, também, continuava com a situação da mão-de-obra no país. É o que mostra o artigo *Colonização*:

Infelizmente nada se há feito até aqui sobre tão importante objeto; nem ao menos se curou de atenuar tanto, quanto cabia na alçada do legislador, os efeitos da *próxima e terrível crise*, que pela cessação do tráfico tem de vir aos nossos plantadores. D’aqui a poucos anos, é mister que ninguém se iluda, essa cessação será completa, atento o afinco portentoso, com que n’isso trabalha a Inglaterra, a natureza dos meios e recursos ilimitados, de que dispõe: e então o agricultor Brasileiro, que fascinado de ano em ano pela esperança enganadora de que o contrabando durará sempre até aqui, *fechou os olhos ao porvir*, achar-se-á lançado repentinamente na posição mais aflitiva, *reduzido a mudar em um só dia, por assim dizer, um método de trabalho, que existe há três séculos; e sujeito portanto inevitavelmente à tão súbita revolução operada na indústria nacional.*¹⁴³

¹⁴¹ TORRES HOMEM, 1 de março de 1844, n. 9, p. 7-8.

¹⁴² *Ibid.*, p. 8. No artigo, a frase não é encerrada com um ponto de interrogação, provavelmente, por um problema de impressão, mas a leitura do período, mediante o acompanhamento de todo o arrazoado que completa, manifesta-se, infalivelmente, como uma pergunta. Erros de impressão não eram incomuns na imprensa oitocentista. No final do segundo número da *Niterói*, por exemplo, lemos erratas referentes às impressões do primeiro número.

¹⁴³ TORRES HOMEM, 1 de junho de 1844, n. 15, p. 6. Grifos nossos.

Sua crença de que uma crise se acelerava de encontro ao Brasil, que, vitimado pela essência do século, ia ter que lidar, em um único dia, com a derrocada de trezentos anos. Era o que o motivava a alertar sobre a necessidade de que o Império se antecipasse à “nuvem carregada de tempestade”¹⁴⁴ que chegava, extinguisse a escravidão e incentivasse a imigração europeia. Torres Homem arguia que a escravidão negra não só atravancava o crescimento industrial e a modernização da agricultura como também corrompia moral e culturalmente a nação:

A escravidão leva a corrupção e o vício até o centro das famílias, quer seja pelos exemplos reiterados da mais grosseira imoralidade, quer pela depravação que infiltra na alma inocente de tantos meninos confiados aos desvelos de estúpidos escravos, só pedagogos da infâmia, e preceptores do crime. Que exemplos recebem eles dos seus primeiros aios, dos companheiros de seus brincos, dos condutores de sua infância! E será livre moral na carreira pública o homem, que desde o berço se acostumou a ser déspota, e tirano no sacrário da existência doméstica? As suas inclinações, as suas ideias não se ressentirão de tais hábitos? Serão próprias para retificar o coração do homem as relações estabelecidas entre o senhor, e o escravo? Que facilidade aberta para toda a espécie de desordens morais!¹⁴⁵

O texto introduz uma carta a favor da abolição enviada de Paris à *Minerva* por um Sr. F. P. de S. Aguiar. A correspondência serviu como oportunidade para Torres Homem apregoar que o indivíduo africano contaminava a sociedade brasileira com o embrutecimento derivado da “vida selvática, que passou na terra natal” e que um novo formato de colonização europeia poderia trazer uma “população melhor” para “cultivar o nosso solo” e a cultura do país.¹⁴⁶

Nesses anos de 1843 e 1844, Torres Homem já vivenciava a condição mais conturbada de sua trajetória, condição que foi expressada com mais nitidez em 1849. Sua produção da primeira metade da década de 1840 demonstra bem como foi se cultivando Timandro: a prudência e a moderação da *Niterói* suspiram na *Minerva*, mas, nesta, compartilham frases com termos como crise e revolução, que se sobressaem n’ *O Libelo*. A maioria dos seus artigos da *Minerva* trazem linguagens condizentes com o intento de se propagar notícias e conhecimentos técnicos para a

¹⁴⁴ TORRES HOMEM, 1 de junho de 1844, n. 15, p. 6.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 7.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 6.

vida prática, específicas de cada ramo descrito ou aludido, entretanto, em alguns desses textos – em especial os três que explicamos nesta seção –, a expressão do desconforto na recorrente evocação da palavra crise e de seu campo semântico e a expansão da linguagem revolucionária prenunciam o que veio no final da década.

Crise, além de na frequência com a qual a palavra em questão foi acionada, insurge em termos e expressões como as já citadas “indizíveis angústias”, “recursos da desesperação” e “nuvem carregada de tempestades”¹⁴⁷ – metáfora composta para alertar sobre o clima nebuloso que tendia a recair sobre os senhores de escravos, mas que é um vaticínio acertado para a condição na qual o próprio autor se encontrou quatro anos mais tarde. A linguagem revolucionária com sua polissemia, por seu turno, se manifesta com mais relevo. Remete a transformações benéficas proporcionadas por algum ramo do conhecimento: “As grandes verdades que a economia política proclamara, não ficaram estéreis, e têm produzido uma *revolução salutar nas ideias dos povos, e na marcha dos governos*”¹⁴⁸. Remete a fenômenos naturais conformadores da geologia do planeta:

Com o socorro destes monumentos [‘naturais das catástrofes primitivas,’] [‘anteriores mesmo à presença do homem sobre a terra,’] fazia *Cuvier a história das revoluções do globo, ou a história da natureza*.¹⁴⁹

E remete a movimentos políticos e sociais: “vemos o cristianismo abrindo as fontes da antiguidade, conservando a tradição das letras no meio do dilúvio da barbaridade, e das *sombrias revoluções da Europa moderna*”¹⁵⁰. Apesar de não tratar dos levantes armados no Brasil, revolução política e social, nos seus artigos da *Minerva*, se refere a eventos convulsos, feitos com violência, ilustrados com a Revolução da Independência dos Estados Unidos e com a Revolução Francesa, por exemplo.

Na seção seguinte, dando sequência à discussão sobre a produção discursiva de Torres Homem da década de 1840, retornamos à análise d’*O Libelo do Povo*. Tratamos do conceito de povo. Para uma melhor compreensão do seu significado,

¹⁴⁷ TORRES HOMEM, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 6; *id.*, 1 de março de 1844, n. 9, p. 8; 1 de junho de 1844, n. 15, p. 6.

¹⁴⁸ *Id.*, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 4. Grifos nossos.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 1. Grifos nossos, exceto “*Cuvier*”.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 5. Grifos nossos.

abordamos também textos escritos antes e depois do panfleto, nas três décadas nas quais concentramos nosso estudo.

3.3 – História do povo

Retornamos aqui à análise d’*O Libelo do Povo*. Nesta seção, a ênfase é no conceito de povo que perpassa todas as obras de Torres Homem que pesquisamos. Assim, para uma melhor compreensão de seu significado e de sua apropriação, abordamos textos que antecederam e textos que sucederam o panfleto.

Tomamos como referência teórico-metodológica o trabalho de Pierre Rosanvallon, que estudou a história do conceito de povo na França, nos duzentos anos decorridos de quando o termo passou a incorporar os mais variados anseios de transformação e de conservação da realidade sociopolítica em disputa, em finais do século XVIII, até a década de 1980, quando já transmitia a impressão de estar definitivamente encrustado nas linguagens comuns dos debates em torno da distribuição de papéis, lugares e poderes sociais.¹⁵¹ Interessa-nos o que Rosanvallon demonstrou acerca da trajetória do conceito nos séculos XVIII e XIX.

Povo se inseriu no conjunto de vocábulos que irromperam ou se ressignificaram na atmosfera revolucionária setecentista. Nesse momento, ganhou força como um componente chave nos discursos que alimentavam os motins, sobretudo como uma pujança afirmativa, esteio da soberania popular – essa, justificativa para a Revolução. Depois, no contexto de reações restauradoras oitocentistas, o conceito foi empossado com mais veemência pelos setores que buscavam bloquear o apelo democrático desperto desde o século anterior – essa apropriação antagônica à que se ligava mais estreitamente à ideia de soberania popular já ocorria na ambiência revolucionária setecentista, porém, menos projetada. No século XIX, a rivalidade de sentidos do termo tornou-se mais acirrada: de um lado seu caráter positivo, seu lugar decisivo na construção do Estado nacional; dum outro, seu caráter negativo, seu potencial anárquico e bestial. Histórico que permitiu a Rosanvallon definir o conceito como designador de um enigma, de uma massa inorgânica presente, mas, inapreensível, *introuvable*.¹⁵² Condição não muito distinta do caso da América sob domínio português e do

¹⁵¹ ROSANVALLON, 1998a, p. 9-29; *id.*, 1998b, p. 33-83.

¹⁵² *Id.*, p. 9-29; *id.*, 1998b, p. 33-83.

Império brasileiro, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho com a pesquisa de Luisa Rauter Pereira.¹⁵³

Torres Homem evocou entusiástico a “soberania popular”¹⁵⁴ n’*O Libelo*, no qual permitiu-se ditar que cabe a um monarca executar a vontade do povo, não o contrário. A composição completa do conceito distribui-se pelas narrativas de seu panfleto. Povo é um contingente de pessoas que partilham entre si uma identidade nacional:

[...] e o dia se apropinqua, em que *esse belo nome de Itália*, que por tão dilatadas eras exprimiu entre os homens a glória das armas, o gênio civilizador, o brilho das letras, a magnificência das artes, deixará de ser o simples resumo de uma grande história morta, para tornar-se *o símbolo de um povo vivo, independente e livre*.¹⁵⁵

As particularidades de sua definição de *povo brasileiro* estão bem delineadas em uma passagem em que retratou cenas da Revolução Praieira:

Centenas de cidadãos e, entre eles, *oficiais da guarda nacional, proprietários, honestos pais de famílias*, entraram na capital encorrentados como recrutas e, antes de serem lançados ao porão dos navios de guerra, são dados em espetáculo, nas ruas mais públicas, à *gentalha portuguesa*, que triunfa e os cobre de vaias e baldões. Os que ela denuncia serem envolvidos no conflito de nacionalidade de junho do ano passado são chibatados no quartel da polícia, como aconteceu a Luís José da Cruz, *mancebo de excelentes costumes, o pardo ingênuo* de nome Serafim é surrado conjuntamente com outros *também livres e brasileiros como ele*, pelo mesmo crime, de que arguiam os lusitanos!¹⁵⁶

A sua definição de povo brasileiro, portanto, compõe-se de pessoas pertencentes a uma mesma nação, podendo ser civis ou militares, como “os oficiais da guarda nacional”, não necessariamente brancas, mas tendo que ter nascido livres, como “*o pardo ingênuo* de nome Serafim” cuja menção lembra que o autor não condicionou o alcance do conceito à quantidade de renda dos indivíduos, pois comporta os “proprietários” e a camada empobrecida da população que nunca foi cativa.¹⁵⁷

¹⁵³ PEREIRA, 2011.

¹⁵⁴ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 67.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 59. Grifos nossos.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 116. Grifos nossos.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 116. Grifos nossos.

Excluso quem não comunga desses laços identitários:

Com efeito, a imensa inferioridade de condição, em que se acha *o triste brasileiro no próprio solo em que nasceu*, não tendo por si mais que o ar e a luz do sol, relativamente *ao venturoso forasteiro português assenhorado das fontes de nossa riqueza*.¹⁵⁸

Textos de Torres Homem escritos em outros momentos trazem o conceito de povo com o mesmo significado que tem n' *O Libelo*. Na *Niterói*, por exemplo, equalizou povo e nação no *Considerações econômicas sobre a escravatura*:

[...] *os povos*, que têm a desdita de engastar em seu solo os horrores da escravidão doméstica, comprometem de gravíssimo modo o seu porvir, afugentando todo o prospecto de opulência, e prosperidade.¹⁵⁹

Na *Minerva*, no artigo *Progressos do século atual*, utilizou-o para se referir ao cristianismo como uma grande nação, uma grande irmandade, que perpassa a história:

Este povo imutável em suas tradições, no meio dos impérios, que em roda dele se sucediam, marca a espécie da grandeza que lhe havia sido afiançada, e oferece tantas máximas aplicáveis ao governo da sociedade, como preceitos úteis ao proceder do homem.¹⁶⁰

E no livro *Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos*, continuou a igualar povo e nação ao expor os perigos das contendas entre os partidos:

Para remediar semelhante situação, em que tantas vezes se tem achado *os povos constitucionais*, dois expedientes são empregados: um inspirado pelo bom senso e pela consciência do interesse público, e o outro pela vertigem da ambição e pela imoralidade do tempo.¹⁶¹

Na próxima seção, analisamos o que escreveram sobre Torres Homem e sobre *O Libelo do Povo* nos pasquins que responderam a Timandro.

¹⁵⁸ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 108-109. Grifos nossos.

¹⁵⁹ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 37. Grifos nossos.

¹⁶⁰ *Id.*, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 6. Grifos nossos.

¹⁶¹ *Id.*, 1853, p. 7. Grifos nossos.

3.4 – Os rebentos de Timandro

As reações ao *Libelo do Povo* foram imediatas. No começo de 1849, já surgiram pasquins para combater e desmascarar Timandro. Muitos, além de tematizações acerca das ideias propugnadas por Torres Homem, trazem relatos para desqualificá-lo, apresentando aspectos obscuros e controversos de sua biografia e de sua genealogia. Um exemplo dessa perseguição pessoal é o trecho abaixo do primeiro número d'A *Contrariedade pelo Povo*¹⁶², que tem como epígrafe os seguintes dizeres:

Desmascarar um impostor orgulhoso, tornando-o transparente, que abusa do talento, de que a Bondade Divina o dotou, iludindo aos incautos, para conseguir seus fins particulares, embora os precipite, é obra meritória, é serviço importante feito ao povo.¹⁶³

O trecho d'A *Contrariedade pelo Povo* referido acima como exemplo da perseguição pessoal a Torres Homem:

Batido e debelado tem sido o autor do *Libelo do Povo*, desse libelo famoso; cumpre porém dar toda publicidade à origem desse *desprezível átimo* da associação brasileira; e para isso permita-se-me [*sic*] tomar o fio de mais longe.

Eva, *crioula*, natural de Taubaté ou suas imediações, afagando, e recebendo afagos do capitão-mor da aldeia dos índios daquela vila, deu à luz uma filha de nome *Anna*; perfeita mestiça de cor escuríssima; e vendida para o Rio de Janeiro foi comprada e sua filha, pelo negociante, da classe então chamada comissários, *José Francisco Cardoso*, morador na rua Direita, casa hoje nº 73; e como houvesse na família outra escrava também crioula e do mesmo nome, foi aquela crismada em EVA DA SERRA.

ANNA, conhecida por *Annica*, cresceu; e não sendo indiferente aos impulsos amorosos, deu à luz em 1783 ou fins de 1782, uma filha, de nome *Maria* parda muita clara, que se chamou depois *Maria Patricia* [...]

[...] *Maria Patricia* reputando-se a *branca* do lote, sem trabalhar queria viver à custa de seus *parceiros*, embonecando-se com o fruto, que lhe fornecia sua idade e sexo: era entre os capetas que a frequentavam, conhecida pela – *você me mata* – frase de que

¹⁶² No primeiro número d'A *Contrariedade pelo Povo*, a data que anuncia a publicação é 13 de março de 1848. Nos segundos e terceiros números do pasquim, as datas de publicação são respectivamente 3 e 19 de abril de 1849. Como *O Libelo do Povo* foi publicado em 1849, o ano de 1848 é um erro de impressão.

¹⁶³ A *Contrariedade pelo Povo*, 13 de março de 1849, n. 1, p. 1; *id.*, 3 de abril de 1849, n. 2, p. 1; *id.*, 19 de abril de 1849, n. 3, p. 1.

constantemente usava nos seus extasiados e delirantes transportes amorosos.

[...]

Eis a digna mãe de *Timandro*; desse indigno brasileiro, o *caput mortuum* dos mais vis e *abjetos* fluminenses!!! Vejamos se é ele mais *feliz* pelo lado paterno.

Apolinario Torres Homem, nascido de pais humildes, natural, para vergonha dos Fluminenses, do Rio de Janeiro, foi estudar para o seminário da Lapa, sendo mestre de gramática latina o *Revmo. Luiz Gonsalves dos Santos*; rapaz turbulento e de péssima conduta, colheu o fruto merecido, sendo recrutado para o regimento de Bragança, onde teve sempre indigno comportamento; e unido constantemente a outro soldado, o *Fragatinha*, tão bem, como ele, e comparsa em mil desordens, tiveram forte alteração com um terceiro, que sucumbido das facadas, que de ambos recebera; desertaram; e percorrendo pela *Bahia, Pernambuco, &c.*, desapareceram.

Apolinario anos depois, e procedente de Lisboa, apareceu no Rio de Janeiro, revestido, dizia ele, do caráter sacerdotal; porém o *Exmo. e Rev. Sr. D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco*, Bispo do Rio de Janeiro, desconfiando dos documentos, e considerando falsas as reverendas, não lhe permitiu o uso das ordens. Por falecimento d'este preclaríssimo prelado, o cônego *Villas Boas*, vigário geral e governador do bispado, cedendo aos empenhos, esta *terrível peste* da sociedade, permitiu-lhe o livre uso das ordens; consentindo com tal condescendência que este fluminense de péssima conduta, e manchado com o crime de homicídio, que o inibia de tal ministério, agravasse sua conduta, que já tanto o enegrecia, cometendo todos os dias um *sacrilégio*, celebrando aquele Santo Sacrifício, que é só permitido às almas puras e canonicamente autorizadas!

[...]

Entre as muitas *ladroeiras* ali preparadas, prima uma praticada contra um pobre velho, morador na rua do *Valongo*, (hoje da *Imperatriz*,) que por ser analfabeto usava de um carimbo, o qual por astúcias de *Apolinario*, combinado com a sua barregã *Maria você me-mata* – esta o roubou, e forjando-se falsos créditos, forçaram o velho ao pagamento. Sobre esta questão houve no juízo de fora duas sentenças, que honram aos seus julgadores, uma do *Sr. Carneiro*, outro do *Exmo. Sr. Conselheiro Clemente Pereira*, que deitaram por terra esta ladroeira: correram impressas e dadas em avulsos em 1827 ou 1828, com os periódicos da época. É esta uma das principais causas, por que *Timandro odeia, e guerreia ao Exmo. Sr. Clemente Pereira!*

[...]

Este padre de fábrica própria, namorou-se da – *você me-mata* – levando-a por fim para sua companhia vivendo publicamente, como casados, na casa da rua dos *Latoeiros*, hoje nº 34, propriedade que pelas suas artimanhas pilhou a um pobre preto, seu constituinte: história curiosa!

Foi deste – *infame, e sacrílego concubinato*, que veio à luz O HOMEM SALLES DA TORRE, o *Timandro*, esse fluminense *filaucioso! insolente! indigno! vil! rasteiro! embora empertigado, malvado! perverso! mentiroso! aleivosos!*

embusteiro! ingrato! porque tudo isto encerra em si, quem se atreveu a escrever o *Libelo do Povo*; esse libelo famoso, e falso, d'onde destila a vil peçonha de seu asqueroso autor.¹⁶⁴

No mesmo número d'A *Contrariedade pelo Povo*, há um contraponto à acidez crítica despejada sobre a dinastia de Bragança n'O *Libelo*. Enquanto Torres Homem retratou uma linhagem de monarcas torpes, imorais e medíocres, no pasquim em questão, há uma aclamação a Dom João VI como o “Fundador do Império”, o patriarca da Independência, pois “teve ela origem na declaração dos portos francos, que elevou o Brasil à categoria de Reino”, e Dom Pedro II, por reunir “imensas virtudes sociais e morais”, o “ídolo de todos os Brasileiros que sabem respeitar ao Ente virtuoso”. Ignorante do que veio à frente – Timandro tornou-se diretor do Tesouro Nacional, ministro e conselheiro de Estado –, quem redigiu o pasquim praguejou contra o libelista: “Infame! não sabes o que fizeste!... cavaste a tua ruína, e chafurdarás para sempre nesse lodaçal de pútrida lama, em que mergulhaste!!!”¹⁶⁵

Outros pasquins opostos ao *Libelo* também trazem defesas de Bragança. N'O *Caboclo*, Dom Pedro II é retratado como “um Príncipe, cuja bondade, inteligência e ilustração são geralmente reconhecidas e apreciadas”¹⁶⁶. N'A *Califórnia*, consta que n'O *Libelo* “se enxergavam insultos ao mais eminente personagem do Brasil”¹⁶⁷. N'A *Califórnia*, há ainda uma confrontação à anunciada aversão liberal à participação portuguesa nos negócios do Brasil:

Brasileiros! O partido *Luzia* seriamente não odeia aos portugueses, não, ele o que quer é estar no poder, e por isso, tenta conspirar-se contra o *povo português*, residente nesta corte, afim de ver se por essa estratégia pode galgar ao mando, que por ser muito ignorante e não ter princípios de política, deixou escapular a canoa e quebrou o remo de propósito, tudo filho de seu mau sistema de governança.¹⁶⁸

Já n'O *Moleque*, há uma objeção ao alegado conluio entre conservadores e portugueses:

¹⁶⁴ A *Contrariedade pelo Povo*, 13 de março de 1849, n. 1, p. 1-3. Grifos do autor.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 3-4.

¹⁶⁶ O *Caboclo*, 28 de fevereiro de 1849, n. 4, p. 2.

¹⁶⁷ A *Califórnia*, 5 de abril de 1849, n. 3, p. 1.

¹⁶⁸ *Id.*, 30 de março de 1849, n. 2, p. 2. Grifos nossos, exceto “*Luzia*”.

Apregoam por aí os Srs. *Liberais* que o partido saquarema é composto de galegos e Brasileiros degenerados vendidos a seu oiro; e que no caso de uma luta seriam esses Brasileiros e esses galegos quem se poria em campo para abatê-los.

É tão miserável a primeira injúria que até nos envergonhamos que o nosso moleque responda a ela.

Mas quanto à segunda, senhores *Liberais*, convencei-vos, de uma vez para sempre, que *tão estúpidos e imprudentes não são os portugueses, que se atrevam a apresentar-se em campo armados para combater Brasileiros.*

A experiência de muitos anos lhes tem ensinado a respeitar nossas dissensões políticas...

Longe de nós a ideia da repercussão do movimento de Pernambuco.

O sangue de cada Brasileiro, que morre imolado pela *guerra civil*, depois de esaldar-nos o coração, salta em borbotões de nossos olhos.

Não tememos uma *revolta*, porque *temos um Governo prudente e sábio.*

Mas, se no Juízo de DEUS está determinado que tenhamos de passar também por tão apertado transe, acreditai, senhores, que os saquaremas têm bastante coragem e patriotismo, para repelir qualquer proteção armada de estrangeiro, seja de que Nação for.¹⁶⁹

Não queriam repercutir a Revolução Praieira, mas, em quase todos os pasquins analisados, o movimento está abordado. N’*O Sino da Lampadosa*, nas primeiras páginas de seus números, lemos o seguinte poema:

Repica bem, meu sininho,
Tem cuidado no badalo,
Que a gente do catucá
Tem sofrido muito abalo.

Repica, faz muita bulha,
Dá folgança à rapazia
Multiplica os teus repiques,
Não poupes nem um *luzia*.¹⁷⁰

“Catucá” é um termo empregado para se referir às pessoas envolvidas com ou defensoras do levante pernambucano. É o nome do local, surgido como quilombo nos arredores de Recife, onde Borges da Fonseca redigiu o *Manifesto ao Mundo*, no qual expôs, em linhas gerais, as reivindicações do movimento, dentre as

¹⁶⁹ *O Moleque*, 31 de março de 1849, n. 2, p. 3. Grifos nossos, exceto “*Liberais*”, “*vendidos a seu oiro*” e “*DEUS*”.

¹⁷⁰ *O Sino da Lampadosa*, 7 de março de 1849, n. 1, p. 1; *id.*, 15 de março de 1849, n. 2, p. 1; *id.*, 4 de abril de 1849, n. 3, p. 1. Grifo do autor.

quais, a extinção do Poder Moderador, a expulsão dos portugueses residentes no Brasil, a adoção do voto universal e a plena liberdade de imprensa. No entanto, a acusação de que não havia liberdade de imprensa no Brasil está contestada nos pasquins, como no exemplo abaixo:

Mesmo os autores dessas caixinhas de fósforos estão desalentados, não porque tenham sido privados de emitir suas opiniões, ninguém lhes tem proibido de satisfazerem suas paixões, *tem sido mais livre a liberdade de imprensa*. Há dias que as armas foram iguais, porém hoje são menos superiores às nossas tanto que abandonaram um pouco o campo de combate. A razão, a razão está claríssima, não fossem tão egoístas e mentirosos, que não sofreriam tanta derrota!¹⁷¹

N' *O Moleque*, Torres Homem está referido como uma liderança praieira:

Não é um saquarema que, para defender o Governo atual, avança semelhantes proposições, mas é o *chefe dos catucás* aqui do Rio de Janeiro, que as proferiu *sustentando a justiça da revolta pernambucana*; acusando o Gabinete por haver tomado a peito sufocá-la.¹⁷²

Por outro lado, houve também quem saiu em defesa de Timandro. N' *A Filha de Timandro*, há comentários sobre *O Libelo* e os impressos conservadores, alcunhados de “imprensa ministerial”¹⁷³:

Corre impresso n' esta Corte, e talvez breve tenha visitado os países estrangeiros um interessantíssimo *pamphlet* debaixo do título de – Libelo do povo por Timandro – Este importantíssimo, e bem deduzido Libelo contém tão salientes, e graves verdades, com tal força de lógica sobre elas discorreu *o seu autor, meu querido Pai*, tão bem encarou os negócios do Brasil, que ressalta a todas as luzes a grande erudição que ele possui, e o aturado estudo que tem feito das cousas do nosso país. Os ministeriais, que hoje se apregoam exclusivos Monarquistas, mordidos de raiva por não poderem vitoriosamente responder às verdades, *que meu Pai escreveu*, e não encontrando uma brecha, por onde possam escalar esse majestoso edifício, *que tem por inabaláveis alicerces, a par do direito público, a vigorosa força do raciocínio fortificado pela lição da História*, sim, o que fazem os ministeriais?... *Buscaram um distinto e ilustrado aliado do partido Liberal o Sr. Dr. Francisco de Sales Torres Homem, e atribuindo-lhe a paternidade desse importantíssimo Libelo*,

¹⁷¹ *O Sino da Lampadosa*, 15 de março de 1849, n. 2, p. 1. Grifos nossos.

¹⁷² *O Moleque*, 31 de março de 1849, n. 2, p. 1. Grifos nossos.

¹⁷³ *A Filha de Timandro, ou A Brasileira Patriota*, 12 de abril de 1849, n. 1, p. 2-3.

contra ele vomitam todo o fel e lama, de que tem grande provisão em seus danados corações! Não contentes de contra ele esgotarem todo esse imundo dicionário mui trivial nas cocheiras, nos lupanares, e noutros iguais lugares, com mãos sacrílegas profanam a santidade dos túmulos, revolvem as cinzas dos mortos, desenterram seus frios ossos, e deles formando metralha inestam com impiedade inaudita sobre o objeto de seus rancores, sobre o seu mais terrível pesadelo!!¹⁷⁴

Além de não estar assumida sua “paternidade” em Torres Homem, n’*A Filha de Timandro*, há uma convocação às “folhas ministeriais”¹⁷⁵ de que priorizassem o debate de ideias e abandonassem as especulações em torno da vida privada do “suposto” autor d’*O Libelo*:

Enfim, Srs. ministeriais, toda a cousa reduz-se a muito simples termos: ou o – Timandro – contém princípios verdadeiros, conformes com o Direito Público e História Pátria; ou o – Timandro – é um ignorante impostor, que apresenta princípios errados de Direito Público, e fatos Históricos falsificados. No primeiro caso é digno de ser respeitado pela gratidão pública, pelos relevantes serviços que presta ao país, disseminando tão luminoso trabalho; e também vos cumpre elogiá-lo. No segundo caso não devem passar suas proposições despercebidas; devem ser completamente combatidas por honra do país, mostrando-se à população seus erros e falsidades em pouca ou nenhuma conta tendo a pena, donde elas partiram. Bem vedes que em ambos os casos não vos é lícito cobrir de insultos, de injúrias e de calúnias um cidadão pelo simples fato de lhe atribuídes a paternidade de semelhante Libelo.¹⁷⁶

E na página seguinte do pasquim, uma tentativa de legitimação daquilo que seu “pai” chamou de “meios heroicos e radicais” dos pernambucanos, a recusa do “remédio ordinário”¹⁷⁷:

Não cessam as folhas ministeriais de apelidar assassinos e salteadores os briosos Pernambucanos, que provocados pelas mais assombrosas agressões, por um longo encadeamento de crimes, e afrontas feitas à humanidade, à constituição, e às leis do país, lançaram mão das armas para defender suas propriedades, seus direitos políticos dos ataques, que autoridades

¹⁷⁴ *A Filha de Timandro, ou A Brasileira Patriota*, 12 de abril de 1849, n. 1, p. 2. Grifos nossos, exceto “pamphlet”.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 2.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 2.

¹⁷⁷ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 119.

reacionárias, e sobremodo violentas desenvolviam na província, na heroica, e briosa província de Pernambuco.¹⁷⁸

Depois, em 1854, durante o Gabinete da Conciliação, momento em que Torres Homem já se desculpava pela escrita d'*O Libelo*¹⁷⁹, foi publicado *O Filho do Timandro*, no qual, por sua vez, está assumida a sua real “paternidade” e estão insinuados possíveis motivos para o propalado arrefecimento das querelas entre as facções rivais. N'*O Filho do Timandro*, também lemos sobre a aproximação entre o seu “pai” e o imperador:

Incontestavelmente contribuiu para chegarmos ao ponto em que nos achamos o *Libelo do Povo* por meu pai; que descrevendo nele as obrigações dos reis, fez com que S. M. estudasse e refletisse, e viesse a convencer-se da grande razão do *Timandro*, manifestando logo sua *gratidão* com esse importante despacho, que nunca jamais será bastantemente [*sic*] comemorado. A docilidade de S. M. está a toda a prova, e eu espero, que não mais se calunie a raça dos reis acusando-a de caprichosa, e pertinaz, nem mesmo que mais se diga ser a raça de Bragança inábil, e incapaz; porquanto S. M. aliando-se com meu pai tem dado provas de sua rara habilidade, de seu gênio transcendente, e de que nasceu para rei.¹⁸⁰

A passagem acima é demasiado irônica, quem a escreveu não admitia o olvido do Torres Homem incendiário e a atuação do Torres Homem conciliador. Os trechos incisivos d'*O Libelo* inseridos como epígrafes d'*O Filho do Timandro* atestam tal postura:

Para desgraça das empresas do despotismo, não existe meio algum de fuzilar as ideias; e esta impossibilidade é que as malogra.

Não; a simples qualidade de imperador não é uma desigualdade natural..... O seu poder é emprestado, convencional,

¹⁷⁸ *A Filha de Timandro, ou A Brasileira Patriota*, 12 de abril de 1849, n. 1, p. 3.

¹⁷⁹ É o que sugere sua reflexão de 1853, publicada pela primeira vez poucos meses antes da instalação do Gabinete da Conciliação: “Mas primeiro que tudo revela saber onde iremos procurar os pensamentos genuínos, fixos e gerais que formam os vínculos dos partidos, e os caracterizam. Será no grito isolado que se levanta neste ou naquele ponto do território, e que perde-se sem eco no resto do país, não deixando de si vestígio na memória dos mesmos que o soltaram? Será na inscrição efêmera da bandeira que uma turma hasteia na hora da desesperação, e torna a enrolar, quando renascem a calma e a reflexão? *Será nos escritos individuais, anônimos, destituídos de missão, participantes da mobilidade das circunstâncias, e da incoerência caprichosa dos acontecimentos?* Não de certo: e aquele que intentasse registrar *esses murmúrios parciais e fugitivos de datas e lugares diversos, e reunir os fragmentos disseminados aqui e além de ideias abordadas*, poderia talvez compor com as tintas da malignidade *um curioso romance, mas não a história real e verídica das crenças de um partido inteiro.*” (TORRES HOMEM, 1853, p. 19. Grifos nossos).

¹⁸⁰ *O Filho do Timandro*, 1 de setembro de 1854, n. 1, p. 1. Grifos do autor.

subordinado ao parecer e à vontade da nação, que é a origem de sua superioridade artificial.

Sua Majestade é uma fração de alguns milhões de habitantes que contém o Brasil¹⁸¹; e por quê milagre essa fração milionésima reuniria em si só mais luzes, e capacidade, do que o total desta vasta aglomeração de criaturas humanas? Pois um povo livre compõe-se de crianças e de idiotas, tendo à sua frente um único homem de juízo?¹⁸²

E logo abaixo: “Do meu pai TIMANDRO DO SEU LIBELO DO POVO”¹⁸³.

Neste capítulo, debatemos os textos que Torres Homem inseriu na *Minerva Brasiliense* – apenas os mais significativos para os propósitos do nosso trabalho – e retornamos ao *Libelo do Povo* para descrevermos como se deu sua recepção mais enfática e para delinear-mos com maior precisão as características fundamentais do conceito de povo que perpassa as obras do autor – complementamos o delineamento com exemplos do conceito em outros de seus textos.

Na próxima seção, finalizamos este capítulo abordando as propriedades das narrativas que teceu na década de 1840.

3.5 – Modos narrativos em tempos de crise

Identificamos duas direções em seus textos da década de 1840 com relação aos modos de elaboração de enredo, de argumentação formal e de implicação ideológica. Duas direções que, ao fim e ao cabo, em certos aspectos, se fundem. Na *Minerva*, tal como na *Niterói*, as narrativas históricas são romanescas, mecanicistas e liberais. N’*O Libelo*, a narrativa da história do Império é romanesca, mecanicista e radical.

Na *Minerva*, dois artigos expressam bem e com mais evidência tal condição narrativa: *Progressos dos séculos atual* e *Colonização*. No primeiro artigo, o caráter romanesco se evidencia na descrição dos embates travados, ao longo dos séculos, entre os espíritos recalcitrantes e os espíritos arrojados, entre as hostes da barbaridade e o viço da civilidade, entre materialistas e humanistas e entre

¹⁸¹ Na edição que analisamos d’*O Libelo*, essa parte que antecipa o ponto e vírgula nesse trecho está escrita assim: “Sua Majestade que contém o Brasil” (TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 106). A versão citada n’*O Filho do Timandro* aparenta ser a correta.

¹⁸² TORRES HOMEM, 1849 *apud O Filho do Timandro*, 1 de setembro de 1854, n. 1, p. 1.

¹⁸³ *O Filho do Timandro*, *op. cit.*, p. 1. Grifos do autor.

paganismo e cristianismo, louvando as vitórias dos bons sobre os maus propósitos ou prevendo que, com as ações mais adequadas, o bem poderia triunfar. O cunho mecanicista reside na exposição da crença de que tais dicotomias se orientam pelos impulsos irrefreáveis de evolução dos povos. No caso específico do que está explanado no artigo, de etapas em etapas, em meio a crises e tormentas, rumo à plena realização humana. O timbre liberal da narrativa ecoa em sua ovação aos progressos gestados em campos institucionalmente respaldados da vida social, como as ciências políticas, a medicina, a economia política, a indústria e as belas artes, e em suas considerações negativas a respeito “das sombrias revoluções da Europa moderna”¹⁸⁴.

Quanto ao segundo artigo, o tom romanescos se apresenta na transmissão da crença de que a batalha entre “o contrabandista de homens, o introdutor da barbárie no meio de nossa civilização retardada”, e os ingleses e seu “afinco portentoso” pela “cessação do tráfico” se desenvolvia para ser, inevitavelmente, vencida por esses últimos. O tom mecanicista, no argumento de que, sendo o século XIX um século industrial, em sua inserção no *telos* do processo histórico da civilização ocidental, a insistência na manutenção da escravidão no Brasil retardava “a verdadeira prosperidade, aviltando e entorpecendo aí a indústria, sem a qual não há progresso, nem ventura social”. O tom liberal, no apelo feito às “câmaras legislativas” para que “tratassem sem perda de tempo” de prevenir a crise que poderia se abater sobre os lavradores brasileiros com a “iminência” da extinção do contrabando de africanos¹⁸⁵ ou tratassem:

[...] ao menos de diminuir as suas consequências indeclináveis, por meio de uma lei de colonização, que atraísse pouco a pouco ao nosso solo braços exuberantes da indústria europeia, dispondo e preparando assim *gradualmente* o país à grande mudança, que se tem de operar no sistema de trabalho, a substituição da indústria servil pela indústria livre.¹⁸⁶

N’*O Libelo*, o aspecto romanescos da narrativa é visível na recorrência com a qual estão expostas as lutas entre os defensores do povo e a tirania, entre liberais e conservadores, entre brasileiros patriotas e portugueses. O aspecto mecanicista,

¹⁸⁴ TORRES HOMEM, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 5.

¹⁸⁵ *Id.*, 1 de junho de 1844, n. 15, p. 6.

¹⁸⁶ TORRES HOMEM, 1 de novembro de 1843, n. 1, p. 6. Grifo nosso.

na emissão da crença de que o princípio que movimenta a história é o da soberania popular, causa na qual se assentam todas as transformações e manutenções benignas. O aspecto radical, na proposição aberta de anulação da Constituição de 1824 e no descrédito conferido a instituições basilares da nacionalidade brasileira, por exemplo, o poder do monarca. O fato de haver a defesa de uma Constituinte não reduz o radicalismo da narrativa nem torna-a liberal a partir das categorias do *Meta-história*, pelo contrário, basta lembrarmos que na tese de White¹⁸⁷ a maneira radical de narrar, concomitante ao ímpeto de aniquilamento de dadas estruturas adversas da sociedade, é movida pelo afã de preservá-la, recuperando-a, abolir apenas o que está descrito como necessário eliminar.

Nos anos que abordamos neste capítulo, Torres Homem manifestou uma experiência histórica de crise e radicalismo. A história que narrou sobre o mundo, com ênfase em episódios da história do Brasil, compõe-se de crise. O perigo e o infortúnio dão a tônica de suas narrativas, havendo pouco espaço e pouco investimento retórico para o contraponto, para a ovação dos traços positivos do que discutiu – a ovação está presente, mas em volume bem reduzido quando comparada à evocação da crise. Não há o balanceamento que caracteriza a manifestação ambivalente de sua experiência nos seis primeiros anos das Regências. Seu envolvimento com revoluções, sua escolha por escrever e publicar *O Libelo do Povo*, criticar a Casa de Bragança, propor uma Constituinte e legitimar a guerra civil atestam o radicalismo de sua experiência após o Regresso Conservador e antes da conjuntura de instalação do Gabinete da Conciliação. Radicalismo que, como sua sensação de crise, foi se agudizando até atingir o ápice em 1849.

No próximo capítulo, tratamos do caráter harmonizador que assumiu na década de 1850.

¹⁸⁷ WHITE, 1992, p. 11-56.

Capítulo 4

Experiência da história harmonizadora

4.1 – Conciliação

Com a queda do último Gabinete do Quinquênio Liberal, em 29 de setembro de 1848, tomou posse, no mesmo dia, o Gabinete conservador de Araújo Lima, o regente do Regresso. O diálogo entre Ministério e Assembleia Geral, que já não era cordial, ficou ainda mais dissonante e escasso. Ao ser convocado para apresentar à Assembleia seu programa de governo, o novo Gabinete recusou-se a comparecer ao Parlamento, o que acirrou a crise político-institucional, culminando na derrubada da Assembleia, no início do ano seguinte, e na imposição de eleições para compor a nova Câmara cuja legislatura se iniciou em 1 de janeiro de 1850 com hegemonia conservadora.

Araújo Lima, num gesto de prudência, nomeou para as províncias presidentes que acreditava não desagradarem tanto os liberais. Presidentes que em Gabinetes anteriores exerceram cargos de autoridade sem entrarem em atrito com a facção rival no exercício de suas funções. Entretanto, sua Presidência no Conselho de Ministros durou pouco mais de um ano, já que em 6 de outubro de 1849 foi substituído por José da Costa Carvalho (1796-1860), futuro marquês de Monte Alegre, cujo Ministério compôs-se de figuras importantes entre os conservadores, mesmo experimentando uma certa rotatividade de ministros para algumas pastas. Destacaram-se Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), o visconde de Uruguai, no Ministério das Relações Exteriores, às voltas com a diplomacia da República Argentina por conta da Questão do Prata – que vigorava desde a Primeira Guerra Cisplatina, de 1816, e só se encerrou com a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870 –, Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), o visconde de Itaboraí, no Ministério da Fazenda, e Eusébio de Queirós no Ministério da Justiça, formando, assim, o Triunvirato ou a Trindade Saquarema, que, sobretudo após a morte do marquês de Paraná, em 1856, exerceu forte influência nas pautas conservadoras. O Gabinete de Araújo Lima de 1848 inaugurou um período de quase quinze anos com lideranças conservadoras à frente dos ministérios, se encerrando em 1862, quando foi composto o Ministério de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877), que, como

dissidente da facção saquarema, participou, em 1864, da fundação da Liga Progressista ou Partido Liberal Progressista.

Em 11 de maio de 1852, Costa Carvalho se exonerou do cargo, pouco depois de vencer a Guerra do Prata, conflito que se encerrou em fevereiro daquele ano, tendo se iniciado em agosto de 1851, com o Brasil, aliado a caudilhos uruguaios e às Províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, batendo-se contra as tropas comandadas por Juan Manuel de Rosas, governador da Província de Buenos Aires. A Presidência do Conselho de Ministros do Império foi, então, ocupada por Rodrigues Torres até 6 de setembro de 1853, quando constituiu-se o Gabinete da Conciliação. No interstício do último Gabinete do Quinquênio Liberal até o período da relativa trégua entre os partidos, os conservadores, dominando o Executivo e o Legislativo, conseguiram implementar medidas importantes. Dentre as quais, destacam-se a fundação das Províncias do Amazonas, em 1850, e do Paraná, em 1853, o incentivo à imigração europeia, com a criação de colônias, algo que já era reivindicado por Torres Homem no início dos anos de 1840, conforme lemos no capítulo anterior, assim como o impulso à navegação fluvial – no caso do período pré-Conciliação, a liberação do trânsito no Rio Paraguai –, a aprovação do Código Comercial, uma maior sistematização de serviços fundamentais para a vida social de então, tais como educação, justiça, diplomacia e finanças. A principal, sem dúvida, foi a homologação da Lei número 581, de 4 de setembro de 1850, que tornava definitiva a clandestinidade do tráfico internacional de escravos, conhecida como Lei Eusébio de Queirós.

Nessa conjuntura, foi se corporificando o Torres Homem que, pouco a pouco, se aproximava de seus inimigos históricos. Corporificando-se tanto que, no final da década de 1850, tornou-se um deles. Francisco Iglésias¹⁸⁸, autor no qual nos baseamos para tecer este breve panorama do período que abordamos aqui, retratou bem a condição dos liberais desse tempo:

O certo é que se trabalhava para aproximação entre elementos antes desavindos, só ficando de fora os que persistiam na afirmação de seus juízos e atitudes extremados. Se o governo foi enérgico durante o movimento de Pernambuco, obtida a paz anistiou os rebeldes. O esgotamento liberal e as questões platinas, superados os rancores, levavam à conciliação. Como lembra muitos anos mais tarde em suas *Memórias* o Conselheiro Pereira

¹⁸⁸ IGLÉSIAS, In: HOLANDA, 1987.

da Silva, antigos liberais passam a colaborar na vida administrativa, como se vê com José Maria da Silva Paranhos, que aceita posto diplomático; Joaquim Antão Fernandes Leão e João Duarte Lisboa Serra prestam serviços na área da Fazenda; Francisco José Acaiaba Montezuma aplaude a política que se segue e é escolhido senador pela Bahia; o antigo panfletário Sales Torres Homem também está com o ministério; o chefe histórico Limpo de Abreu coopera no Senado e na política externa. Alguns dos grandes nomes do partido adversário estão afastados da política, como se vê com o mineiro Padre José Antônio Marinho, agora dedicado a colégios no Rio; outro mineiro rebelde, Teófilo Otoni, entrega-se a empreendimentos pioneiros de navegação e colonização em sua Província; o pernambucano Urbano Sabino Pessoa de Melo trabalha como advogado. Muitos outros, não ocupando cargos públicos e fora do Parlamento, entregam-se aos seus negócios, seguramente esperançosos de melhores tempos. O Partido Liberal está na sombra.¹⁸⁹

Mas o militar Pedro Ivo, o deputado geral Joaquim Nunes Machado (1810-1849) e muitos outros praieiros estavam mortos, alguns, inclusive, foram sumariamente fuzilados depois de aprisionados. É paradigmática a manchete apelativa veiculada, em letras garrafais, no *Correio Mercantil*, dois dias depois do primeiro anúncio de venda d'*O Libelo*: "O SR. TOSTA SE REGOZIIJA DE CONTAR NO RECIFE MAIS DE DUZENTOS CADÁVERES"¹⁹⁰. Manuel José Vieira Tosta (1807-1896) era o presidente da Província. Na mesma página daquela edição, o comunicado:

19 DE FEVEREIRO

Hoje pela manhã houve reunião plena do conselho de estado no paço de S. Cristóvão.

Por decreto de hoje foi dissolvida a câmara dos deputados.¹⁹¹

Um comunicado lacônico, dada a concisão do texto, ante a gravidade do assunto. Fato é que, em 1853, o Gabinete de coalizão foi montado por Carneiro Leão, agraciado com o título de marquês de Paraná no ano seguinte, como dito antes, e que já havia sido notório ministro da Justiça, de 20 de janeiro de 1843 a 2 de fevereiro de 1844, quando deixou o cargo por um problema pessoal com Dom Pedro II: a demissão de um funcionário do círculo íntimo do imperador, a chamada facção áulica. Em 1853, Carneiro Leão voltava mais disposto a governar com o já

¹⁸⁹ IGLÉSIAS, In: HOLANDA, 1987, p. 19-20.

¹⁹⁰ *Correio Mercantil*, 20 de fevereiro de 1849, n. 49, p. 2.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 2. Grifos do autor.

mais maduro e mais experimentado monarca, que também aspirava firmar a pacificação do Império e passava a participar mais incisivamente da administração pública, apresentando ao ministro um programa político com o qual, dentre outras recomendações, definia textualmente as relações entre a Coroa e o Gabinete que conseguiu erguer uma frente composta por conservadores ortodoxos, considerados o verdadeiro grupo saquarema, como Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres e Soares de Sousa, por conservadores moderados, considerados conciliadores, como José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878), e pela dissidência liberal, Antônio Paulino Limpo de Abreu (1798-1883), o visconde de Abaeté, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o visconde do Rio Branco, além de nomear liberais para presidências de províncias e estabelecer um diálogo salutar com o Conselho de Estado e com o Parlamento. Desse modo, o que prevaleceu foi a atenção às relações internacionais, uma maior tentativa de zelo pela ordem, pelas finanças públicas, pela evolução da infraestrutura material, como estímulos a instalações de ferrovias e à navegação no Rio Amazonas, e a tentativa de zelo, também, pela garantia do cumprimento da Lei que proibia o tráfico internacional de escravos, à qual buscava-se emendar outras leis que a tornassem mais eficaz, como a que propunha a abolição do tráfico intestino entre as províncias, reprovada na Assembleia Geral, que, apesar dessa recusa, raramente atuava em oposição ao governo.

Vivenciando o que descrevemos nesta seção, foi que Torres Homem publicou no *Correio Mercantil*, em 1853, uma série de artigos em defesa da harmonia. No mesmo ano, reuniu-os no livro *Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos*, pouco antes de, no ano seguinte, ser promovido de ex-deputado de duas legislaturas abruptamente interrompidas a diretor do Tesouro Nacional. Livro sobre o qual tratamos na próxima seção.

4.2 – História dos antagonismos e das conciliações

O livro *Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos*¹⁹² possui treze artigos, sendo um deles a introdução, *Ministério de coalizão em Inglaterra*, e um

¹⁹² TORRES HOMEM, 1853.

outro a conclusão, *Incompatibilidades*. O primeiro artigo após a introdução não recebeu um título, os outros dez intitulam-se na seguinte ordem:

- *As coligações no regime constitucional*;
- *Resposta à imprensa ministerial*;
- *Mais duas palavras à imprensa ministerial*;
- *Consequências da luta*;
- *Consequências da luta (Continuação)*;
- *O antagonismo das opiniões*;
- *Reforma eleitoral*;
- *Reforma da Lei de 3 de dezembro*;
- *Descentralização*.

Já no primeiro parágrafo da introdução, Torres Homem escreveu que a coalizão entre os liberais do *Whig Party* e os conservadores do *Tory Party* ingleses poderiam “mais cedo ou mais tarde influir na deliberação e na conduta de *todos aqueles que por suas luzes e práticas dos negócios são chamados à honra de dirigirem os destinos do Brasil*”¹⁹³. Com tal propósito, narrou uma história das disputas partidárias britânicas:

As circunstâncias que precederam e acompanharam na Inglaterra a queda da efêmera administração do lord *Derby*, e a subsequente combinação de um gabinete de coalizão, marcam um caráter de tal sorte distinto e original neste sucesso político, e abrem a respeito do velho mecanismo do sistema constitucional pontos de vista tão vastos e novos, que nossos leitores nos hão de permitir que por um instante fixemos sobre eles a nossa e a sua atenção, na esperança de colhermos nos nobres exemplos, que acabam de dar os homens de estado da Grã-Bretanha.¹⁹⁴

Contou as divergências vigidas ao longo do Oitocentos entre as duas vertentes que havia quase dois séculos que polarizavam os rumos políticos da Inglaterra. Um ponto de disputa mais acirrado estava em torno de qual política de condução econômica tinha que ser adotada pelo Reino: a protecionista, que privilegiava a produção nacional, apregoada pelos *tories*, ou a que se abria à liberdade do comércio, bandeira *whig*. Após anos de contendas em torno da questão, movidas pela crença de que a dinâmica do século XIX exigia um mercado livre para

¹⁹³ TORRES HOMEM, 1853, p. 3. Grifos nossos.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 3. Grifo do autor.

a concretização das metas comerciais de uma nação que almejava sustentar-se como potência econômica internacional, as lideranças dos partidos se uniram em favor de uma abertura. Para tal, salientou Torres Homem, foi necessário que eminentes personagens da cena política abandonassem orgulho e vaidade pelo que consideraram o bem geral. Deu maior destaque ao Ministério de George Hamilton-Gordon (1784-1860), o quarto conde de Aberdeen, que, desde 19 de dezembro de 1852, tentava, segundo o texto, congregar *whigs* e *tories* em um programa duradouro de governo de coalizão que não consistisse em acordos convenientes entre correntes distintas, mas, no exercício político pautado num autêntico afã pela prosperidade pública, em que as partes discordantes não se eximissem de apresentar suas causas e, ao mesmo tempo, não sucumbissem uma à outra, conforme as oscilações de poder – uma realidade diferente das conciliações experienciadas no passado britânico, como a do Ministério de William Grenville (1759-1834), em 1806, em que a trégua se dava para solucionar problemas pontuais. O Ministério do conde de Aberdeen, nessa leitura, representava uma esperança perante toda a turbulência que, no final da década anterior, estremeceu o chamado mundo civilizado. Torres Homem reproduziu parte de um discurso de 1852 de James Graham (1792-1861), político inglês do período, em que é lembrado que, em 1848, os Estados europeus foram novamente ameaçados por levantes mais uma vez irradiados da França.

A introdução se encerra com a seguinte reflexão:

Se na Inglaterra, aonde as lutas políticas têm lugar sem dilacerações e sem dores dentro dos circos traçados pela constituição, e lealmente respeitados pelos depositários da autoridade pública, julgou-se ainda assim indispensável ao interesse da nação a fusão das duas principais parcialidades que a dividiam, com quanta maior razão não deveriam ser abençoados no Brasil os votos e os esforços que fizessem os espíritos de boa-fé para liquidar e finalizar dissidências que só têm servido até aqui de fornecer pretextos à opressão alternada dos partidos e à total ruína do regime constitucional!!...¹⁹⁵

A introdução do livro apresenta o modelo de conciliação no qual, para o autor, o Brasil devia se espelhar. O artigo que a sucede é uma explicação de como devia se processar o espelhamento: os partidos tinham que avaliar suas condutas e

¹⁹⁵ TORRES HOMEM, 1853, p. 5.

retroceder “sobre o caminho andado, afim de indagar se, atraídos por perspectivas falaciosas e transviados do verdadeiro rumo, não teriam talvez embicado em sendas sem saída e ouriçadas de perigos”; os partidos também tinham que se atentar às consequências futuras que poderiam vir se não se aplacassem as violências entre si; e a Coroa precisava exercer o seu poder excelso, acima das paixões, e zelar pela “concordia pública”, de modo a prevenir o “domínio imoral e anarquizador” das lutas que condenavam “os governos à necessidade de desvirtuarem a lei, de destroçarem as instituições, e santificarem o emprego dos meios odiosos e repugnantes à consciência de uma nação civilizada”. Torres Homem frisava que se dirigia aos patriotas, admitindo que seu discurso não ia surtir efeito sobre “aqueles cavalheiros que vivem e têm prosperado à custa de nossas discórdias civis” – “ávidos arquitetos de dissensões” –, mas sim, sobre a “multidão inumerável de espíritos sinceros, de homens desinteressados que povoam em grande parte as fileiras de *ambos os partidos*”.¹⁹⁶ E alertou:

[...] quão severo não seria o juízo da posteridade se fosse por ele [Dom Pedro II,] mal compreendida esta missão de pacificador e reformador de seu país! Ela diria: “Esse príncipe que foi investido do poder supremo ainda na aurora da vida, e por entre as saudações ardentes de uma esperança unânime, tinha por império uma região magnífica que iguala em vastidão a de quase todos os estados europeus: sua autoridade estendia-se sobre o mais rico dos territórios do globo: enseadas seguras e majestosas, rios capazes de receberem as esquadras do universo, terras eminentemente férteis e recheadas de minerais preciosos, ou seja como valores de escambo com o estrangeiro, ou como elementos para o desenvolvimento da indústria interna, matas para construir mais navios do que poderiam sair dos estaleiros de todas as nações marítimas, climas variados e benignos, uma posição geográfica que punha o estado a coberto das tentativas dos governos prepotentes e invasores do antigo continente: um povo dócil e fácil de governar, instituições cuja fiel e leal execução houveram assegurado o trono e as liberdades públicas: todas estas vantagens que se reuniam para dar a esse príncipe uma preeminência de posição entre os mais monarcas, de que não haveria exemplo na história, foram entretanto esterilizadas e frustradas pelo furor das dissensões que agitaram seu país, e pelo desgoverno de administrações sempre facciosas que assinalaram seu reinado.”¹⁹⁷

¹⁹⁶ TORRES HOMEM, 1853, p. 5-6. Grifos nossos.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 6.

E opinou que Dom Pedro II era “dotado de uma ilustração superior à de todos os monarcas do seu tempo” e não devia se limitar “ao papel passivo de rei constitucional”, e sim, combater a corrupção e as fraudes e possibilitar as “reformas numerosas e profundas que tão miserável situação reclamava”, do contrário, o imperador poderia passar “sem glória e sem brilho à história mesquinha *de sua triste época!*”¹⁹⁸ Torres Homem definiu, então, o que chamava de conciliação:

A conciliação, como a entendemos, não é a que resulta da condição material e ignóbil da repartição igual das posições oficiais pelos membros das diversas parcialidades políticas. Essa conciliação calculada sobre o interesse, e que há seis anos foi tão veementemente preconizada, não entrará nunca no plano daqueles que aspiram primeiro que tudo a realização das doutrinas e dos meios de governo que se lhes afiguram indispensáveis aos males presentes da nação. É unicamente da conciliação operada pelo acordo das opiniões, *pelo olvido do passado* e pela necessidade comum de melhorar uma situação cujos perigos ameaçam a todos, que nós nos ocupamos.¹⁹⁹

E passou a tratar, no artigo *As coligações no regime constitucional*, de conciliações em outras nações, enfatizando que a função de um “sistema constitucional” é garantir à sociedade o direito de se governar por meio de eleições periódicas, mas que, na prática, só tinha alcançado êxito efetivo na Inglaterra, onde, naquela altura, “por entre a variedade dos partidos”, vigorava “a unidade do pensamento e da ação governativa”, com respeito à “opinião simbolizada na maioria dos sufrágios”. Citou também os desdobramentos da Guerra da Independência dos Estados Unidos, de 1775 a 1783, apesar de não os ter igualado à coalizão inglesa em curso: em meio à turbulência do período de afirmação da nova nação que insurgiu no norte da América, George Washington, o seu primeiro presidente, de 1789 a 1797, conseguiu promover entre os partidos, com o Ministério que convocou, os acordos que a circunstância demandou. A França, que em sua história de “revoluções seguidas de anarquia e ditadura”, para Torres Homem, representava aquilo do qual o Brasil tinha que se afastar, também está citada: o Ministério de Adolphe Thiers, de 1840, foi a única tentativa de abrandar os antagonismos tão radicais daquele país em um mesmo Gabinete, mas não durou

¹⁹⁸ TORRES HOMEM, 1853, p. 6. Grifos nossos.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 7. Grifos nossos.

nem um ano: “Em breve a *linha absoluta* foi novamente posta entre os partidos, e pronunciada a palavra *exclusão*”.²⁰⁰

Sendo a conciliação da Inglaterra o arquétipo da que aspirava para o Império, não as que ocorreram nos Estados Unidos e na França, opinou no artigo *Resposta à imprensa ministerial*: “aqueles que como nós adotam a teoria inglesa do *self-government*, em que o rei reina, e a nação governa por intermédio dos representantes de sua opinião e vontade, partem do princípio da eleição livre.”²⁰¹

Essa,

A resposta, que nos julgamos obrigados a dar desde já a algumas das proposições inexatas e insinuações... sem nome, que em confutação de nosso primeiro artigo publicou uma folha ministerial desta corte – o *Correio do Brasil*, – impõe-nos a necessidade de interromper por esta vez o fio de continuidade na exposição da doutrina, que começávamos apenas a desenvolver. O que se conta da impressionabilidade extrema do *hedysarum gyrans*, e da sensitiva que de mimosa escandaliza-se com o contato das primeiras luzes da aurora, ou com os afagos do mais delicado inseto, mal poderia dar ideia do requinte de suscetibilidade, que no exímio jornalista, a quem nos referimos, encontrou esse artigo, onde nem uma só palavra se continha, que alusiva lhe fosse.²⁰²

De acordo Magalhães Júnior, Sacramento Blake escreveu que o “exímio jornalista”²⁰³ a quem Torres Homem respondia era Justiniano José da Rocha (1812-1862), um dos principais nomes da imprensa conservadora brasileira e autor de *Ação; Reação; Transação*²⁰⁴, publicado em 1855, obra que, junto ao *Libelo*, foi um dos panfletos mais influentes do Império:

Sobre essa fase, informa Sacramento Blake: “Nessa época, Sales Torres Homem, que ainda era liberal e não pensava ser Visconde de Inhomirim, escrevia no *Correio Mercantil* uma série de artigos com o título ‘A Conciliação e os Partidos’ e Justiniano J. da Rocha escrevia no *Correio do Brasil*, em contraposição ‘os Prós e os Contras’. Enquanto, porém, que Sales Torres Homem

²⁰⁰ TORRES HOMEM, 1853, p. 7-9. Grifos do autor.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 10.

²⁰² *Ibid.*, p. 9-10.

²⁰³ *Ibid.*, p. 10.

²⁰⁴ ROCHA [1855], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009. Nas notas de rodapé, incluímos entre colchetes a data das primeiras edição e impressão do *Ação; Reação; Transação*. Nas Referências Documentais, não adotamos esse procedimento. Para localizar nas Referências Documentais mais informações sobre a edição do *Ação; Reação; Transação* que utilizamos, a procura deve ser feita com base no sobrenome do autor, sem a data de 1855 entre colchetes.

escrevia um artigo, ele escrevia dois e três e – pode-se dizer – os escrevia sobre a perna com habitual facilidade. Enquanto que, para compreender um artigo de Sales Torres Homem, era preciso a maior atenção e até repetir a leitura, os artigos de Justiniano J. da Rocha tinham a maior clareza, eram fáceis de compreender, sem circunlóquios, sem dificuldades, em boa linguagem.”²⁰⁵

Torres Homem rebateu a crítica de Justiniano da Rocha de que as ideias pela conciliação que começava a propugnar no *Correio Mercantil* tinham um caráter “eminentemente revolucionário”²⁰⁶. De acordo com ele, Justiniano da Rocha interpretou a proposição de que o imperador não “se circunscrevesse ao papel passivo de rei constitucional” como “um convite feito à coroa para ultrapassar as raias de suas prerrogativas constitucionais”. Para respondê-lo, Torres Homem explicou que defendia que um monarca deve se lançar à vida pública nos limites das leis e, sempre que necessário, contribuir para a implantação de reformas, não se tratando, assim, de ação “inconstitucional e revolucionária”. E ressaltou que o princípio da eleição livre foi deturpado no Brasil, onde prevalecia “a eleição viciada pelo artifício e violentada pela prepotência” e era vetada a plena fluência do *self-government*, na qual o rei reina e o povo governa.²⁰⁷

Outra divergência entre os dois era o grau de responsabilidade dos liberais pela violência dos anos anteriores e seus desdobramentos na conjuntura que se conformava:

Suicidou-se pela revolta o partido liberal! Amargo é o fruto das dissensões civis! Graças porém a Deus, não se suicidaram os que em 1847 levantaram o estandarte da rebelião na comarca do Rio Formoso, e que *desobedecendo ao rei para melhor servir o rei*, chamaram em torno de si chusmas anárquicas e dispostas a conflagrar a província de Pernambuco. Não se suicidaram os que em 1844 em Alagoas arrojaram contra o delegado do governo imperial as hordas infrenes, selvagens e devastadoras de Vicente de Paula. Não se suicidaram os que.... Mas para que avivar tristes recordações desses dias de perturbação, de discórdias e de sangue? Para que exige nosso colega, que vamos ambos revolver as cinzas do passado, e revivescer a memória de fatais acontecimentos, que ventura fora pudessem ser para sempre

²⁰⁵ MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 139. Infelizmente, Magalhães Júnior não apresentou as referências do texto de Sacramento Blake que citou e, também, não encontramos tais referências nos arquivos que consultamos.

²⁰⁶ Novamente, infelizmente, também, nos arquivos que consultamos, não constam artigos assinados por Justiniano da Rocha no *Correio do Brasil*, em 1853, que correspondam ao debate travado com Torres Homem, descrito nos artigos do *Pensamentos*. Muitos artigos foram publicados sem serem assinados.

²⁰⁷ TORRES HOMEM, 1853, p. 10.

riscados das páginas de nossa história? A clemência imperial, que passou sobre eles a sua salutar esponja, não teria acaso a virtude de apagar também no espírito do nosso colega a lúgubre reminiscência de nossas lutas fratricidas? Qual dos partidos está isento de recriminações? Quantas vezes o espírito promotor da desordem se não tem aninhado no regaço da ordem como a serpente em um tabuleiro de flores! Quem pode ouvir os Gracchus queixarem-se de sedições?²⁰⁸

Conforme Torres Homem, Justiniano da Rocha afirmou que o Gabinete vigente na Inglaterra não estava disposto a fazer “inovações na política interior”. Após apresentar excertos do discurso pronunciado pelo conde de Aberdeen na Câmara dos Lordes, em 27 de dezembro de 1852, no qual o primeiro ministro comprometeu-se em reformar o ensino nacional, o Judiciário, o sistema eleitoral e em respeitar todas as crenças religiosas, Torres Homem encerrou o artigo decretando: “poremos termo à nossa resposta, reservando-nos a tratar em outra ocasião da questão das reformas, que tão largo espaço ocupa no artigo da folha ministerial”.²⁰⁹ Porém, não se conteve e prosseguiu com o debate no artigo *Mais duas palavras à imprensa ministerial*:

Deveras, o principal órgão do ministério na imprensa parece apostado a não consentir que prossigamos livremente em nosso Caminho! Sem aguardar o desenvolvimento inteiro da ideia que aventamos, ele esbraveja de ira contra cada frase isolada, cada sílaba da palavra abominável de conciliação, apenas as pronunciamos; e as fulmina sem piedade depois de bem desfiguradas e envenenadas com a mais desleal e cerebrina interpretação!²¹⁰

Pelo que consta no *Pensamentos*, Justiniano da Rocha continuava a evocar os conflitos da última década, mas Torres Homem se contrapôs: declarou que não se devia “reabrir feridas ameaçadas de cicatrizarem-se”, pois, pregar a discórdia assemelhava-se aos gestos daqueles que fizeram “o elogio da peste, da loucura, de Busíris e de Nero”. A transação entre os partidos, sustentou, não era “uma blasfêmia revolucionária”, e sim, uma “ideia magnânima” cujo caminho para a concretização não podia ser interrompido por “paixões deploráveis”, pela rememoração incessante de “15 anos de lutas ardentes e infaustas”.²¹¹ E narrou que

²⁰⁸ TORRES HOMEM, 1853, p. 11-12. Grifos do autor.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 12.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 12.

²¹¹ *Ibid.*, p. 12-13.

Quando *Maquiavel* compôs o famoso livro do príncipe, em que, entre as máximas mais imorais de tirania, aconselhava aos reis que entretivessem a divisão entre seus súditos, ele não fazia senão uma sátira ao duque de Urbino, usurpador da liberdade florentina, e dos estados de seu benfeitor, o antigo chefe da casa de Rovera.²¹²

O século XIX, insistiu Torres Homem, não admitia o princípio “dividir para governar”, que caracterizou a política dos Bórgias, e arrematou: “Governar é unir”. Seguiu adiante discutindo as *Consequências da luta*, as consequências das perseguições preventivas e reativas tributárias do “contrabalanceamento das forças de dois partidos” no Brasil. Segundo ele, os resultados dessas lutas eram: 1) a ascensão de um Ministério de coloração destoante à do Ministério anterior implicava na demissão em massa de “todo o pessoal da máquina administrativa, desde o primeiro até o ínfimo degrau da escada, [...] milhares de funcionários são desalojados do que se chama empregos de confiança”, assolados num “cataclisma revolucionário que tudo varre, e não deixa pedra sobre pedra”²¹³; 2) a nomeação exclusiva para os cargos públicos, “desde o presidente de província até o apontador das obras públicas”, de homens dispostos a vingar os excessos do Ministério anterior, “energúmenos sem consciência [...] inacessíveis a qualquer sentimento de respeito para com a opinião pública e para com a lei!...”; 3) a autoridade pública se desvirtuava, deixando de garantir “ao cidadão o direito de viver tranquilo sob a salvaguarda das leis”, passando a “satisfazer as cruéis necessidades de perseguição e terror”; 4) vigorava, então, a impunidade para alguns e a severidade para outros, perdia-se o fiel da balança, “as garantias que amparam a liberdade, a honra, a vida e a fortuna” universal; 5) daí, surgia “o sentimento da insubordinação e da revolta [...], o regime da violência”. O argumento é o de que as lutas se retroalimentavam, as consequências das lutas eram a exacerbação das próprias lutas.²¹⁴

Em seguida, abordou, no artigo *Consequências da luta (Continuação)*, a influência que os antagonismos partidários exerciam “sobre a moralidade pública”. Denunciou que havia no Brasil um problema que ia da “tragédia eleitoral à comédia parlamentar”: o voto público, o “*summum jus* dos povos constitucionais”, era vilipendiado pela corrupção e por “intimidações e abusos da força” – “façamos a

²¹² TORRES HOMEM, 1853, p. 13.

²¹³ Embora a norma culta da língua portuguesa contemporânea oriente o uso da palavra *cataclismo*, e não, *cataclisma*, optamos, nesse caso, por manter a grafia original do texto de Torres Homem.

²¹⁴ TORRES HOMEM, *op. cit.*, p. 13-16.

conta de todo o ouro desviado dos cofres da nação, que as mãos da polícia derramam para poluir as urnas”. Acentuou sua crítica com a afirmação de que as leis eram votadas por “uma câmara uníssona, fiel, profundamente animada de respeito filial, e toda vivificada e inspirada pelo sopro de quem a produziu”, o Parlamento era um simples produto do “laboratório eleitoral”, este, uma batalha sempre vencida e controlada por uma das duas facções, o que barrava a possibilidade do pleno exercício democrático. Concluiu que a corrupção estava consagrada “como um plano constante e fundamental de governo”, fazia-se política “sob a pressão dos interesses individuais”, e que os efeitos sobre a moralidade pública, na população em geral, eram “o ceticismo político, moral e religioso”: “Ninguém mais quer ser probo de graça”.²¹⁵

Posto redundarem em tamanha convulsão, fazia-se necessário analisar até que ponto os interesses de liberais e de conservadores eram tão discrepantes. Foi o que Torres Homem pretendeu com *O Antagonismo das opiniões*, artigo no qual buscou exemplificar as convergências entre os dois matizes: 1) o desejo de reforma da Lei de 3 de dezembro de 1841, que assegurava aos chefes de polícia proferirem sentenças, como se fossem juízes, no ato imediato das prisões, o que acarretava em arbitrariedades em casos de levantes, recorrentes por parte de ambas as facções – “lei confeccionada como máquina de guerra e de combate *em uma época grávida de tempestades*”; 2) o desejo de reforma eleitoral; 3) o desejo de reforma legislativa que implicasse numa solução razoável para o problema das incompatibilidades parlamentares e numa reforma do Senado, caso esta casa atentasse contra os poderes do imperador.²¹⁶

E explicou, no artigo *Reforma eleitoral*, o modelo de eleições que julgava mais viável. Abriu o texto conciliando-se com Justiniano da Rocha:

Depois da publicação do nosso último artigo a respeito do antagonismo das opiniões dos partidos, teve lugar um sucesso importante e lisonjeiro para o êxito das ideias que havemos emitido. A redação do *Correio do Brasil*, o principal órgão da opinião saquarema nesta corte, acaba de aderir aos princípios capitais das reformas, tais como no citado artigo foram apontadas.

Apressando-nos a consignar aqui este fato, que dilata consideravelmente o horizonte de nossas esperanças sobre a

²¹⁵ TORRES HOMEM, 1853, p. 16-18.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 18-21. Grifos nossos.

realização do grande fim, que nos propusemos conseguir, felicitando-nos cordialmente da adesão valiosa de um escritor, cujos talentos hão de contribuir com mais eficácia para a fortuna desta bela causa do que o poderiam fazer nossos humildes meios. Era já tempo, que ao menos a parte mais ilustrada da imprensa política deste país deixasse de ser o espelho fiel, em que vem reverberar-se dia por dia as impressões do espírito de partido, e as tristes imagens de uma luta sem objeto real.²¹⁷

Porém, pelo o que se segue no relato, Justiniano da Rocha dizia acreditar que Torres Homem era apenas uma das vozes isoladas entre os liberais. E recebeu como resposta que é “lícito sem dúvida a cada um [...] professar as doutrinas, que julgar mais consentâneas com o interesse público”, mas, seus artigos no *Correio Mercantil* expressavam sim a generalidade das “inteligências” de “um partido inteiro”.²¹⁸

O erguimento dos mecanismos legais para evitar ao máximo o sufrágio universal é a base da reforma eleitoral proposta no *Pensamentos* – “é sobretudo no exercício do direito eleitoral das classes necessitadas e ignorantes que se cometem os mais odiosos abusos”. Torres Homem citou o exemplo da França:

Pouco depois de apoiar as utopias mais extravagantes e subversivas da sociedade, o sufrágio universal construiu o pedestal sobre que se levantou acima das leis e da constituição o atual quebrantador das liberdades.²¹⁹

Referiu-se a Napoleão III, primeiro presidente eleito da Segunda República da França, que tomou posse em 20 de dezembro de 1848, para, em 2 de dezembro de 1852, dar um golpe de Estado e proclamar-se imperador, governando até 4 de setembro de 1870, após ser capturado pelas tropas prussianas. Citou também um exemplo de compra de votos a “quatro libras esterlinas por cabeça”, nas eleições de 1850, em Saint Albans, na Inglaterra, “onde o sufrágio sem ser universal” tinha “demasiada extensão” – era “o país clássico da corrupção eleitoral”.²²⁰

Propôs que a renda líquida mínima de um cidadão brasileiro fosse de oitocentos réis para que se tornasse ou se mantivesse eleitor na Corte e nas capitais das províncias e quatrocentos réis nas demais localidades do Império, fixando

²¹⁷ TORRES HOMEM, 1853, p. 21-22.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 22.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 22.

²²⁰ *Ibid.*, p. 22-23.

parâmetros sistematizados e precisos para a conferência das rendas sem estender essa regra aos indivíduos de “profissões literárias e científicas” ou com titulação acadêmica em qualquer área – “seria uma homenagem rendida àquilo que constitui a superioridade moral do homem”.²²¹

Após definir o que entendia como reforma eleitoral, retomou suas considerações sobre o Poder Judiciário, no artigo *Reforma da Lei de 3 de dezembro*, Lei que, cunhada em “uma época de desconfiança e declinada reação”, “correu através de doze anos de dolorosa experiência” e já tinha sido, segundo Torres Homem, “de sobejo estudada, discutida, e definitivamente julgada pelo país e pelas parcialidades políticas”²²²:

Filha das circunstâncias, reflexo das necessidades da justiça política, inspiração de uma luta sem tréguas, *essa lei é por si a história completa do ano de 1841*: é o sombrio monumento comemorativo de nossas discórdias passadas.²²³

Para Torres Homem, a Lei devia ter criado uma hierarquia de polícia administrativa e judiciária “fortemente constituída” e devia ter resgatado um poder judicial independente, composto por sujeitos ilustrados, afastando “autoridades populares e leigas”, mas não foi o que ocorreu, já que, “a pretexto de fugir de um extremo, arrastou-se o estado ao extremo oposto pior ainda que o primeiro”: transferiu atribuições exclusivas do Judiciário para agentes do Executivo, a policiais subservientes aos ministros, improvisou “uma nova categoria de juizes temporários, os municipais”, que se apropriou de “funções que, segundo o espírito e a letra da lei fundamental, pertenciam aos juizes de direito”, agredindo, assim, “todos os direitos políticos e individuais” dos cidadãos – “ultrapassaram o arbítrio do nosso regime colonial”, tempo em que apenas a autoridade judicial tinha a competência legal para determinar culpabilidade, havendo, ainda, ouvidores e juntas de justiça para revertê-la, e foram mais longe que o primeiro Napoleão Bonaparte, “quando levanta [a França] do meio das ruínas da anarquia”, mantendo para a polícia francesa somente as funções do recolhimento de provas e da custódia dos suspeitos.²²⁴

²²¹ TORRES HOMEM, 1853, p. 23.

²²² *Ibid.*, p. 24.

²²³ *Ibid.*, p. 24. Grifos nossos.

²²⁴ *Ibid.*, p. 24.

Com a intenção de demonstrar que, com relação à reforma dessa Lei, também não havia grandes divergências entre as duas principais correntes políticas do Império, Torres Homem reproduziu excerto de um discurso de Eusébio de Queirós na Assembleia Geral de 1848, no qual o político conservador expressou textualmente propostas análogas às que eram defendidas pelos liberais: a retirada dos poderes judiciais dos delegados e subdelegados de polícia e a extinção do *ad nutum* às autoridades jurídicas municipais, ou seja, estabelecimento de prazos de duração para ocupação dos cargos.²²⁵

Em sequência, no artigo *Descentralização*, discorreu sobre as atribuições do governo central e das instituições provinciais. Para tal, recordou que durante o Quinquênio Liberal a proposta dos Ministérios era

Não exagerar as consequências da centralização com detrimento e vexame do serviço puramente administrativo das províncias, nem tão pouco alargar o nexa que as prende ao centro do império de um modo incompatível com as exigências da união nacional, e com a força da autoridade do poder geral.²²⁶

E recorreu novamente ao discurso de Eusébio de Queirós, reproduzindo um excerto com opinião a favor de um modelo de repartição de prerrogativas entre Corte e províncias coerente ao que Torres Homem sustentou ter sido tentado durante os Gabinetes liberais de 1844 a 1848. Após a exposição do trecho, Torres Homem lamentou o que reconheceu como ameaças publicadas no jornal saquarema *A União*, de Pernambuco, contra a unidade do Império e chamou atenção para o que vinha ocorrendo no mundo:

A Alemanha e a Itália agitam-se para unir suas multiplicadas nacionalidades n'uma só e poderosa nação. As pequenas unidades políticas da Europa procuram absorver-se na união das raças, que têm entre si afinidades de costumes, de caráter e de origem. E quando, sob a inspiração das ideias de liberdade e regeneração, forceja-se ali para operar este movimento de concentração dos povos e de unidade nacional, ouve-se no Brasil um grito de desunião!!²²⁷

²²⁵ TORRES HOMEM, 1853, p. 25.

²²⁶ *Ibid.*, p. 26.

²²⁷ *Ibid.*, p. 26.

Enfatizando que somente “nos grandes povos podem germinar as grande cousas”²²⁸, concluiu o livro com o artigo *Incompatibilidades*, analisando o papel do Parlamento:

O país sabe bastante o que pode razoavelmente esperar de câmaras legislativas, cujos dous terços pelo menos compõem-se de funcionários públicos; e a que fica reduzido o regime parlamentar, quando o princípio cardeal da divisão dos poderes é praticamente anulado por sua fusão artificial, e quando os negócios mais vitais do estado são decididos por votos subordinados ao imperioso querer dos ministros.²²⁹

Em tais condições, não só o intercâmbio entre Executivo e Legislativo se desvirtuava, e sim, toda a máquina pública, posto que as eleições tornavam-se disputas para a conquista ou para a permanência na gestão da administração nacional – das províncias à Corte. Ao mesmo tempo, lembrando projeto apresentado à Assembleia Geral, em 1848, por Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1805-1866), endossado por lideranças conservadoras como Eusébio de Queirós, Soares de Sousa e José Ildefonso de Sousa Ramos (1812-1883), frisou que, com relação às incompatibilidades parlamentares, luzias e saquaremas também concordavam que, para evitar coações e tráficos de influência, era necessário que se preservasse os colégios eleitorais de candidaturas de autoridades locais à Assembleia Geral. Visto que também concordavam no que dizia respeito às reformas eleitorais e judiciárias e no que dizia respeito à descentralização, o que impedia a conciliação, arrematou, era “a massa dos ódios e ressentimentos: [...] a ambição de governar exclusivamente, e a todo custo, debaixo dessa bandeira de uma só cor, [...] emblema da violência e da proscricção.”²³⁰

Desejava com os artigos, portanto, “transformar as facções em verdadeiros partidos políticos”, buscando a reorganização, a paz e a concórdia para salvar o país de “um porvir carregado de sombras, e de terríveis incertezas”.²³¹

²²⁸ TORRES HOMEM, 1853, p. 26.

²²⁹ *Ibid.*, p. 26.

²³⁰ *Ibid.*, p. 27-28.

²³¹ *Ibid.*, p. 28.

4.3 – Em busca da harmonia

No que diz respeito à abordagem da realidade sociopolítica do Império e de sua história, o livro *Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos* se distingue bastante dos textos anteriores de Torres Homem.

Nesse livro, suas narrativas são cômicas, mecanicistas e conservadoras. Na ordem sequencial de suas obras que analisamos, publicadas desde a década de 1830, os artigos do *Pensamentos* são os primeiros textos que não foram compostos com enredos romanescos. O livro contém relatos voltados para a descrição e para a análise de situações históricas com os quais o autor tentou provar a inviabilidade dos antagonismos políticos e os benefícios das reconciliações, ao mesmo tempo em que reconheceu a impossibilidade do alcance de uma harmonia plena entre aquilo que definiu como *parcialidades* – as infecundas, porém, não insuperáveis, dicotomias –, apregoando, para tanto, a transação entre os partidos, o instrumento mais adequado para a vigência do modelo de estabilidade que passou a perseguir – não mais o dos interesses exclusivos dos liberais, mas algo que integrasse os dois matizes e encerrasse o período de lutas –, com essa finalidade, contou comicadamente a história, não retratou mais um combate entre o mau conservador e o bom liberal, com este rumando em direção à vitória. No *Pensamentos*, a vitória só é possível mediante a conciliação. Algo apreensível em passagens como a seguinte sobre os Estados Unidos:

Há pouco mais de sessenta anos que o fundador da independência dos Estados Unidos, no meio da confusão do período o mais crítico e laborioso da nascente civilização desse país, ofereceu ao mundo o exemplo memorável da formação de um gabinete de transação, composto dos chefes dos partidos que se contrabalançavam, chamados todos ao poder para realizar a maior obra que tem sido dado ao homem fazer, isto é, para fundar um governo.²³²

Como a abaixo sobre a França:

A França, nação de gênio essencialmente especulativo, destituída de senso prático, e propensa a levar um princípio a suas extremas e exageradas consequências, sem nunca olhar aos inconvenientes e perigos de sua aplicação, preferiu sempre liquidar pelas

²³² TORRES HOMEM, 1853, p. 8.

revoluções seguidas de anarquia e de ditadura as questões de partido, que na Inglaterra são pacificamente resolvidas.²³³

E como a seguinte sobre o Brasil:

A lei de 3 dezembro correu através de doze anos de dolorosa experiência, e está de sobejo estudada, discutida, e definitivamente julgada pelo país e pelas parcialidades políticas, que o dividem. Selada com o cunho de uma época de desconfiança e desatinada reação, ela produziu tudo o que se podia temer da transgressão do são princípios geralmente consagrados na organização do processo criminal. Filha das circunstâncias, reflexo das necessidades da justiça política, inspiração de uma luta sem tréguas, essa lei é por si a história completa do ano de 1841; é o sombrio monumento comemorativo de nossas discórdias passadas.²³⁴

O caráter mecanicista reside na continuação de sua crença em leis regentes da história e se evidencia em sua recorrente busca pelos exemplos de outras nações que em algum momento ao longo do processo histórico puseram em curso a ou tenderam à conciliação, de tal forma que servissem de parâmetros para o caso brasileiro. Uma reflexão que ilustra bem o mecanicismo das narrativas:

Só nos grandes povos podem germinar as grandes cousas: as pequeninas nações, sempre contrafeitas e acanhadas, nem ousam aspirar a elevados destinos. Sem recursos e sem forças elas se consideram estranhas aos problemas da civilização, e se deixam arrastar à sua perda, e envolver na mortalha pelas mãos de mediocridades, que nem se atreveriam a levantar a voz no seio de uma nação poderosa, e que seriam desprezadas se estendessem a mão *ao leme que regula, e encaminha os povos para o futuro.*²³⁵

Na *Niterói*, Torres Homem evocou a “Lei do progresso” que impulsiona “o carro da civilização”, na *Minerva*, a “ordem providencial do mundo” que oferece “o aspecto de uma redenção contínua”, n’*O Libelo*, o avanço da “soberania popular” capaz de consolidar a Revolução, e no *Pensamentos*, o “leme que regula e encaminha os povos para o futuro”.²³⁶

²³³ TORRES HOMEM, 1853, p. 8.

²³⁴ *Ibid.*, p. 24.

²³⁵ *Ibid.*, p. 26. Grifos nossos.

²³⁶ TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 39; *id.*, 1 de novembro 1843, n. 1, p. 6; TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 67; TORRES HOMEM, 1853, p. 26.

O caráter conservador do *Pensamentos* se reflete no esforço do autor pela conciliação entre luzias e saquaremas. Para tal, ao contrário do que fez n' *O Libelo*, no qual pregou uma Assembleia Constituinte, no livro de 1853, defendeu a preservação da Constituição de 1824 e reformas que atendessem aos interesses de ambos os matizes, abandonando, assim, a militância em prol da hegemonia do projeto liberal de nação, inclusive, reduzindo os levantes de sua facção das décadas anteriores a reações às próprias circunstâncias e motivações de uma época que precisava ser superada. Não propunha mais rupturas programáticas que ensejassem uma nova realidade sociopolítica no Brasil, mas, um mero aperfeiçoamento do que já estava disponível, em favor da pacificação que garantisse a manutenção do poder vigente, mesmo que isso não correspondesse à totalidade dos propósitos que tão enfaticamente defendeu no decurso de sua trajetória – aliás, enalteceu Dom Pedro II, tão criticado n' *O Libelo*, que tinha publicado havia pouco. Condição apreensível em seus relatos históricos:

A emenda da lei de 3 de dezembro é acaso uma utopia subversiva, ou o interesse peculiar de um partido em oposição ao de seus adversários? Para responder a esta questão bastaria talvez lembrar, que a revogação dessa lei na sua parte essencial, no âmago mesmo do sistema, que a domina, no ponto que formou o principal terreno da luta de *nossos amigos*, foi proposta [, em 1845,] por seu próprio autor, [Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850),] *um dos homens consideráveis e culminantes dos saquaremas*, a personificação de seus princípios, a encarnação dos seus interesses, e o oráculo de sua conduta.²³⁷

No que tange as linguagens, os conceitos e as metáforas, verificamos as presenças mais patentes da linguagem revolucionária e da linguagem médica e dos conceitos e das metáforas de ambas, bem como a presença de metáforas de outras linguagens compensadoras da exiguidade imposta sobre o registro do termo crise.

A linguagem revolucionária apresenta-se, essencialmente, atrelada à ideia de evento violento, convulsivo e indesejado. Nem mesmo a enorme frequência com a qual o termo reforma foi evocado no livro amplia efetivamente a linguagem revolucionária para a sua dimensão moderada, dimensão, essa, comum nos escritos anteriores de Torres Homem. No *Pensamentos*, reforma foi escrita para se referir a procedimentos político-administrativos específicos, não irmana com restaurações

²³⁷ TORRES HOMEM, 1853, p. 19-20. Grifos nossos.

nem com regenerações sociais mais abrangentes. O substantivo restauração surge uma única vez, numa reprodução de parte de um discurso de Thiers em favor da transação dos partidos franceses, e o verbo *restaurar*, duas vezes: uma, no infinitivo impessoal mesmo, em resposta aos questionamentos de Justiniano da Rocha sobre o papel do monarca, e outra, no futuro do pretérito do indicativo, em sua explicação de que conciliação não é sinônimo de ausência de divergências. Regeneração também consta uma única vez, para sustentar a tese de que em outras nações teciam-se esforços pela união das diferenças.²³⁸ No livro, o conceito de revolução e seus variantes foram sempre ortografados em comunhão com termos como anarquia e ditadura, como no excerto da página anterior sobre a história dos antagonismos na França ou como no trecho abaixo, novamente, sobre as opiniões emitidas por Justiniano da Rocha:

Para tornar durável esta situação, o *Correio do Brasil* insiste em negar à coroa o direito de governar, isto é, de *iniciar uma nova política*, e não vê senão *uma ditadura e uma tentativa revolucionária* em qualquer ato que ela pratique fora do estreito âmbito das funções passivas que atualmente exerce.²³⁹

Tão digna de observância quanto contrapor o início de “uma nova política” a “uma tentativa revolucionária”, posto ser evidente que se indispunha com o redator do *Correio do Brasil*, exatamente, por este afirmar que ele próprio, Torres Homem, tentava a tal nova política por vias revolucionárias, é a associação do conceito de revolução, também, à palavra *inconstitucional*, como no trecho seguinte, em que demonstrou incômodo com os termos de Justiniano da Rocha, para quem, segundo Torres Homem, Dom Pedro II não devia participar mais decisivamente da condução dos negócios públicos:

Mas não tem acaso a coroa esse direito, segundo a vossa doutrina? Não é isso conforme o que professais? Por quê estranha contradição qualifica-se pois de *inconstitucional e revolucionária* a influência benéfica, que nesse sentido houvesse a coroa de exercer?²⁴⁰

E no prosseguimento de sua réplica ao redator do *Correio do Brasil*:

²³⁸ TORRES HOMEM, 1853, p. 9, 11, 20, 28.

²³⁹ *Ibid.*, p. 14. Grifos nossos.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 10. Grifos nossos.

É em verdade pasmosa a linguagem do órgão dos ministros! Ele acusa antecipadamente de *inconstitucional e revolucionária* a conduta do princípio se, para defender o que foi cometido à sua guarda e restaurar a união e a confiança entre seus súditos, exceder o limite do *papel passivo*, que se lhe marca!²⁴¹

A linguagem médica, se estendendo por todo o livro, surge em passagens como a que afirmou que, se a conciliação não se consumasse, os pósteros poderiam concluir que as oportunidades que o imperador detinha, naquela altura, para prosperar a nação “de que não haveria exemplo na história, foram entretanto *esterilizadas* e frustradas pelo furor de dissensões que agitaram seu país” – trecho já citado na seção anterior. O mesmo com mais uma réplica a Justiniano da Rocha – um pouco dela, também, citado na seção anterior –, acusando-o de “sem perda de tempo *reanimar* ressentimentos que estão em perigo de desvanecerem-se, e reabrir *feridas* ameaçadas de *cicatrizarem-se*” e o mesmo com seu apelo pelo aperfeiçoamento das eleições, “*aura vital*, sem a qual *perece de asfixia o sistema representativo*”.²⁴²

Há muitos usos da linguagem médica no livro: “*estado de delírio*” para diagnosticar a condição mental de Justiniano da Rocha, que parecia se opor à conciliação; “*enfermidade do sistema representativo*” e “*ferida*” para se referir à corrupção eleitoral; “*remédio heroico*” para ironicamente adjetivar a Lei de 3 de dezembro de 1841; e o uso da expressão, também, citada na seção anterior, “*época grávida de tempestades*” para definir a década de 1840.²⁴³ Mas, o termo crise está ortografado em apenas duas passagens: “mais importante ainda que da recente *crise* resultou é a formação de um ministério de coalizão” – abordando o processo de conciliação inglês – e “Perde então sua eficácia o princípio do sistema constitucional, e aí começa uma série obscura e indefinida de perturbações, de *crises* e de perigos” –, descrevendo uma situação hipotética, mas verificável, na qual, um governo se iniciava com bons propósitos, só que em razão das disputas partidárias não os executava.²⁴⁴ A despeito da escassez do vocábulo nos textos, o sentimento de crise atravessa toda a obra. É, tal como na *Minerva*, evocado como uma lembrança que ainda se irradiava sem necessariamente se concretizar e como

²⁴¹ TORRES HOMEM, 1853, p. 11. Grifos nossos, exceto “*papel passivo*”.

²⁴² *Ibid.*, p. 16. Grifos nossos.

²⁴³ *Ibid.*, p. 13, 17, 20. Grifos nossos.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 4, 7. Grifos nossos.

uma ameaça palpável prestes a se consubstanciar. O Império continuava sofrendo da mesma doença que n’*O Libelo* afirmou ter sido contraída na conjuntura de 1823 e 1824: o descumprimento das prerrogativas constitucionais, a inoperância dos ministérios, os descompassos entre Executivo e Legislativo, as subtrações de poder do Judiciário, o monopólio português da “indústria nacional”²⁴⁵, os privilégios da Corte e a precariedade das condições de vida dos brasileiros – em suma, componentes da incompleta Independência. Porém, enquanto no panfleto, desde o qual, dentro da série de textos que analisamos do autor, já não discutiu mais o problema da escravidão, o antídoto é a convocação de uma Assembleia Constituinte, no *Pensamentos*, a cura é a transação entre os partidos. A metáfora crise é evocada por meio de outras palavras que também se apresentam em linguagem figurada e se manifesta no esforço de torná-la sensível aos leitores sem mencioná-la textualmente:

Um dia *a roda das reações* o precipitará no lugar dos proscritos; e quando o poder de perseguir, tendo passado a outras mãos, o vier insultar em sua queda, em vão queixar-se-á da injustiça, e invocará direitos que calçou aos pés. *O espectro de seu passado* virá opor-se ao desenvolvimento da sensibilidade pública e justificar *a pena de talião*; e nesta hora extrema faltar-lhe-á *a oração fúnebre*, que consola e honra *todos os reveses*, a que tecem as simpatias da parte sensata da nação, e a consciência de ter feito o seu dever!²⁴⁶

A crise não estava em curso, esteve e era necessário não reacendê-la. O caminho era o “olvido do passado”²⁴⁷, um espectro que assombrava o presente, um espectro que não se materializaria se se gestasse a acomodação, a renúncia de seus ímpetos mais pujantes, o refrear dos ânimos. Era preciso preservar e alimentar uma realidade que se tornasse cada vez mais atenuada, converter os inimigos em amigos, aceitando que, assim, alguns de seus afãs não poderiam se concretizar:

Não haveria então *senão um dever* para todos os homens sensatos e moderados, *o olvido de suas desavenças e pesares, e sua união* dentro dos limites da honra e da dignidade, com o único pensamento de salvar o país da desorganização, em que se acha, e das *tormentas que encerra o futuro*.²⁴⁸

²⁴⁵ TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 119.

²⁴⁶ TORRES HOMEM, 1853, p. 17. Grifos nossos.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 7.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 28. Grifos nossos.

A acomodação à qual nos referimos se manifesta no sentido de conformação gradual à nova realidade que se insinuava: o alijamento liberal e o êxito conservador em sua fase mais plena. O tom harmonizador adotado por Torres Homem faz timbre com a condição que, pouco a pouco, o foi alcançando:

Não pretendemos encher um abismo com um sonho [...] No mundo moral como no físico a ordem e a harmonia resultam do movimento temperado pela resistência.

[...] indispensável dar à luta uma trégua, durante a qual, sob a alta inspiração de uma política neutral, e isenta de paixões, se restabelessem estas condições normais do regime constitucional pelo concurso de todos aqueles, que soubessem compreender, que acima da causa dos partidos está a causa do Brasil, a quem nos cumpre primeiro que tudo servir.²⁴⁹

No contexto da *Niterói*, se tomarmos como parâmetro a própria ausência da linguagem revolucionária na revista, seu discurso foi moderado, sem, entretanto, ter se furtado de tecer narrativas liberais que incidissem, de algum modo, para uma profunda transformação da realidade que colocava sob análise, por exemplo, tentando o fim da escravidão e a fundação de uma literatura nacional e moderna. Na década de 1840, a linguagem revolucionária estava completamente impregnada ao seu discurso e o seu anelo de transformação da realidade foi se radicalizando, indo, por exemplo, do incentivo a uma nova colonização europeia à legitimação da guerra civil – paradoxalmente, no ápice de sua radicalização, n’*O Libelo*, não pregou a abolição da escravidão. E no *Pensamentos*, teceu narrativas conservadoras, sem propor transformações, apenas reformas institucionais limitadas numa realidade já posta – a linguagem revolucionária se manifesta somente em sua dimensão negativa –, a revolução como um perigo a ser evitado, sem uma única palavra sobre a escravatura ou sobre as vantagens de uma economia guiada pela lógica liberal.

A manifestação de sua experiência histórica é harmonizadora. Suas narrativas foram tecidas com o objetivo de induzir à compreensão da inviabilidade dos antagonismos. Sua participação direta na administração do Gabinete que buscou promover a conciliação que antecipou em seus artigos é uma expressão de sua experiência.

²⁴⁹ TORRES HOMEM, 1853, p. 28. Grifos nossos.

Quase duas décadas depois, já filiado ao Partido Conservador, os liberais, tornados desafetos, não o perdoaram:

Toda gente se admira
do *macaco* fazer renda
quanto mais de ver *Cupido*
ser caixeiro de uma venda!!
quanto mais de ver *Timandro*
andar hoje de comenda!!²⁵⁰

Nessas rimas de autoria anônima, chamam atenção os grifos. Grifos não são gratuitos e as três palavras alcunham Torres Homem. *Macaco* faz menção à sua condição racial, volta e meia alvejada por seus inimigos, fossem quais fossem suas cores políticas – dessa vez, eram os liberais da *Semana Ilustrada*, dizendo ser admirável um negro ascender, um negro “fazer renda”. *Cupido* remete ao papel de aglutinador de paixões reversas que cumpriu nas vésperas do e durante o Gabinete da Conciliação, com o acréscimo de uma crítica à sua atuação como ministro da Fazenda, em período posterior à conciliação – a acusação de “caixeiro de uma venda”. E quanto a *Timandro*, por tudo que criticou em 1849, diziam esperar que, pelo menos, não aceitasse a comenda da Ordem de Cristo.²⁵¹

²⁵⁰ *Semana Ilustrada*, 4 de junho de 1871, n. 547, p. 4. Grifos do autor.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 4.

Considerações finais

Como descrevemos no segundo capítulo deste trabalho, há afinidades eletivas entre os três modos de explicação que integram uma narrativa histórica oitocentista, uma combinação esperada entre os modos, conforme a TABELA 4, que inserimos no citado capítulo. Mas há narrativas que não comportam tais afinidades. Demonstramos que esse é o caso dos textos de Torres Homem que estudamos.

O modo de argumentação formal que perpassa seus textos produzidos nas três décadas em que concentramos nossa pesquisa é o mecanicista. Em todos, há uma força motriz que impulsiona a história, feita e vivida como uma marcha. Em cada momento de manifestação de sua experiência histórica, o autor lançou mão de enunciados específicos que caracterizam o mecanicismo em suas narrativas, mas podem ser sintetizados em um desses enunciados, a expressão “Lei do progresso”, que carrega em si os demais elementos que reconheceu como impulsionadores do processo histórico: a “ordem providencial do mundo”; a “soberania popular”; e o “leme que regula e encaminha os povos para o futuro”.²⁵²

Em nenhum dos textos, há o alinhamento previsível dos três modos de explicação. Os que chegam mais perto das afinidades delineadas por White são *O Libelo do Povo* e os artigos do *Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos*. N’*O Libelo*, a despeito de ser uma versão liberal da história do Brasil, a argumentação formal mecanicista está aliada, conforme a expectativa, a um modo de implicação ideológica radical. Ainda assim, a tríade esperada não está efetivada no panfleto, já que, ao invés de trágico, o modo de elaboração de enredo é o romanesco. Nesse panfleto, Torres Homem contou uma história com cunho liberal, no entanto, a estrutura narrativa é radical, é uma narrativa tecida com o ímpeto de reconstruir o Império sem aboli-lo, tendo como escopo a Revolução – é uma narrativa radical, poderia ser liberal se tivesse sido composta com o fim de apregoar mudanças que acompanhassem o ritmo das instituições legais, mudanças que fossem pensadas para se concretizarem num futuro remoto. Não é esse o caso, há urgência n’*O Libelo*.

²⁵² TORRES HOMEM, 1836b, n. 1, p. 39; *id.*, 1 de novembro 1843, n. 1, p. 6; TORRES HOMEM [1849], In: MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 67; TORRES HOMEM, 1853, p. 26.

Na *Niterói* e na *Minerva*, Torres Homem também aliou o modo de elaboração de enredo romanesco ao modo de argumentação formal mecanicista. Porém, a implicação ideológica não é nem radical nem anarquista – esta é a que, presumivelmente, deve se articular com um enredo romanesco. Nessas revistas, a implicação ideológica dos seus textos é a liberal, que, nos parâmetros de White, deve se coadunar com uma argumentação formal contextualista e com um modo de elaboração de enredo satírico. Entretanto, o modo de argumentação formal desses textos não é contextualista porque, como dissemos, Torres Homem não deixou de organizar suas narrativas por meio de análises e descrições processuais da história orientada por um impulso progressivo e o modo de elaboração de enredo não é satírico porque não conveio ao autor ironizar a realidade que retratou e comentou, mas sim, tentar saná-la estabelecendo dicotomias entre boas e más ações, bons e maus aspectos. N’*O Libelo* e no *Pensamentos*, Torres Homem até chegou a ser irônico, mas no primeiro, sobressaem nos enredos as lutas entre o bem e o mal, entre a soberania popular e a tirania dinástica, entre liberais e conservadores, a visão romanesca da história, e no segundo, a ênfase é nos benefícios das reconciliações e nos males de sua ausência.

O modo de elaboração de enredo do *Pensamentos* é o cômico, que, mesmo não estabelecendo a articulação esperada com o modo de argumentação formal com o qual o livro foi engendrado, se alia com o modo de implicação ideológica com a correspondência previsível. O modo de implicação ideológica do *Pensamentos* é o conservador. Nas narrativas dos artigos que o compõem, o atendimento às forças da história depende da adequação à realidade que se configurava, não mais a transformações graduais ou abruptas.

Além do detalhamento acima sobre os modos de explicação das narrativas sobre as quais escrevemos, vale frisar que neste trabalho discutimos como a experiência histórica de Torres Homem acompanhou o processo de consolidação da unidade e da identidade nacionais brasileiras durante as primeiras décadas de construção do Império. Vimos quão instável foram os sentidos que estearam sua vivência em meio às incessantes transformações políticas e sociais que tonificaram o seu século. Transformações sinalizadas e provocadas por eventos que, na maioria das vezes, irrompiam subitamente, trazendo à baila novas conjunturas, novos lugares de fala, destituindo poderes de grupos políticos e potencializando outros até que a insurgência de novos eventos reconfiguravam a realidade, exigindo outros

sentidos. Reconfiguravam até certo ponto, uma vez que, junto às transformações, havia as permanências, como o caso da escravidão no Brasil.

Torres Homem, por seu comprometimento em tornar “completa” a Independência brasileira, foi profundamente sensível a todas essas conservações, rupturas e assimilações. Há um trecho no *Pensamentos* em que narrou a existência de um Ministério imaginário vitimado pelas incertezas dos antagonismos políticos que funciona bem para pensarmos a sua própria experiência enquanto sujeito oitocentista às voltas com sua inserção na vida pública nacional:

Não lhe pergunteis donde veio, para onde caminha, qual seu programa, qual seu fim. Suas respostas serão incoerentes, ambagiosas, confusas e vagas. Ele próprio não sabe ao certo donde veio, e é o primeiro a exprimir o espanto de seu novo modo de existência, como o homem ressuscitado da Escritura. Só sabe perfeitamente donde não veio [...] Vejamos agora para onde vai.²⁵³

É injusto afirmar que Torres Homem respondeu de maneira incoerente, ambagiosa, confusa e vaga aos desenlaces de seu tempo, apesar da ambivalência que, em alguns momentos, sentimos nele. Porém, as variadas manifestações de sua experiência transformavam suas relações com o passado e com o futuro históricos, além, é claro, de circunstanciar sobremaneira sua inserção no presente, no sentido de que pensou e agiu, em muitos aspectos, conforme as particularidades de cada conjuntura sociopolítica que vivenciou, com alguns pensamentos e algumas ações negando os anteriores e os posteriores. Levando em conta o que escreveu, da década de 1830 à década de 1850, sobre a história do Brasil e do mundo, Torres Homem soube “perfeitamente donde não veio”²⁵⁴ assim como soube donde veio, mas o que dizia saber mudava a cada década, por isso, poderia também ter perguntado a si próprio para onde ia dos anos de 1850 em diante. Certo é que a sua experiência ilustra os entrelaçamentos entre sujeito, sociedade e tempo – premissa que, desde o início, fundamentou nossa pesquisa.

²⁵³ TORRES HOMEM, 1853, p. 14.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 14.

Referências Documentais

Documentos no Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty

Relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário D'Estado dos Negócios Estrangeiros em Sessões Ordinárias de 1833 a 1837. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833-1837.

Documentos na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo

Observação final. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836. T. 1. N. 2, p. 261-262. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6857/1/45000033224_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%202.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. Comércio do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836a. T. 1. N. 2, p. 149-160. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6857/1/45000033224_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%202.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018.

_____. Considerações econômicas sobre a escravatura. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836b. T. 1. N. 1, p. 35-82. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6859/1/45000033223_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%201.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018.

_____. Reflexões sobre o Crédito Público e sobre o Relatório de Ministro de Fazenda. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836c. T. 1. N. 1, p. 83-131. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6859/1/45000033223_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%201.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018.

_____. Suspiros poéticos e saudades, per D. J. G. De Magalhães. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, 1836d. T. 1. N. 2, p. 246-256. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6857/1/45000033224_Tomo%20primeiro%2c%20n%C3%BAmero%202.o.pdf>. Acesso em 5 de março de 2018.

Documentos na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Digital Nacional da Fundação Biblioteca Nacional

Aurora Fluminense. Rio de Janeiro: 8 de abril de 1831. N. 469. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=>>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 11 de abril de 1831. N. 470. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=>>>. Acesso em 6 de março de 2018.

O Caboclo: Periódico Político, Patriótico, Liberal, Literário e Universal. Rio de Janeiro: 28 de fevereiro de 1849. N. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219622&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

A Califórnia. Rio de Janeiro: 5 de abril de 1849. N. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=718823&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

A Contrariedade pelo Povo. Rio de Janeiro: 13 de março de 1849. N. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219665&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 3 de abril de 1849. N. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219665&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 19 de abril de 1849. N. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219665&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro: 18 de fevereiro de 1849. N. 47. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 20 de fevereiro de 1849. N. 49. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 14 de dezembro de 1841. N. 281. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20184&pesq=>. Acesso em 6 de março de 2018.

A Filha de Timandro, ou A Brasileira Patriota. Rio de Janeiro: 12 de abril de 1849. N. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219584&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

O Filho do Timandro. Rio de Janeiro: 1 de setembro de 1854. N. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=719846&pasta=ano%20185&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

O Maiorista. Rio de Janeiro: 11 de dezembro de 1841. N. 77. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759112&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 16 de dezembro de 1841. N. 79. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759112&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 8 de janeiro de 1842. N. 85. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759112&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

O Moleque: Jornal Político e Jocosos. Rio de Janeiro: 31 de março de 1849. N. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219312&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

Semana Ilustrada. Rio de Janeiro: 4 de junho de 1871. N. 547. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pasta=ano%20187&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

O Sino da Lampadosa: Jornal da Rapaziada do Trosso. Rio de Janeiro: 7 de março de 1849. N. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219843&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 15 de março de 1849. N. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219843&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Rio de Janeiro: 4 de abril de 1849. N. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219843&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. Colonização. *Minerva Brasiliense*: Jornal de Ciências, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1844. N. 15, p. 6-7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Da hidroterapia, ou novo método de curar pela água fria. *Minerva Brasiliense*: Jornal de Ciências, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1843. N. 3, p. 1-3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Do sistema penitenciário nos Estados Unidos. *Minerva Brasiliense*: Jornal de Ciências, Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1844a. N. 5, p. 5-6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Emprego da música como meio curativo da loucura. *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1844b. N. 5, p. 3-4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Inconvenientes da emissão de notas. *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 1 de março de 1844. N. 9, p. 7-8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Lutero. *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1844. N. 8, p. 6-8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Notícia cronológica e estatística das principais universidades atualmente existentes na Alemanha. *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1843. N. 4, p. 1-4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. *Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos*: coleção de artigos publicados no *Correio Mercantil* de fevereiro de 1853 em diante. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1853. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1328775/or1328775.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

_____. As plantas, os animais, o homem não senão o ar atmosférico condensado. *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1844c. N. 5, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Progressos do século atual. *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1843. N. 1, p. 1-6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____. Vias de comunicação nos Estados Unidos. *Minerva Brasiliense: Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1844d. N. 5, p. 4-5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703095&pasta=ano%20184&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

_____; VEIGA, Evaristo Ferreira da. Voto de graças ao ex-Ministro da Justiça o Sr. Diogo Antonio Feijó, pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1832. N. 663, p. 4-5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=>>. Acesso em 6 de março de 2018.

Documentos publicados pela Academia Brasileira de Letras

ROCHA, Justiniano José da. “Ação; reação; transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 159-205.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. “O Libelo do Povo *por Timandro*”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 53-121.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA MACHADO, Antônio de. *Gonçalves de Magalhães ou o romântico arrependido*. São Paulo: Livraria Acadêmica – Saraiva & Cia. – Editores, 1936.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____; PIMENTA, João Paulo Garrido. “História”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 119-140.

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada do Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, maio a agosto de 2015.

_____. “Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae no século XIX brasileiro”. In: _____; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (orgs.). *Aprender com a história? O futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 130-147.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro, PPGHIS/IFCS/UFRJ, 2004.

BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael Bivar. “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio da (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007, p. 63-88.

BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. V. 3.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos e ultra-românticos: vida literária e Romantismo brasileiro*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1979.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1836)*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000a. V. 1.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1836-1880)*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000b. V. 2.

_____. “A Literatura durante o Império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico. Reações e transações*. 6ª ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 343-355. T. 2. V. 3.

CASTELLO, José Aderaldo. “Os pródromos do Romantismo”. In: COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil: Romantismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1969, p. 33-63. V. 2.

COUTINHO, Afrânio. “O Movimento Romântico”. In: *A Literatura no Brasil: Romantismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S. A., 1969. p. 1-32. V. 2.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, PPGHS/FFLCH/USP, 2015.

IGLÉSIAS, Francisco. “Vida política, 1848-1866”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico. Reações e transações*. 6ª ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 9-112. T. 2. V. 3.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999, p. 127-175.

KOSELLECK, Reinhart... [et al.]. *O conceito de História*. Tradução de René Ernaini Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 61-77.

_____. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. “História dos conceitos e história social”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 97-118.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano: o Poder Moderador e o pensamento político imperial*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, p. 8-26, maio de 2005.

_____. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]; INL, 1987.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PEREIRA, Luisa Rauter. “Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo” *uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, PPGCP/IESP/UERJ, 2011.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, setembro de 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil*. Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro, 2011, PPGHSC/PUC-RJ, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. “Malaise dans la démocratie”. In: *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard, 1998a, p. 9-29.

_____. “La représentation difficile”. In: *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard, 1998b, p. 9-29, p. 33-83.

SARTRE, Jean-Paul. *A náusea*. Tradução de Rita Braba. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SEARLE, John Rogers. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargos, Ana Marcondes Garcia. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, Bruno Diniz. *Da restauração à regeneração: linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)*. Dissertação de Mestrado em História, Mariana, PPGHIS/ICHS/UFOP, 2010.

SOUSA, J. A. Soares de. “O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico. Reações e transações*. 6ª ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 113-134.

VIANA, Oliveira. *O caso do Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006.

VIANNA, Hélio. Francisco de Sales Torres Homem – Visconde de Inhomirim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 246, p. 253-281, janeiro a março de 1960.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. “O texto histórico como artefato literário”. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto, Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 97-116.

Informações sobre as Instituições responsáveis pela guarda dos documentos utilizados nesta dissertação

Arquivo Histórico do Itamaraty

Endereço: Arquivo Histórico do Itamaraty, Palácio do Itamaraty, Avenida Marechal Floriano, Centro, 196, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20080-002.

Endereço eletrônico: arquivo.ererio@itamaraty.gov.br.

Telefone: +55-21-2253-5720.

Site: <http://www.itamaraty.gov.br/>.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo

Endereço: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Rua da Biblioteca, s/n, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-065.

Endereço eletrônico: bbm@usp.br.

Telefone: +55-11-2648-0310.

Site: <https://www.bbm.usp.br/>.

Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras

Endereço: Biblioteca Rodolfo Garcia, Palácio Austregésilo de Athayde, Rua Presidente Wilson, 231, 2º andar, Castelo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-021.

Endereço eletrônico: brg.referencia@academia.org.br.

Telefone: +55-21-3974-2550.

Página inicial da Biblioteca Rodolfo Garcia no *site* da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/bibliotecas/biblioteca-rodolfo-garcia>.

Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Digital Nacional da Fundação Biblioteca Nacional

Endereço da Biblioteca Digital Nacional: Biblioteca Digital Nacional, Avenida Rio Branco, 219, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-008.

Endereço eletrônico da Biblioteca Digital Nacional: bndigital@bn.gov.br.

Telefone da Biblioteca Digital Nacional: +55-21-2220-4410.

Página inicial da Hemeroteca Digital no *site* da Biblioteca Digital Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.